

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

ANAIS DO EVENTO

14 a 16 de março de 2023

I SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE O RECIFE: REPENSANDO A METRÓPOLE

REALIZAÇÃO



Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



APOIO



Secretaria de
Cultura



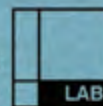
GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
SEMPRE DO SEU LADO

SIGA  RECLAB.UFRPE

14 a 16
de março
de 2023

**I SIMPÓSIO DE ESTUDOS
SOBRE O RECIFE:
REPENSANDO A METRÓPOLE**

Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



Reitor

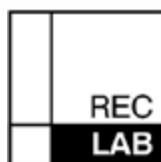
Prof. Marcelo Brito Carneiro Leão

Vice-reitor

Prof. Gabriel Rivas de Melo

Diretor do Sistema de Bibliotecas da UFRPE

Edson Cordeiro do Nascimento



Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife

Coordenadora

Profa. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Vice-Coordenadora

Profa. Maria Rita Ivo de Melo Machado



Diretor

Antão Marcelo Freitas Athayde Cavalcanti

Coordenador Administrativo

José Abmael de Araújo

Chefe de Produção Gráfica

Josuel Pereira de Souza

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Laboratório de Estudos e Ensino Sobre o Recife - RecLab

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Sala 30 do CEGOE, 2º andar,

Dois Irmãos, Recife – PE, CEP: 52171-900.

E-mail: rec.lab@ufrpe.br



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Editora
Universitária
da UFRPE



Cadeira
Manuel Correia
de Andrade
UFRPE



Ecologia política
e Direito à Cidade



NEXUS
Iniciativa e Inovação



FUNDARPE
FUNDAÇÃO DE APOIO
À PESQUISA



Secretaria de
Cultura



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Comissão Organizadora dos Anais

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa
Jaime de Lima Guimarães Junior
Sarah Bezerra Siqueira

Diagramação

Jaime de Lima Guimarães Junior

Arte

Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa
Jaime de Lima Guimarães Junior

Foto da Capa

Tales Pedrosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Simpósio de Estudos Sobre o Recife (1. : 2023 : Recife, PE)

Anais I simpósio de estudos sobre o Recife [livro eletrônico] : repensando a metrópole / organização Mariana Zerbone Alves de Albuquerque...[et al.]. -- 1. ed. -- Recife, PE : Universidade Federal Rural de Pernambuco : Laboratório de Estudos e Ensino sobre o Recife - RecLab, 2023.

PDF

Vários autores.

Vários colaboradores.

Outros organizadores: Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa, Jaime de Lima Guimarães Junior, Sarah Bezerra Siqueira.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85711-40-1

1. Patrimônio histórico - Recife (PE) 2. Recife (PE) - História I. Albuquerque, Mariana Zerbone Alves de. II. Barbosa, Ingrid Klebyane Farias de Luna. III. Guimarães Junior, Jaime de Lima. IV. Siqueira, Sarah Bezerra.

23-177704

CDD-981.34

Índices para catálogo sistemático:

1. Recife : Pernambuco : Estado : História 981.34

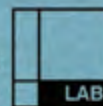
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

14 a 16
de março
de 2023

**I SIMPÓSIO DE ESTUDOS
SOBRE O RECIFE:
REPENSANDO A METRÓPOLE**

Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

REALIZAÇÃO

Laboratório de Estudos e Ensino Sobre o Recife – ReLab

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profª Drª Mariana Zerbone Alves de Albuquerque - UFRPE

Profª Drª Maria Rita Ivo de Melo Machado - UFRPE

Profª Drª Edvânia Tôrres Aguiar Gomes - UFPE

Profª Drª Suely Creusa Cordeiro de Almeida - UFRPE

Profª Drª Ana Lucia do Nascimento Oliveira - UFRPE

Prof. Dr Otávio Augusto Alves dos Santos - UFRPE

Prof. Mestrando Rhuann Rodrigo Oliveira de Freitas - UDESC

Profª Mestranda Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa – UFRPE

Prof. Mestrando Jaime de Lima Guimarães Junior – UFRPE

Graduanda Gerlane Gomes da Rocha – UFPE

Graduanda Sarah Bezerra Siqueira - UFRPE



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Instituto
Universitário
do UFRPE



Cadeira
Manuel Correia
de Andrade
UFRPE



Ecologia política
e Direito à Cidade
UFRPE



NEXUS
Universidade e Saberes



FUNDARPE

Secretaria de
Cultura



DEPARTAMENTO DE CULTURA
PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profª Drª Mariana Zerbone Alves de Albuquerque - UFRPE
 Profª Drª Maria Rita Ivo de Melo Machado - UFRPE
 Profª Drª Edvânia Tôrres Aguiar Gomes - UFPE
 Profª Drª Suely Creusa Cordeiro de Almeida - UFRPE
 Profª Drª Ana Lucia do Nascimento Oliveira - UFRPE
 Prof. Dr Otávio Augusto Alves dos Santos – UFRPE
 Prof. Dr. Bruno Melo de Araújo - UFPE
 Profa. Dra. Luanna M. Ventura Dos Santos Oliveira - UFRPE
 Prof. Mestrando Rhuann Rodrigo Oliveira de Freitas - UDESC
 Profª Mestranda Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa – UFRPE
 Prof. Mestrando Jaime de Lima Guimarães Junior – UFRPE
 Graduanda Gerlane Gomes da Rocha - UFPE

APOIO

Cátedra Manuel Correia de Andrade (UFRPE)
 Ecologia Política e Direito à Cidade (UFRPE)
 NEXUS Sociedade e Natureza (UFPE)
 Museu do trem (Estado de Pernambuco)
 Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
 Editora Universitária da UFRPE

LABORATÓRIO DE ESTUDOS E ENSINO SOBRE O RECIFE RecLab



Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife

O Laboratório de Estudos e Ensino sobre o Recife (RecLab), vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), é especializado em pesquisa, ensino e extensão sobre Recife e seu território metropolitano.

Apresenta uma perspectiva interdisciplinar, com bases na Geografia, que se articula com História, Ciências Sociais, Arqueologia, Educação, Ciências, Arquitetura e Urbanismo, entre tantas outras áreas que venham a colaborar com a proposta de pensar o Recife, suas potencialidades, processos, conflitos e desafios.

O RecLab visa a consolidação de uma rede de pesquisadores e colaboradores para pensar seu território, com o intuito de difusão e divulgação do conhecimento produzido, ampliando a articulação entre universidade e sociedade.

LINHAS DE TRABALHO

- Território e Geografia
- Memória e História
- Cultura e Audiovisual
- Ensino e Patrimônio

APRESENTAÇÃO

O I Simpósio De Estudos sobre o Recife: repensando a metrópole tem como tema central o Recife como metrópole, e visou proporcionar um amplo espaço de troca de conhecimento sobre a cidade e sua região metropolitana.

Este simpósio teve um caráter multidisciplinar, onde se reunirão pesquisadores que poderão compartilhar seus estudos sobre o Recife, pautando-se em três eixos temáticos: (1) Território e Cidadania; (2) Memória, História e Patrimônio; (3) Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O Simpósio teve por objetivo ampliar o debate sobre o Recife, e publicizar a diversidade de conhecimento científico produzido por especialistas de diversas áreas como geografia, história, ciências sociais, ciências econômicas, educação, serviço social, museologia, arqueologia, arquitetura e urbanismo, engenharias, ciências ambientais, agroecologia entre outras, possibilitando repensar a metrópole frente aos desafios impostos pela dinâmica urbana contemporânea e todo seu processo histórico.

SUMÁRIO

TERRITÓRIO e CIDADANIA

O RECIFE E SEUS TENTÁCULOS: uma Análise do Bairro do Barro	Dayane Gomes de Moura	13
DOS MASCATES AO CAMELÓDROMO: um Breve Resumo sobre o Futuro Promissor da “Grande Vitória” ao Desencanto da Atual Situação dos Comerciantes em Recife	Raquel Albuquerque da Silva Pedro Henrique Laurentino Ferreira	17
PENSANDO A CIDADE: o Centro do Recife e o Território LGBTQIA+	Rhuann Rodrigo Oliveira de Freitas	21
TERRITÓRIO EM DISPUTA: o Conflito Fundiário da Comunidade da Linha e a Transnordestina	Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa Natalia Almeida	24
PRODUÇÃO DA METRÓPOLE E CRISE DO TRABALHO: as Condições de Vida dos Corpos Negros em Situação de Rua no Recife	Walter Daniel Silva Calado Vinicius Souza Barros de Freitas Renato Henrique Oliveira da Silva	28
JUSTIÇA AMBIENTAL E RACISMO AMBIENTAL: Ajudam a Entender a Proporção Trágica das Chuva em Pernambuco no Final De Maio de 2022?	Lara Buitron Lucas Rodrigues Souza João Vitor Corrêa de Araújo	31
CONTRADIÇÕES DA DINÂMICA URBANA: Simbologias dos Excluídos Frente à História Colonial nos Bairros do Recife e Santo Antônio	Guilherme Francisco da Silva Ester Claudino Gomes Maria Vitoria Andrade	34
URBANIZAÇÃO CRÍTICA E REPRODUÇÃO PERIFÉRICA: as Condições de Sobrevivência dos Moradores da Favela do Jordão - Recife (PE)	Vinicius Souza Barros de Freitas Renato Henrique Oliveira da Silva Walter Daniel Silva Calado	37
A EMERGÊNCIA DA CRISE DO COMPLEXO PRISIONAL DO CURADO/PE: uma Leitura Crítica da Expansão da Prisão para Além dos Seus Muros	Renato Henrique Oliveira da Silva Vinicius Souza Barros de Freitas Walter Daniel Silva Calado	41

MEMÓRIA, HISTÓRIA e PATRIMÔNIO

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MORRO DA CONCEIÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURA LOCAL E NA VIDA DOS MORADORES	Paulo Matheus Bezerra Viana de Azevedo	45
SOBRE O OLHAR, A CIDADE: Representação, Memória e Patrimônio	Ana Paula Guedes de Andrade Marny Pessoa Silva de Araújo Ana Lúcia do Nascimento Oliveira	49
JOSUÉ DE CASTRO E O TEXTO LITERÁRIO: uma Análise Sócio-Histórica Sobre o Recife	Pedro Felipe Ribeiro Silva	52
MEMÓRIA, CIDADES E LUGARES: o Cinema São Luiz como Lugar de Memória?	Anderson Leonardo de Almeida Serafim	57
UM ESPAÇO, VÁRIOS LUGARES: as “Recife” Identificadas no Sítio Pilar, Através da Arqueologia Funerária	Rodrigo Ibson da Silva Oliveira Ana Catarina Peregrino Cláudia Cunha	60
O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: História, Desafios e Possibilidades	André Luiz Rocha Cardoso	65
DA VILLA DO RECIFE À COMUNIDADE DO PILAR: Arqueologia Histórica e Conflitos no Contexto Urbano de Recife, Pernambuco	Caroline Borges Suely Cristina Albuquerque de Luna Ana Lúcia do Nascimento Oliveira Claudia Cunha	69
OCUPAÇÃO DOS BAIRROS DE DOIS UNIDOS E PASSARINHO NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX, REGISTRADOS NOS JORNAIS DO RECIFE	Rafael Dantas	71
DINÂMICAS DA PRODUÇÃO MUSICAL NO RECIFE: o Punk e o Brega em Meio às Novas Tecnologias	Marco Antônio Gomes dos Santos Luan Costa	74
PARA ALÉM DA PORTA DA TERRA: uma História do “Fora de Portas” do Recife pela Perspectiva da Arqueologia e da História Militar	Lucas Alves da Rocha Izabela Pereira de Lima	78
LENDO NOS DENTES: Saúde, Demografia e Ancestralidade no Recife Antigo	Alexsandra Maria de Siqueira Henry Socrates Lavalle Sullasi Cláudia Cunha	82
CARTÕES-POSTAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: uma Experiência no Bairro da Várzea, Recife	Adriano Dias de Andrade Bruna de Lira Brayner Gomes Leis Jessica Aline Tardivo	86
POLÍTICA IMPERIAL NO RECIFE OITOCENTISTA: o Barão de Muribeca e a Política Pernambucana do Século XIX (1830-1880)	Marcos Felipe Nascimento dos Santos	91



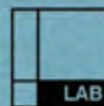
DE CASA FORTE À SENZALA: Resquícios do Recife Colonial nos Nomes dos Estabelecimentos da Avenida 17 de Agosto	Guilherme Barbosa da Silva	99
RECIFE, UMA CIDADE DE MUITAS HISTÓRIAS: o Bairro do Recife, Santo Antônio e Boa Vista através de Três Instituições Setecentistas	Dra. Luanna M. Ventura Dos Santos Oliveira Dra. Suely C. Cordeiro de Almeida	103
UM MUSEU DE ARTE MODERNA NO CORAÇÃO DE RECIFE	Mariza Mariano Monteiro	107
RECIFE E SUAS ÁGUAS: uma História Socioespacial Contada pelas Iconografias e Poesias	Marina Loureiro Medeiros Cynthia Suassuna	111
A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE CIENTÍFICA FEMININA EM RECIFE: a Produção Geográfica na UFPE	Milka Lopes Beserra Marina Loureiro Medeiros Rodrigo Dutragomes	115
A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO MANGUEGEEK	Wilson Roberto Chiarelli Júnior Alberto Pessoa	120
PATRIMÔNIO: Identidade ou Construção Narrativa? Estudo de Caso da Casa de Clarice Lispector	Irineia Freitas dos Santos	124
MEMORAR: Práticas de Leitura da Cidade	Suellen Keyla Silva Soares Isadora Farias Furtado de Carvalho Myllela Fernanda Jerônimo da Silva Jessica Aline Tardivo	130
AS INTERVENÇÕES DOS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DO RECIFE: uma Análise sobre a Demolição da Igreja do Corpo Santo (Séc XVI-XX) e o Processo de Remodelação do Porto	Gecilainy Gomes da Silva Lídia da Silva Souza	134
REPENSANDO O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NA METRÓPOLE: o Jogo como Valorização da Memória, História e Patrimônios do Recife	Luana Santana da Silva Suellen Correia dos Santos	138
NARRATIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE SOBRE A CHEGADA DOS PORTUGUESES E HOLANDESES NO RECIFE	Walter Luiz Junior Flamarion Dutra Alves Maria Gabriela Gomes da Silva	141
O BALUARTE HOLANDÊS NO RECIFE: Conservação e Memória do Patrimônio Arqueológico Musealizado	Sthefane Maria Souza Lucas da Silva Evellyn Francisca Marinho Ferreira	144
O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MORRO DA CONCEIÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURA LOCAL E NA VIDA DOS MORADORES	Paulo Matheus Bezerra Viana de Azevedo	147
UM MÁRTIR DA REVOLUÇÃO: Conservação Patrimonial e o Monumento à Frei Caneca	Evellyn Francisca Marinho Ferreira Sthefane Souza	151

DESENVOLVIMENTO URBANO e MEIO AMBIENTE

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS INTERFACES URBANAS	Diego Ricardo Amaral de Macedo Fábio José De Araújo Pedrosa	156
CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM CARPINA: uma Pista no Entendimento da Expansão da Área Metropolitana da Metrôpole Recifense	Iverson Marques Barbosa	159
DINÂMICA ESPACIAL: Antigas e Novas Formas de Metropolização	Marny Pessoa Silva de Araújo Ana Paula Guedes de Andrade	161
AÇÚCAR, ÁGUA E EUCALIPTO: Reconstruindo a História da Área do Parque Estadual Dois Irmãos, Recife/PE	Paulo Rafael Macedo Ferreira Caroline Borges	166
ANÁLISE DO MICROCLIMA EM RECIFE-PE: um Estudo de Caso em Áreas Residenciais do Bairro da Várzea	Tamires Gabryele de Lima Mendes Ariadne Fernanda Ferraz Vieira Rafaela Melissa Andrade Ferreira	170
CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA METRÓPOLE DO RECIFE	Adalberto Antonio da Mota Correia Guilherme Francisco da Silva Stefany dos Santos Silva	174
METODOLOGIAS APLICADAS À IDENTIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADE NAS ÁREAS DE COLINA DA ZONA NORTE DO RECIFE	Guilherme Francisco da Silva Adalberto Antonio da Mota Correia Cristiana Coutinho Duarte	177
ANÁLISE DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PAULISTA-PE	Stefany dos santos silva Adalberto Antonio da mota correia	181
O FANTASMA DA CHEIA DE 1975 DESLIZA EM 2022: Políticas Públicas para a Gestão de Riscos Socioambientais em Recife	Thecia Karolina Souza de Carvalho Maria Rita Ivo de Melo Machado	185
O RIO CAPIBARIBE E HABITAÇÃO NA CIDADE DO RECIFE	Camilla Aryana da Silva Monte	189
DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA NO TERRITÓRIO DE PAUDALHO EM BUSCA DE AMENIDADES AMBIENTAIS	Pablo Leandro Ferraz de Lima Gevson Silva Andrade	193
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: Condições de Vida e Garantias dos Direitos dos Catadores de Resíduos Sólidos da Cidade do Paulista, Região Metropolitana do Recife-PE	Eduardo Gaspar Chaves Cavalcanti da Silva	196

14 a 16 de março de 2023
**I SIMPÓSIO DE ESTUDOS
SOBRE O RECIFE:
REPENSANDO A METRÓPOLE**

Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



TERRITÓRIO e CIDADANIA



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Estado
Universitário
do UFRRPE



Cadeira
Manuel Correia
de Andrade
UFRRPE



Ecologia política
e Direito à Cidade
Instituto de Políticas e Estudos



Associação e Sociedade



FUNDARPE
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Cultura



DEPARTAMENTO DE CULTURA
PERNAMBUCO
SEMPRE DE BOM LADO

O RECIFE E SEUS TENTÁCULOS: uma Análise do Bairro do Barro

Dayane Gomes de Moura
day_99gomes@hotmail.com

A Região Político Administrativa V (RPA 5) na zona Sudoeste da cidade do Recife se constitui por 16 bairros, dentre eles se encontra o que será utilizado como objeto de análise deste trabalho, isto é, o Barro. Este se avizinha com Tejipió, Jardim São Paulo, Areias, Ibura, Cohab e com o município de Jaboatão dos Guararapes, sendo o segundo maior bairro da sua RPA, com 454 hectares de área total. No que se refere aos habitantes, é o bairro que concentra a terceira maior população da RPA com 31.4 mil, ficando atrás de Afogados com 36.2 mil e Jardim São Paulo com 31.6 mil.

Discutindo sobre as questões territoriais, podemos observar que no que diz respeito ao seu contexto histórico, o território que hoje se nomeia Barro, era desde o século XVII terras do Engenho Peres, pertencentes ao fidalgo português e comerciante, José Peres Campello. No qual, nasceu em Viana do Castelo em Portugal, casou-se com a recifense Catarina da Rocha de Barros, e juntos tiveram 3 filhos, Thomé Campello, José Campello e M^a Campello.

Ademais, surgiu no contexto em que houve a modificação da planície do Recife, justamente por causa da presença crescente de engenhos, como bem discute Bruno M. Halley, em seu artigo “Dos moinhos de açúcar aos sítios de arrabaldes: a formação dos bairros continentais na cidade do Recife”. Acerca de sua nomenclatura, quando era povoado ficou conhecido como Barro Vermelho, característica marcante do seu solo, passando posteriormente a ficar conhecido somente como Barro, sendo ainda a nomenclatura atual.

Tal povoação se concentrou primeiramente na área próxima à sede do antigo engenho por volta de 1830. Atualmente, o bairro é de essência residencial, e chama atenção por suas casas do século XIX na sua Avenida principal, ou seja, a Dr. José Rufino. Com uma forte presença e influência da Igreja Católica, desde até mesmo da época de engenho, já que Peres era estritamente ligado à crença, pois segundo a sua biografia o mesmo era “Familiar do Santo Ofício”. Irmão da Ordem Terceira de São Francisco em 10 de julho de 1695. Juiz da Irmandade do Sacramento da matriz do Corpo Santo do Recife em 1732.

Isto posto, vê-se que em 1839 é fundada a primeira capela do bairro, onde os moradores escolheram como padroeira a santa de devoção, Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Em 1915 se tornou a Igreja Matriz do Barro, e atualmente tem uma relação estreita com a localidade, sendo mais conhecida pelos moradores tanto do bairro e pelo vicariato de Jardim São Paulo como “Conceição do Barro”. Um ponto relevante nesta discussão, é a proximidade e a ligação com o cemitério Paroquial do Barro, cemitério principal do bairro.

Por ser um bairro multicultural, há a presença de numerosas igrejas protestantes com suas diversas vertentes. Como também, se faz presente no seu território, as crenças de Matriz Afro Brasileira, como por exemplo, o Terreiro Centro Espírita Rainha Iemanjá fundado por Jovelina de Oliveira em 1954. No qual, marca a sua presença por meio dos Afoxés, isto é, das manifestações culturais envolvendo a comunidade e convoca os afro-brasileiros para a permanência na luta em combate aos racismos e preconceitos.

No tocante ao Meio Ambiente do bairro em análise, há a presença de uma Unidade Protegida, isto é, a UCN Mata do Barro, localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Tejipió, com área superior a 200 hectares, com vegetação de capoeirinha, que foi regulamentada pelo decreto nº 23.813/2008. O bairro é banhado pelo Rio Tejipió, que nasce no município de São Lourenço da Mata, cortando alguns bairros e desembocando no Rio Capibaribe. Foi taxado em uma entrevista de 2015 da Folha de Pernambuco como “o rio dos excluídos”, por conta da poluição que o afeta e o faz transbordar e invadir as casas dos moradores de sua margem.

Já em 2021, como tentativa de sanar o problema, houve uma iniciativa conjunta de cinco parlamentares com a presença da comunidade, que se consolidou em uma reunião via *meet*. Houve diversos apontamentos acerca dos transtornos causados pela poluição, os quais observam a vivência da comunidade, onde a Emlurb pontuou que já há uma limpeza em andamento no rio em questão. Mas como sabemos, é necessário transpassar o paliativo, indo em direção a uma

reeducação da comunidade sobre o seu descarte, como também, uma recolhida desses resíduos mais incisiva por parte do governo.

A cultura do bairro, da mesma forma que as suas crenças, tem como característica marcante a pluralidade. Em entrevista com o artista Jeff Alan, morador do bairro desde o nascimento, nota-se que o mesmo observa a vivência cotidiana e periférica do bairro, e assim produz suas obras. O mesmo ainda afirma que não consegue se ver desvinculado do seu bairro e da mesma forma a sua produção. Logo, histórias individuais e comunitárias passam a andar lado a lado.

No que tange a mobilidade, vale ressaltar que o bairro possui, segundo o Metrô Recife, a Estação de Metrô do Barro e o Terminal Integrado do Barro. Em conexão com a mesma, vemos uma história que já vem se moldando há 5 anos no bairro, isto é, a ocupação Carolina de Jesus. Localizada na Avenida Central, abriga diversas famílias desde o seu início, com lonas e bambus. Onde histórias diversificadas vão sendo observadas desde o primeiro mês da comunidade:

Essa sangria empurra gente como Dona Inajaí, cujo salário da sorveteria onde trabalha, no bairro da Estância, não paga direito os remédios e sua morada atual. Esses dias dona Inajaí tem acordado mais preocupada: cortaram-lhe o benefício da licença do trabalho que conseguiu por ocasião de uma cirurgia que precisou fazer (...)

No decorrer de sua trajetória, por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a comunidade já participou de protestos tanto na BR-101, que fica no seu entorno, como também em protestos no centro do Recife. Além disso, se mantém de pé, saindo das lonas para residências de Madeira em suas paredes e cimento em seu chão, em sua maioria. Além de barracos construídos pela ONG Teto, para algumas famílias, principalmente as atingidas pelo incêndio que ocorreu na comunidade em outubro de 2021.

A ocupação continua atendendo famílias em busca de uma moradia digna, e mantendo as pessoas do início. Em entrevista com Dona Inajair, a mesma afirma que “onde morar é um direito, ocupar é um dever”, logo, entende-se que a comunidade além de se sentir pertencente ao bairro, tem noção tanto da sua necessidade quanto baixa renda, como da obrigação do governo com os direitos dos cidadãos.

Em suma, o Barro sendo um dos tentáculos do Recife, é atravessado como todas as periferias da cidade por uma questão cultural marcante e pela disputa da permanência no território. Além disso, se constrói por meio da vivência nele e por ele, costurando as micro-histórias de seus viventes como grupos sociais diversificados, às suas multifacetadas teias históricas.

Palavra-chaves: Barro, território, cultura.

REFERÊNCIAS

CALADO, Samuel. **O Afoxé Oxum Pandá**. Disponível em: <https://afoxe-oxum-panda.webnode.page/sobre-nos/>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

CÂMARA Municipal do Recife. **Câmara discute a bacia do Rio Tejiptó**. Jun. 2021. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/2021/06/camara-discute-a-bacia-do-rio-tejipio>. Acesso em: 15 de mai. 2022.

CIRANO, Marcos. Barro. **Pernambuco de A-Z**. Disponível em: <https://www.pe-az.com.br/editorias/bairros-do-recife/1061-barro>. Acesso em: 14 de mai. 2022.

EDITORIA de Cidades. Igreja Matriz do Barro comemora 100 anos. **Jornal do Comércio**, 04 de dez. 2015. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/12/04/igreja-matriz-do-barro-comemora-100-anos--211174.php#:~:text=Foi%20em%20um%20engenho%20de,em%20meados%20do%20s%C3%A9culos%2018>. Acesso em: 14 de mai. 2022.

FERREIRA, E. P. **Árvore Genealógica de José Peres Campello. A mística do Parentesco**. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=6341&ver=por>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

FOLHA de Pernambuco. Incêndio atinge moradias da Ocupação Carolina de Jesus, no Barro. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/incendio-atinge-moradias-da-ocupacao-carolina-de-jesus-no-barro/201131/>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

FREIRE, L. F. Tejiptó, o Rio dos excluídos. **Folha de Pernambuco**, 08 de jul. 2017. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/tejipio-o-rio-dos-excluidos/33722/>. Acesso em: 15 de mai. 2022.

G1. Protesto bloqueia acesso ao Terminal Integrado do Barro e prejudica circulação de ônibus, no Recife. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/02/21/protesto-barro-recife-terminal-onibus.ghtml>. Acesso em: 16 de mai. 2022.

HALLEY, B. M. Dos moinhos de açúcar aos sítios de arrabaldes: a formação dos bairros continentais na cidade do Recife. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 30, n. 3, p. 58-81, 2013.

MARCO Zero. Voluntariado e solidariedade substituem barracos por casas na carolina de Jesus. Disponível em: <https://marcozero.org/voluntariado-e-solidariedade-substituem-barracos-por-casas-na-carolina-de-jesus/>. Acesso em: 16 de mai. 2022.

MENDES, Felipe. Barro. Agenda Cultural, 15 de ago. 2022. Disponível em: <http://agendaculturaldorecife.blogspot.com/2011/08/barro.html>. Acesso em: 14 de mai. 2022.

METRÔ do Recife. **Estação Barro**. Disponível em: <https://www.metrorecife.com.br/estacao-barro/>. Acesso em: 16 de mai. 2022.

PASCOM AOR. Oito Paróquias dedicadas a Nossa Senhora da Conceição fazem festa no dia oito de dezembro na Arquidiocese. **Arquidiocese de Olinda e Recife**, 26 de nov. 2021. Disponível em: <https://www.arquidioceseolindarecife.org/oito-paroquias-dedicadas-a-nossa-senhora-da-conceicao-fazem-festa-no-dia-oito-de-dezembro-na-arquidiocese/>. Acesso em: 14 de mai. 2022.

PINTO, Luiz Carlos. A vida pulsa na Carolina de Jesus. **Marco Zero**, 24 de abr. 2017. Disponível em: <https://marcozero.org/a-vida-pulsa-no-carolina-de-jesus/>. Acesso em: 16 de mai. 2022.

PREFEITURA do Recife. RPA 5. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/sobre-rpa-5>. Acesso: 10 de mai. 2022

PREFEITURA do Recife. ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL – ZEPH. Disponível em: http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lista_de_zephs.pdf. Acesso: 15 de mai. 2022.

DOS MASCATES AO CAMELÓDROMO: um Breve Resumo sobre o Futuro Promissor da “Grande Vitória” ao Desencanto da Atual Situação dos Comerciantes em Recife

Raquel Albuquerque da Silva
raquel.silva.historia@gmail.com

Pedro Henrique Laurentino Ferreira
pedrolaurentino081@gmail.com

A presente pesquisa aborda como está sendo tratado o camelódromo, uma vez que, o comércio é o berço do desenvolvimento histórico da cidade. Para obter os resultados para esse trabalho foi feita uma pesquisa exploratória. O estudo partiu de uma revisão bibliográfica onde a fonte primária é a dissertação de mestrado da autora Ana Maria da Costa e alguns artigos. Nesse sentido, analisamos o contexto histórico do camelódromo, e os reflexos das políticas atuais para uma das mais importantes estruturas desenvolvidas na cidade do Recife. O estudo possui um caráter essencialmente qualitativo, com ênfase na análise documental, procurando avaliar a importância do calçadão dos Mascates, que foi inaugurado em 1994 na Avenida Dantas Barreto visando organizar o comércio ambulante no centro da cidade. A estrutura hoje está dividida em

seis módulos, com 1.010 estandes em funcionamento, que comercializam os mais diversos produtos e serviços. A última intervenção no camelódromo foi em 2004, quando parte da estrutura metálica foi restaurada. Assim, com base nos levantamentos feitos é possível compreender através desses recortes históricos, qual a importância do camelódromo para a cidade.

A famosa Guerra dos Mascates, entre 1710 a 1711, foi um conflito que envolveu agricultores de Olinda e os comerciantes de Recife pelo domínio político e econômico da Capitania de Pernambuco. Com a expulsão dos holandeses as plantações de cana-de-açúcar foram destruídas durante este período. Devastada pela guerra, Olinda procurou meios de reerguer sua economia, sendo a solução encontrada, pedir empréstimos aos comerciantes de Recife. O comércio no Recife era dominado pelos portugueses, que eram chamados pejorativamente de "mascates". Com o aumento dos impostos, afetando diretamente Recife e temendo que os comerciantes recifenses cobrassem os empréstimos, os agricultores olindenses invadiram Recife. (HONOR, 2009)

Foi a vez de Recife reagir a essa imposição, obtendo a elevação à condição de vila e, ao estabelecer limites com Olinda, a guerra foi desencadeada. A fronteira entre as cidades foi a causa da Guerra dos Mascates. A partir disso, Recife se torna símbolo de luta e resistência contra as invasões. Com a crise do açúcar e a vitória na Guerra, Recife deixa de ser apenas uma cidade vizinha e portuária, para se tornar a mais importante cidade política e econômica, sendo reconhecida pela Coroa Portuguesa ao se tornar a sede administrativa da Capitania de Pernambuco. E assim o êxito no comércio estava em seu auge. "O nosso Recife tem uma longa intimidade com o comércio ambulante, até porque é filho dele; e nós precisamos solucionar o problema dos camelôs que hoje nos aflige, inspirados na história da terra dos Mascates". (Projeto Centro do Recife, Universidade de Pernambuco, 1991).

Muito embora exista um grande recorte histórico temporal, para compreendermos a necessidade da construção do Calçadão dos Mascates no bairro de São José, precisamos voltar ao final dos anos oitenta. Onde o comércio informal no Recife representava um grande desafio para a administração pública por diversos fatores, dentre eles, a falta de higiene e de segurança se tornam os principais fatores da desordem do comércio informal local. Além do alto nível de desemprego, que faziam com que muitos ambulantes tentassem vender seus mais diversos produtos, a superlotação no bairro de São José, degradava a imagem do bairro para passeios e dificultava os acessos aos entornos. (COSTA, 2004)

Assim com o crescimento demográfico e a expansão comercial da cidade do Recife já no século XIX houveram diversas mudanças estruturais com o objetivo de urbanizar cada vez mais a região central da capital pernambucana. O surgimento dos mercados públicos marcou o início da grande revolução urbana que iria reger o desenvolvimento da cidade, no bairro da Boa Vista, o crescimento populacional e comercial da área culminou na construção da Ribeira da Boa Vista, do Bairro de São José, e na construção do mercado público que leva o nome do seu bairro. Nesta transição para o século XX uma das reformas mais impactantes na cidade foi realizada entre os anos 1971 e 1973, que foi a construção do trecho da Av. Dantas Barreto, localizado entre o pátio da Igreja N. S. do Carmo e a Praça Sérgio Loreto. (NASCIMENTO, 2005)

A sua expansão foi pautada na expectativa da liberação do caótico fluxo de veículos na área central do Recife, portanto, fundamentou-se no aumento do dinamismo e racionalização do trânsito. “A lógica do então prefeito era dotar a cidade de uma infraestrutura viária capaz de proporcionar uma mobilidade territorial aos interessados numa locomoção rápida, eficaz e capaz de encurtar as distâncias e de contrair o tempo de locomoção: os proprietários de automóvel.” (NASCIMENTO, 2005)

Numa perspectiva anacrônica os comerciantes ambulantes contemporâneos se identificam com os “mascates” que evidenciam a tradição do comércio informal na cidade. Essa problemática do crescimento de ambulantes pelas ruas do centro e a necessidade de reformas urbanas na cidade estava no centro das atenções do então prefeito Jarbas Vasconcelos e culminou no projeto do então secretário de infraestrutura João Braga no ano de 1992, que fala que a intenção inicial era erguer, “um monumento que homenageasse o antigo mascate e que atendesse às necessidades básicas do atual ambulante. Seria, então, um símbolo de pedra e cal imposto pela força da coletividade na sua luta pela sobrevivência, ao longo dos séculos” (pronunciamento do secretário no jornal Diário de Pernambuco, 1992). Já no segundo mandato do prefeito Jarbas Vasconcelos a prefeitura elabora e constrói o Calçadão dos Mascates no Recife, inaugurando-o no início do ano de 1994. (NASCIMENTO, 2005)

Na transição para o século XXI as expectativas geradas com a construção do camelódromo não foram atendidas, as conjunturas socioeconômicas com o descaso estatal resultaram no desgaste de sua estrutura física, onde as reformas que foram realizadas tentaram buscar soluções viáveis, porém o crescimento do comércio informal tomou conta dos arredores do próprio Calçadão dos Mascates causando assim o efeito contrário ao proposto no projeto inicial.

Atualmente a situação do Camelódromo da Cidade do Recife é de completo descaso, e as antigas mazelas do comércio informal continuam tomando conta de tudo. Desde muita sujeira, como a estrutura precarizada, todos os módulos têm a pintura desgastada e apresentam em alguns pontos, rachaduras, que acentuam ainda mais a evidente falta de controle urbano por parte da Prefeitura. (COSTA, 2004)

Falta de infraestrutura, problemas com a segurança e a carência de projetos de incentivo ao comércio regem o atual cenário do que seria o “sonho” do comerciante recifense, uma cidade genuinamente comercial que atualmente não honra com o seu passado glorioso.

Na transição para o século XXI as expectativas geradas com a construção do camelódromo não foram atendidas, as conjunturas socioeconômicas com o descaso estatal resultaram no desgaste de sua estrutura física, onde as reformas que foram realizadas tentaram buscar soluções viáveis, porém o crescimento do comércio informal tomou conta dos arredores do próprio Calçadão dos Mascates causando assim o efeito contrário ao proposto no projeto inicial.

Atualmente a situação do Camelódromo da Cidade do Recife é de completo descaso, e as antigas mazelas do comércio informal continuam tomando conta de tudo. Desde muita sujeira, como a estrutura precarizada, todos os módulos têm a pintura desgastada e apresentam em alguns pontos, rachaduras, que acentuam ainda mais a evidente falta de controle urbano por parte da Prefeitura. (COSTA, 2004)

Falta de infraestrutura, problemas com a segurança e a carência de projetos de incentivo ao comércio regem o atual cenário do que seria o “sonho” do comerciante recifense, uma cidade genuinamente comercial que atualmente não honra com o seu passado glorioso.

Palavras-chave: Mascates, Camelódromo, Dantas Barreto.

REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Maria da. **Calçadão dos Mascates:** Promessas e desilusões de uma intervenção urbana, o olhar dos comerciantes informais. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3542/1/arquivo5431_1.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. A construção da Av. Dantas Barreto e a lógica modernizante na Cidade do Recife (1971-1973). **ANPUH, XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005, p. 1 a 8. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206570_f3484a5b3450d3371e9fc3f0aa1c485e.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

PENSANDO A CIDADE: o Centro do Recife e o Território LGBTQIA+

Rhuann Rodrigo Oliveira de Freitas
rhuann.oliveira@gmail.com

O território é um conceito que vem sendo trabalhado na geografia constantemente, entre as suas diversas conceitualizações modernas existe um ponto em comum que liga todas as suas definições, o poder. Esse poder está ligado na produção do espaço, seja ele na forma do Estado, do capital ou dos interesses de determinados grupos que ocupam e territorializam determinado território. E é por uma construção territorial histórica que, para a comunidade LGBTQIA+¹ foi e ainda é muito difícil ocupar espaços na cidade do Recife, visto que o medo da violência contra cada membro da comunidade é um dos fatores que fazem com que esse grupo não ocupem todos os espaços que como todo cidadão possui direito de ocupar. Esse medo não é apenas na violência física, mas também na violência psicológica, nos dados obtidos pela Fundação Getúlio Vargas entre 2011 e 2018 que mostram o mapa da violência LGBTQIA+ no Brasil, em Pernambuco, esses dados apresentam que no ano de 2017 houve por exemplo 68 denúncias por violência, já os dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, mostra que em 2020 houve 1.854 vítimas de ameaça, agressão, estupro e homicídio.

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexual, Assexual e todos e gêneros e sexualidades possíveis.

Para trabalhar com o território da Boa Vista na cidade do Recife é necessário fazer uma análise social e espacial da formação dos territórios LGBTQIA+ dentro dele, o território não nasceu simplesmente da noite para o dia, mas passou por uma apropriação do grupo pelo espaço por vários fatores, e é no processo histórico que é mostrado que essa territorialização vem tomando forma desde a década de 60, sendo essa territorialização um modo de consumir a cidade, em lugares onde o público heteronormativo não agrediria a população LGBTQIA+ do Recife. Sendo assim o território, assim como o lugar, constitui um elemento de aproximação da vida cotidiana. O Bairro da Boa Vista, localizado na área central da cidade do Recife-PE, é analisado com a legítima representação da espacialidade da sua população, a dimensão urbana da vivência cotidiana. É no lugar, no espaço do vivido que o cotidiano se efetiva. Um desses lugares vai ser o bairro, no nível das relações imediatas, interpessoais, cotidianas do usuário (MARINHO, 2018). Quando pensa-se em cidade, segundo Ana Fani (2007), ela é um produto social materializado que apresenta determinadas formas de ocupação seja ela para consumir, produzir, habitar ou viver, é nesse sentido que a comunidade LGBTQIA+ produz a cidade no sentido mais total, pois eles produzem, vivem, habitam e consomem a cidade do Recife. Além disso quando se pensa na cidade do Recife, é importante trazer os agentes que produzem esse espaço urbano, que segundo Roberto Lobato Corrêa (2004) são entre eles: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, sendo parte deste último justamente a comunidade LGBTQIA+, entretanto é importante ressaltar que dentro do território que há de ser analisado, há outros agentes que atuam na produção desse espaço, como o Estado e os proprietários fundiários.

Por isso o trabalho vem com o intuito de identificar, analisar e apresentar os diversos territórios que compõem o que pode ser nomeado de Território LGBTQIA+ da Boa Vista, é importante ressaltar que o território abrange muito além daquele posto em uma divisão administrativa da cidade, por isso apesar do nome homônimo ao bairro, esse território LGBTQIA+ vai além do bairro. Esse trabalho teve como procedimento metodológico em um primeiro momento uma pesquisa exploratória feita com base em pesquisa bibliográfica, analisando autores que trabalham o território, identidade de gênero e sexualidade, além de uma pesquisa sobre a instalação histórica da comunidade LGBTQIA+ no centro do Recife, foi utilizado o conceito de território para fazer um mapeamento do território e dos territórios LGBTQIA+ da área central do Recife, além de fazer uma análise a partir da construção identitária sobre sexualidade e gênero trazendo o consumo urbano da comunidade no território e a capitalização dessa área. Em relação

ao método será abordado o método histórico dialético para uma análise do território, pois é necessário trazer uma abordagem do processo histórico de ocupação do território e das contradições nela existente, um território LGBTQIA+ territorializada em uma área central do Recife e localizada em uma área residencial, levando a conflitos dentro desse território. Além disso, como traz Salvador (2012) “Enfim, destacamos que a dialética na ótica marxista é um caminho científico comprometido com a maioria dos agentes sociais, ou seja, com os agentes não hegemônicos.” Sendo a comunidade LGBTQIA+ um dos agentes não hegemônicos. Por isso também houve uma pesquisa de campo de caráter qualitativo para analisar as características do território ocupado pela comunidade LGBTQIA+ nos bairros da Boa Vista, Santo Amaro e Soledade na cidade do Recife, visto que o método dialético vale não apenas do quantitativo, mas preza principalmente pela análise dos dados qualitativos, a partir de uma geografia crítica.

Palavras-chaves: LGBTQIA+, Boa Vista, Território.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador, 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.
- MARINHO, Ana Regina. **Intervenções e movimentos sociais de resistência no espaço urbano**. Curitiba: Appris, 2018.
- NUNES, Epitácio. Entre boys e frangos: análise das performances de gênero dos homens que se prostituem em Recife. *In*: NUNES, Epitácio. **Entre boys e frangos: análise das performances de gênero dos homens que se prostituem em Recife**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2009
- NUNES, Kleber. Violência contra pessoas LGBTQIA+ dispara em Pernambuco. **MARCO ZERO**, Recife, 2020. Disponível em: <https://marcozero.org/violencia-contras-pessoas-lgbtqia-dispara-em-pernambuco>
- SALVADOR, Diego. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, p. 97 - 114, jan./jun. 2012.
- SANCHES, Danielle; CONTARATO, Andressa; AZEVEDO, Ana Luísa. Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil: 28 anos de combate ao preconceito. **FGV DAPP**, 2017. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/dados-publicos-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-28-anos-de-combate-ao-preconceito/>. Acesso em: 15 de abril de 2020
- SILVA, Sandro. Cinemas, bares e boates: a construção do gay e de novas sociabilidades entre homens que desejam outros homens no recife dos anos 70. *In*: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Cinemas, bares e boates: a construção do gay e de novas sociabilidades entre homens que desejam outros homens no recife dos anos 70 [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2009.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

TERRITÓRIO EM DISPUTA: o Conflito Fundiário da Comunidade da Linha e a Transnordestina

Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa
ingridklebyane@gmail.com

Natalia Almeida
nataliafmdealmeida@gmail.com

A remoção tem sido uma prática recorrente nas dinâmicas urbanas contemporâneas, sendo muitas vezes justificadas a partir de grandes construções, de obras voltadas ao suposto “desenvolvimento econômico” ou à higienização de locais centrais da cidade. Essa prática expõe o amplo poder dos agentes financeiros que subordinam a cidade às suas vontades e transforma o solo em mercadoria (RIBEIRO, 1997). Por meio de instrumentos institucionais como concessões, posse, ordens judiciais e etc., garantem a legitimidade das suas ações e concretizam suas demandas.

A despeito de sua centralidade, ainda se tem poucas informações detalhadas sobre os processos de remoções e dos seus atingidos nas cidades brasileiras. A falta de estudos e dados por parte do Estado sobre as diversas comunidades ameaçadas de remoção ou de qualquer impacto sobre as vidas dos seus residentes, demonstra a invisibilidade e a precarização que a população mais pobre está sujeita nos dias atuais. Nesse cenário, a remoção representa não só a expulsão mas o apagamento desses sujeitos na cidade. Entretanto, essa realidade se dá em

conjunto com resistência por parte daqueles que lutam não só para permanecer, mas para serem vistos como sujeitos de direitos do espaço urbano. Como é o caso da Comunidade da Linha, ameaçada de remoção devido a uma ação judicial movida pela empresa de Ferrovia Transnordestina Logística.

A referida Comunidade está localizada no bairro do Ibura, na Zona Sul do Recife. Este território situa-se na Região Política Administrativa 06 e é formado pelo encontro de duas Comunidades de Interesse Social, a CIS Sítio Santa Francisca e a CIS paz e amor / Beco do Michelin. A Comunidade da Linha também encontra-se na faixa de domínio de uma conexão férrea subutilizada, o ramal Edgar Werneck, que faz a ligação entre o eixo Sul e o Centro do Metrô do Recife. A linha do trem é a inspiração para o nome da comunidade, com indícios de construção de moradias na região desde a década de 1990. Ao longo dos anos, a comunidade seguiu crescendo e estabelecendo o seu cotidiano por toda extensão do ramal, que continuou subutilizado, representando uma verdadeira “cicatriz urbana”, dado o abandono e a falta de manutenção por parte da empresa responsável.

Atualmente, o ramal Edgar Werneck está sob a administração da Ferrovia Transnordestina Logística (FTL), uma empresa privada que transporta cargas ferroviárias a mais de 22 anos. A empresa possui a concessão da linha férrea desde de 1997, que por meio da Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997², garantiu para a empresa o controle de toda a Malha Nordeste controlada anteriormente pela Rede Ferroviária Federal S. A (Plano Emergencial de Incidência, 2021). Apesar de não realizar a mais de 14 anos nenhum tipo de manutenção ou desenvolver qualquer projeto no ramal Edgar Werneck, no dia 23 de março de 2011 a FTL entrou com o primeiro pedido de reintegração de posse contra a Comunidade da Linha, afirmando o seu direito sobre toda a região. A empresa também usa como argumento o Art. 4º, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de Novembro de 1979³, que estabelece uma reserva obrigatória de uma faixa não edificável de no mínimo 15 metros em cada lado da linha férrea, chamado também de faixas de domínio (idem). Se a respectiva Lei fosse aplicada integralmente no Recife, bairros como Cabanga, São José Joana Bezerra, Afogados, Mangueira, Barro, Tejipló, Ilha do Leite, etc, teriam inúmeras construções atingidas, o que nos revela uma realidade de precarização sobre os trilhos

² Link de acesso: L9491 (planalto.gov.br)

³ Link de acesso: Temp44 (camara.leg.br)

abandonados e subutilizados na cidade, que tem servido de espaço para construção de moradia por parte dos mais pobres.

A Comunidade da Linha segue reivindicando o seu direito ao solo, apontando o abandono da empresa FTL no ramal Edgar Werneck, destaca também a inaplicabilidade da Lei da faixa não edificável por não passar trem nos trilhos do local. Assim como alega estar cumprindo com a função social da terra, tendo em vista o abandono do ramal Edgard Werneck pela FTL. Sem promover nenhuma vistoria ou manutenção e aparentemente sem intenções muito claras, a empresa decidiu expulsar os moradores do local onde vêm construindo suas vidas há mais de trinta anos. Com argumentos legais, a Comunidade da Linha também reivindica o seu direito constitucional à moradia através do Usucapião Especial Urbano, que por meio do Código Civil Brasileiro- Art. 1240, determina que o indivíduo que possuir uma área urbana por cinco anos ininterruptos e sem oposição, com fins de moradia, terá o domínio do terreno (idem).

O conflito entre a Comunidade da Linha e a Transnordestina representa as relações desiguais e segregadas que constituem a cidade. Estruturada por meio de uma relação cidade-mercado, o espaço urbano é visto como um lugar estratégico para entender os nexos entre produção dos mercados, dispositivos de poder e gestão das populações (TELLES, 2015).

Nesse modelo cidade-mercado, o Estado figura como um agente central de coordenação da implementação da lógica de mercantilização e mediador dos conflitos com base nas suas prerrogativas de poder, com tomadas de decisões sempre em favor das demandas econômicas e discursos desenvolvimentistas. A parceria entre Estado e mercado forjou ao longo dos anos um modelo de gestão do território baseado em processo de acumulação por despossessão, por isso as remoções. Elas correspondem à retirada forçada de populações vulneráveis de localidades cobiçadas pelo mercado imobiliário ou que serão objeto de grandes obras de desenvolvimento (idem).

Nesse contexto, a cidade se torna um território em disputa por meio de relações desiguais entre os que desejam ter onde morar e os agentes que buscam controlá-la em nome dos seus interesses econômicos (SCOTT, 1996). Nesse sentido, a dominação da cidade se perpetua através de controle da terra pelo capital, que por meio de instrumentos jurídicos cria um limiar entre o legal e o ilegal. O que constitui uma ferramenta de apropriação dos territórios, justificando processos de despossessões (ROLNIK, 2015). Portanto, a concepção de legal e ilegal representa uma relação entre aquele que tem direito sobre a cidade, por ter a garantia de posse ou concessão,

e aquele que não tem. Cria-se, neste sentido, um modelo territorial hegemônico da propriedade privada que através da concepção do ilegal retira de uma grande parcela da sociedade o direito de permanência e os relega a uma condição de marginalizados ou infratores.

O respectivo trabalho é produto de uma pesquisa de mestrado em andamento cujo objetivo é identificar e analisar os conflitos sociais oriundos da ameaça de remoção por parte da Transnordestina. As informações preliminares foram coletadas por meio da observação participante em assembleias e atividades realizadas na comunidade, em conjunto com o trabalho de assessoria técnica prestadas pelas autoras.

Palavras-chaves: Comunidade da Linha, Transnordestina, conflito, habitação.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Luiz. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Plano Emergencial de Incidência. Contextualização e Cenários Alternativos para o Conflito Fundiário na Comunidade da Linha, 2021. Link de Acesso: https://issuu.com/ivanmoraespsol/docs/plano_emergencial_incendencia_comunidade_linha . Acesso no dia: 05 de fevereiro de 2023.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SCOTT, P. **Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano.** Adeep: Associação Brasileira de Estudos Populares. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol, 2, 1996.

TELLES, V. Cidade: produção do espaço, formas de controle e conflitos. *In: Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015, p. 15-41.

PRODUÇÃO DA METRÓPOLE E CRISE DO TRABALHO: as Condições de Vida dos Corpos Negros em Situação de Rua no Recife

Walter Daniel Silva Calado
walter.daniel@ufpe.br

Vinicius Souza Barros de Freitas
vinicius.souza@ufpe.br

Renato Henrique Oliveira da Silva
renato.oliveirasilva@ufpe.br

O presente trabalho tem como objetivo analisar como o processo de metropolização tem relação com a produção e reprodução do trabalhador expropriado ou “livre” na cidade do Recife, com enfoque nas pessoas em situação de rua, que no uso da cidade tem o seu direito negado muitas vezes por ser pensado como outsiders, pessoas descartáveis, indesejáveis, invisíveis. Essa análise parte de experiências de campo que foram realizadas durante a produção do trabalho de PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e de conclusão de curso do autor (TCC), onde essa pesquisa tentou investigar trajetórias de vida de pessoas em situação de rua para compreender como a crise do trabalho, a mobilidade urbana, os fechamentos de territórios, as expulsões em massa se conectam em histórias fragmentadas, que durante a pesquisa foi possível analisar histórias que antes tinham se perdido.

Desta forma, ao pesquisar sobre as experiências de vida dessas pessoas em situação de rua, foi possível ler a cidade de outra forma, a expansão sempre contínua da cidade, no seu processo de urbanização, tem produzido dicotomias que produzem uma cidade segregada, onde a cidade que foi imposta para todos só é de usufruto de poucos. Considerando o Estado como um dos agentes sociais que produzem a urbanização e com ela a produção de corpos socialmente descartáveis (KURZ, 2016), corpos não-passáveis (BUTLER, 2015), que sobre uma lógica de reprodução ampliada em crise, reflete um dos sintomas mais perceptíveis na metrópole, que é a forma do Estado de exceção operando sobre a lógica da reprodução social capitalista.

O termo metrópole no início do século XX veio da análise de sociólogos, historiadores, geógrafos etc que visualizaram a metamorfose social que as grandes cidades europeias estavam passando tanto no âmbito quantitativo como espacial de experiência urbana. No processo de estratificação da cidade o Estado historicamente sempre esteve responsável na sua produção e reprodução, tendo o papel decisivo na construção da metrópole. Nesse sentido, este trabalho tem como finalidade discutir essa relação entre a produção da cidade e do corpo negro que nela transita, analisando a partir de experiências de campo desenvolvidas com pessoas em situação de rua na cidade do Recife.

A metodologia de análise desse processo será através de entrevistas com pessoas em situação de rua da cidade do Recife, além de observações em campo. Nesse sentido, se torna necessário expor como o processo de expansão da cidade do Recife tem impactado diretamente na vida dos seus moradores, sendo pensada como metrópole que não consegue se efetivar e produzindo corpos descartáveis na lógica capitalista sobretudo na reprodução do racismo estrutural (ALMEIDA.2019), que fora do mercado de trabalho precisam lidar com a “viração” ou o que sobra, os trabalhos precários ou o não-trabalho, condição esta que leva muitas vezes, não somente, as pessoas a ficarem a mercê da sociedade, sem assistência do Estado ou de grupos da sociedade civil, a realidade de morar na rua se torna a única opção.

Segundo Brasil de Fato a cidade do Recife carece de dados atuais sobre a população de rua na metrópole. O último dado relata que seriam 1,4 mil pessoas em situação de rua no ano de 2019, e nesse mesmo ano a população da metrópole recifense somava cerca de 1.645.000 pessoas. Todavia, o número de pessoas na cidade do Recife já aumentou em quase 18 mil até o ano de 2020, segundo dados do IBGE revelando um déficit de quase 3 anos sem atualização dos dados sobre essa população. A carência de dados atualizados mostra-se a invisibilidade dessa

população que em sua maior parte da população em situação de rua se concentram nas periferias do centro da cidade do Recife, sobretudo nos bairros da boa vista, São José, Santo Amaro, Santo Antônio, e estão debaixo de marquises, porta de bancos, pontes, viadutos, imóveis abandonados etc. Nas palavras de Robaina “Essa coexistência contraditória de fatores que parecem ser excludentes como aqueles chamados estruturais ou econômicos e aqueles chamados pessoais ou relacionais (ROBAINA, 2013) na conformação do fenômeno fica plenamente evidenciada quando tomamos a totalidade concreta das relações sociais capitalista a partir das trajetórias dos sujeitos a ela (SCHOLZ, 2004)”.

O processo de metropolização com suas atrações e expulsões populacionais acarreta em pessoas que não se inserem na reprodução capitalista da metrópole e reflete na situação de rua, que por sua vez é a negação de territórios para os esses expropriados que em instância máxima chegam a negação da “prestabilidade” desse corpo negro na sociedade do capital. Nesse sentido, o presente artigo serve como ferramenta de reflexão para repensar o Recife como metrópole e sua reprodução e seus processos de expulsão e relacionando com a formulação feita por Ana Carolina Leite e Daniel Giavarotti (2019) sobre o confinamento como padrão territorial das relações capitalistas contemporâneas que são o reflexo da crise do trabalho, sobre a ótica da situação de rua na metrópole do Recife.

Palavras-chave: Metropolização; Situação de rua; Corpo Negro; Expropriação

JUSTIÇA AMBIENTAL E RACISMO AMBIENTAL: Ajudam a Entender a Proporção Trágica das Chuvas em Pernambuco no Final de Maio de 2022?

Lara Buitron
laraobuitron@gmail.com

Lucas Rodrigues Souza
lucasrodriguessouza112@gmail.com

João Vitor Corrêa de Araújo
joavitorcorrea2@gmail.com

O seguinte trabalho propõe iniciar uma investigação sobre problemas sociais relativos à Justiça ambiental. Conceito pouco difundido no Brasil, principalmente para casos como os alagamentos e deslizamentos, Justiça Ambiental explica casos de desastres ambientais que a primeiro momento parecem indiferentes à vontade humana, isto é, a causa é sempre atribuída à natureza e seu curso natural. Nesse artigo debatemos o surgimento do conceito e sua origem, depois passamos a investigar os trabalhos que dão uma noção científica da chuva em Recife ao longo dos anos, depois relacionamos isso a ação do Estado. A desnaturalização desses desastres é feita a partir daí demonstrando a forma desigual de como são afetados as diferentes partes da cidade. A desigualdade está criando situações em que esses fenômenos são cada vez menos previsíveis e naturais, pelo contrário, eles se relacionam aos desequilíbrios que a mudança

climática causa. Trazemos a análise das ações e omissões do estado que ainda não foram capazes de sanar ou mitigar esse efeito danosos dos eventos chuvosos cíclicos.

O termo *Justiça Ambiental* surge no contexto norte-americano, em 1978, algumas comunidades percebem que determinados descartes de rejeitos e usos do solo, gerando poluição e impactam a vida, estavam afetando mais uma determinada parcela população. Criticou-se a formulação de uma política de distribuição injusta dos impactos ambientais, percebeu-se a escolha política direcionando problemas ambientais, causados pelo capitalismo, para a parte explorada.

Segundo Selene Herculano (2008 p.6) “Racismo Ambiental” é a forma do racismo abordando a questão territorial, é nele que se cristalizam as políticas de genocídio e etnocídio contra as populações mais vulneráveis, seja pelo Estado como pelo setor privado. É o biopoder e a biopolítica, é através do racismo que esse biopoder adquire uma nova fórmula e passa a focar na questão ambiental.

O termo “Injustiça Ambiental” é fruto da definição do fenômeno percebido por essas pessoas e entidades, entende-se por ‘Injustiça Ambiental’ sociedades desiguais destinam a maior parte dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis (HERCULANO 2008 p.2).

O presente artigo utiliza da pesquisa bibliográfica e documental seletiva, visando a inserção inicial do tema da área da Ciência Política e da Sociologia Urbana. A Justiça Ambiental foi o conceito chave utilizado para a reflexão dos eventos trágicos que aconteceram em Pernambuco em 2022, também foi utilizado o Racismo Ambiental enquanto conceito subjacente ao Racismo Estrutural no qual a sociedade brasileira foi estruturada. A desigualdade de estrutura mínima de esgotamento e de prevenção de desastres climáticos é um problema brasileiro, que certamente afeta, em geral, as favelas e regiões mais pobres do Brasil. Nos morros de cidades como o Recife se encontram alguns desses problemas.

As perdas humanas, sociais e econômicas, relacionadas aos eventos climáticos dos dias finais de maio de 2022, resultaram em mortes na Região Metropolitana do Recife. Os lugares são conhecidos. Werônica de Souza, estudou profundamente os parâmetros de precipitação e a partir de séries históricas, investigação em jornais e dados meteorológicos, constatando que a cidade do Recife é bastante propensa a catástrofes pluviais.

“Análise De Riscos E Vulnerabilidades Climáticas E Estratégia De Adaptação Do

Município Do Recife – PE Resumo Para Tomadores de Decisão” produzido pela prefeitura é um texto que demonstra o início da criação de políticas públicas mais sistemáticas e com apoio internacional: “o reconhecimento do Recife pelo IPCC como uma das cidades mais vulneráveis à mudança do clima no mundo (IPCC, 2014), ocupando a 16 colocação.” (Análise De Riscos, 2019, p.11). É essencial um enfoque que admita que as chuvas e as catástrofes, bem como seus efeitos, em Recife são um problema social bastante complexo e presente em diversas áreas, além da baixa capacidade do município de lidar com eles, a mudança climática tem averbado as consequências desses eventos.

O crescimento acelerado e desorganizados das grandes capitais e o extermínio das áreas verdes nos centros urbanos se somam para apresentar as mudanças bruscas, porém cíclicas, na violência dos fenômenos naturais, assim como, constituem nas populações negras, pardas e indígenas em contexto urbano os principais alvos da política de morte estatal.

É preciso mapear e instituir ações que sejam emergenciais e de longo prazo. Existem estudos científicos e até cartilhas, que trazem a constância cíclica dos eventos e suas possíveis soluções, o que parece faltar é a vontade política para a mudança.

Palavras-chave: Justiça Ambiental, Racismo, Chuva, Recife

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. 264 p. (Selo Sueli Carneiro). Coordenação de Djamilia Ribeiro.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. **Interface**s: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 1-20, jan. 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-15, 11 mai. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2020.v29n2/e180519#>. Acesso em: 05 set. 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas e Estratégia de Adaptação do Município do Recife – PE**: Resumo Para Tomadores De Decisão. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife. 2018. Disponível em: https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/sumario_clima_recife_portugues.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

SOUZA, Werônica Meira de. **Impactos socioeconômicos e ambientais dos desastres associado às chuvas na cidade do Recife - PE**. 2011. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Cam, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/17020/3/WER%c3%94NICA%20MEIRA%20DE%20SOUZA%20-%20TESE%20PPGRN%202011.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

CONTRADIÇÕES DA DINÂMICA URBANA: Simbologias dos Excluídos Frente à História Colonial nos Bairros do Recife e Santo Antônio

Guilherme Francisco da Silva
guilherme.francisco@ufpe.br

Ester Claudino Gomes
ester.claudino@ufpe.br

Maria Vitoria Andrade
mariavitoria.andrade@ufpe.br

O presente inscrito é produto da aula de campo na disciplina Geografia Urbana ofertada pelo departamento de geografia da UFPE, em 2021, a atividade realizada no Bairro do Recife, teve como percurso os pontos da: Comunidade do Pilar, Praça Dezesete e Praça do Diário. Dentre a análise das contradições espaciais que envolve as nuances da Comunidade do Pilar, as questões habitacionais e vulnerabilidades sociais são exibidas em meio às estruturas industriais, a Praça Dezesete e a Praça do Diário, constituem dá mais intrínseca e nítida desigualdade e exclusão social, onde as pessoas em situação de rua que compõe a paisagem desses locais tornam-se inevitavelmente os pontos de interesse nesse trabalho. Com isso, durante as reflexões advindas do contato com o espaço vivido proporcionada pela atividade campo, o trabalho tem o intuito de compreender as dinâmicas e transformações espaciais sobre a paisagem da cidade do Recife, assim como também atrelar o contexto histórico às mudanças ocorridas no espaço urbano. Para

tanto, foram consultados autores como Corrêa (1995) e suas contribuições para a análise do espaço urbano, bem como Santos (1988) e Carlos (2015).

A pesquisa em questão se realiza pelo estudo de caso, com viés descritivo-exploratório, (GIL, 2002) com o caráter de utilizar a descrição das características significativas do objetivo de estudo para explicar possíveis fatores que contribuem para sua ocorrência, sendo “pesquisas exploratórias e descritivas são uma fase prévia e indispensável para as explicações científicas, sendo elas que identificam os fatores e determinam o fenômeno que demanda que esteja descrito e detalhado em sua teoria e prática” (GIL, 2002, p.42). Com isso, a fundamentação desta pesquisa decorre pelo levantamento bibliográfico adjunto às reflexões feitas em campo para desenvolver questões importantes sobre a problemática do assunto.

Para Corrêa (1995) o espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, os quais definem áreas como “o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão”. Sendo estes diversos usos do solo que caracterizam a organização espacial da cidade, ou evidenciam suas fragmentações. Na esfera simbólica, desenvolve-se como produto que carrega toda historicidade das ações desta acumulação sendo construída a partir dos agentes sociais de relações complexas e variadas. Além disso, a produção do espaço urbano, ainda segundo o autor, é feita a partir dos agentes sociais que fazem e refazem a cidade, para esta reflexão serão considerados principalmente os grupos sociais excluídos.

Os grupos sociais excluídos, nas palavras de Correa, “são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel” completando que “a estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas”. Ademais, (CARLOS, 2015) argumenta sobre essa relação do espaço com o seu valor de uso e troca, seguindo a mercadoria, como consequência de um processo no qual é indicador de disputa pelo uso dos lugares nas cidades pelas diferentes classes sociais, sendo a base para conflitos. Através de espaço urbano dual e controverso, mantendo estruturas antigas enquanto tenta abarcar o novo refletindo em seu uso e apropriação, o bairro do Recife possui característica intrínsecas de seus tempos, marcando momentos estético arquitetônico ao qual a década de construção estava vinculada; das fachadas dos prédios antigos aos modernos implantados entre os resquícios do

porto; das estruturas tecnológicas e suas contribuições ao desenvolvimento da cidade; e das águas e pontes que fazem a cidade ser conhecida como a Veneza brasileira.

Com isso, a fragmentação espacial é expressa diretamente na paisagem que constroem o urbano, apresentando realidades distintas num mesmo espaço e recorte, como é no bairro do Recife, São José e São Antônio. A paisagem conforme Santos (1988), está suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, sendo um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas e construir o espaço. Assim considerando a paisagem uma porção do espaço que está sujeita às condições do passado, evidenciadas no presente e que reverberam no futuro, o Recife se coloca como um prato cheio de análises e considerações.

A negligência social encontrada na cidade e suas contradições supracitadas ilustram a problemática manifestada no espaço urbano do Recife: descaso com as populações periféricas que se alojam em moradias precária ou nos espaços públicos da cidade, a falta de assistência, políticas públicas ineficazes, programas governamentais direcionados como paliativos e não como resolução concreta, entre as inúmeras formas de pagamento territorial. Dessa forma a problemática apresentada perpassa por diversas esferas: urbana, política e social. Sendo possível ver o que é constantemente invisibilizado, mas sempre se faz presente no espaço urbano frente a maquiagem de um Novo Recife que não consegue esconder suas fragmentações e desigualdades sociais.

Postulamos a necessidade de olhar a cidade como ela realmente é, e desenvolver diretrizes de planejamento urbano que articule seus habitantes englobando sua diversidade socioeconômicas, sendo eles de prédios ou de cortiços, quem nela compra em shoppings ou no comércio informal, passeia ou trabalha, quem nela vive. Concluimos assim que a resolução da cidade se encontra na cidade: em seus prédios abandonados, nas praças e seus ocupantes, nas esquinas e pontes.

Palavras-chaves: Recife, Cidade, vulnerabilidade, habitação.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A., VOLOCHKO, D., ALVAREZ, I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano, 1995**. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/correa-roberto-lobato-o-espaco-urbanopdf.html>>. Acesso em: 20, nov. 2021.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

URBANIZAÇÃO CRÍTICA E REPRODUÇÃO PERIFÉRICA: as Condições de Sobrevivência dos Moradores da Favela do Jordão - Recife (PE)

Vinicius Souza Barros de Freitas
vinicius.souza@ufpe.br

Renato Henrique Oliveira da Silva
renato.oliveirasilva@ufpe.br

Walter Daniel Silva Calado
walter.daniel@ufpe.br

Este artigo tem como objetivo geral analisar o processo de metropolização na cidade do Recife e sua intensa urbanização violenta sobre os corpos que têm produzido territorialidades segregadas, criando dicotomias como o campo e cidade, centro e periferia, divisões que em tela produz uma cidade fragmentada. Neste sentido, este trabalho parte de pesquisas de campo realizadas no bairro do Jordão, periferia da zona sul do município, que durante o PIBIC (Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), foi possível perceber no cotidiano dos moradores e a partir de suas trajetórias de vida a experiência de sobreviver no limite da reprodução social imposta pela cidade que é um mundo mediado pelo dinheiro.

O estudo deste trabalho baseia-se numa visão crítica sobre a produção e a reprodução da favela do Jordão na zona sul do município do Recife, olhando para as condições que esses indivíduos estão experimentando a cidade na medida que acontece sua expansão, levando em consideração as relações de violência econômica e extra econômica que perpassa pelo cotidiano destas pessoas. Como problema, pretende-se formular uma relação entre mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977), sob a concepção da professora Amélia Damiani (2009) de uma urbanização crítica no processo de generalização da proletarização como a impossibilidade do urbano para todos, relacionando com a formulação feita por Ana Carolina Leite e Daniel Giavarotti (2019) sobre o confinamento como padrão territorial das relações capitalistas contemporâneas que são o reflexo da crise do trabalho, a partir de uma análise do processo de periferização da favela do Jordão no crescimento da metrópole do Recife.

Segundo o censo do IBGE de 2010, o bairro do Jordão tem por volta de vinte mil habitantes morando em aproximadamente 158 hectares de área, são 132 habitantes por hectare (Dados da Prefeitura do Recife) - analisando esses dados de forma crítica, podemos perceber que há muitas pessoas morando em pequenos espaços dentro do bairro, principalmente em encostas e no topo dos morros, ocupando moradias com menos de 100 m² em imóveis desprovidos de infraestrutura, trabalhando por horas exaustivas durante o mês para ter em média um salário mensal que é insuficiente para a reprodução familiar na cidade, mobilizando não só a população economicamente ativa, mas também os(as) jovens e idosos(as) a acessar o dinheiro para compor uma renda básica familiar, em muitos casos nas plataformas digitais, na fala de Ludmilla Abílio (2019) podemos entender como trabalho uberizado.

A mobilização do trabalho traz uma certa duplicidade na liberdade, o direito de si mesmo que emerge das antigas relações de dominação (GAUDEMAR, 1977), o sujeito é expropriado de tudo sobrando a sua força de trabalho como mercadoria e meio de reprodução, a opção do sujeito é utilizar seu corpo, negro no caso latino-americano, como forma-mercadoria, para então conseguir dinheiro e reproduzir os seus próprios meios de vida, como a saúde, educação, alimentação, moradia, vestimentas, impostos, entre outras coisas necessárias para a sua autoconstrução e reprodução na metrópole (GIVAROTTI, 2012). As periferias surgem como

locais de acesso a terra barata, geralmente em áreas de morro próximo a encostas em terrenos irregulares, em áreas de córregos e terrenos alagáveis, pouco saneada, pouco iluminada, de difícil acesso a água potável, longe de supermercados, de farmácias, de escolas, dos pontos de ônibus e metrô, poucas ou quase nenhum incentivo para áreas de lazer.

As famílias de trabalhadores, entendidos como mercadoria força de trabalho, que buscam essas áreas estão submetidos muitas vezes a uma relação de trabalho que na forma de remuneração pelo salário não consegue garantir as mínimas condições de vida, onde no próprio salário não está garantido o valor do aluguel, alimentação, dentre outros benefícios que possibilitam esse trabalhador ter o acesso a terra, por exemplo. Tendo em vista esse cenário, essas pessoas precisam se desdobrar dedicando longas horas de trabalho, além do tempo “livre” que é usado para autoconstrução de suas moradias e de seus familiares/amigos, sendo essa a forma da qual estão experimentando a vida na cidade, sempre mobilizados pelo trabalho.

Nessa relação de trabalho, que se encontra em crise, as famílias de trabalhadores que antes encontravam garantias legais por meio da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), nos últimos anos se defrontaram com o desmontes das leis trabalhistas, as quais permitiram a dissolução de direitos antes conquistados como a férias repartidas, contratos intermitentes, plataformação do trabalho, dentre outros moldes que tornam as condições trabalhistas em subempregos. O discurso “tempo é dinheiro” é justamente aquele tempo “livre”, ou seja, fora das horas fixas de trabalho, a chance de tirar um dinheiro “extra”, exercendo longas horas de trabalho - em muitos casos essas formas de subemprego torna-se a principal fonte de renda de muitas pessoas que não conseguem ter acesso direto ao trabalho assalariado, mobilizando esses trabalhadores a conseguir dinheiro de alguma forma para poder se reproduzir.

Desta forma, o crescente número de trabalhadores na viração para conseguir dinheiro, é um sintoma dessa crise que atinge os mais vulneráveis na ordem social, que pela terceirização, precarização e plataformação, se tornam trabalhadores por terem um celular, uma *bike* e uma caixa de entrega autofinanciada para o trabalho de entregador, por exemplo. Pode-se inferir que no processo de urbanização da cidade do Recife, que caracteriza-se como a metrópole, a negatividade da generalização da proletarização pode ser entendida por aqueles proletários que não se reconhecem e que não são reconhecidos como trabalhadores e até são excluídos sociais como moradores de rua, periferia, acampamentos, entre outros, é a aparência da urbanização

crítica, que é a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e da reprodução social (DAMIANI, 2009).

O processo de industrialização e metropolização gerará uma implosão dos regimes de confinamento, resultado de uma superexploração de suas forças de trabalho, a opção da autoconstrução como forma de acesso a moradia de um trabalho não pago extorquido dos trabalhadores fora do ambiente produtivo, junto ao aumento da composição orgânica do capital que implica a expulsão sistemática do trabalho humano da produção, é o fundamento para o processo de valorização do capital. Leite e Giavarotti (2019), afirmam que é possível entender que a incorporação de atividades produtivas na periferia, território historicamente voltado para a reprodução dos trabalhadores e suas famílias, junto a mercantilização de atividades reprodutivas vêm corroborando para o processo de confinamento desses territórios que são objeto de práticas de exceção exercidas pelo próprio Estado, direcionando o alvo principalmente para juventude negra, e que pode ser entendido a partir de uma relação estrutural do racismo em curso (ALMEIDA, 2019) desde que foi anunciado o início da modernidade no século XV.

Palavras-chave: Metropolização, Mobilização, Periferia, Urbanização, Crise.

A EMERGÊNCIA DA CRISE DO COMPLEXO PRISIONAL DO CURADO/PE: uma Leitura Crítica da Expansão da Prisão para Além dos seus Muros

Renato Henrique Oliveira da Silva
renato.oliveirasilva@ufpe.br

Vinicius Souza Barros de Freitas
vinicius.souza@ufpe.br

Walter Daniel Silva Calado
walter.daniel@ufpe.br

A partir de pesquisas de campo no Complexo Prisional do Curado/PE, este trabalho pretende expor como dentro de um dispositivo tecnológico de gestão populacional, a prisão, tem sido uma centralidade na produção de territórios e territorialidades que estão a todo momento em disputa por interesses diversos, desde uma dinâmica territorial interna que organiza a segurança, os pavilhões, as posições de comando, a produção de moradias, dentre outros. Até o seu transbordamento para além dos seus muros, atingindo as periferias metropolitanas e as relações sociais que são interconectadas com esse sistema, que vai dos laços com os familiares, até a

procura de relações afetivas e consumo de vários serviços e bens que são mobilizados para suprir uma necessidade interna do presídio.

As prisões nascem com as fábricas, se tornam, junto da escola, dos hospitais, dos manicômios e dos exércitos, dispositivos tecnológicos de gestão populacional que reproduzem práticas que culminam no processo de disciplinamento para o trabalho (GODOI, 2017; FOUCAULT, 2010; AGAMBEN, 2005 e 2007; WACQUANT, 2003 e 2008). Com a crise do trabalho (KURZ, 2016) a ideia da prisão como sendo esse espaço de ressocialização para o disciplinamento do trabalho entra em colapso. Há algumas décadas, a fábrica começou seu processo de esvaziamento. O grande exército de trabalhadores que foram mobilizados (GAUDEMAR, 1977) para o trabalho e em busca de um emprego para conseguir alcançar seu acesso ao tão prometido Estado de bem-estar social, nesse momento se defrontam com o “Estado de exceção” (AGAMBEN, 2007), que é a não garantia de direitos que atenta até mesmo contra a vida dos trabalhadores.

Agora essa população está sendo empurrada ladeira abaixo em direção ao precipício e é identificada como supérflua, descartável, indesejável. Nesse sentido, olhar para a forma-prisão e entendê-la como produtora de espaço, nos ajuda a ter um olhar crítico sobre a atual situação da reprodução social capitalista que anda em crise, não só econômica e política, mas uma crise social generalizada. Localizado em Recife/PE, no bairro do Sancho, o complexo prisional é formado por três unidades prisionais, o Presídio Frei Damião de Bozzano (PFDB), o Presídio ASP Marcelo Francisco de Araújo (PAMFA) e o Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALLB). A escolha desse dispositivo se dá principalmente porque como integrante da instituição Serviço Ecumênico de Militâncias nas Prisões (SEMPRI), este autor realizou por mais de dois anos trabalhos de monitoramento dentro dessas unidades prisionais, percebendo algumas dinâmicas específicas do sistema penal de Pernambuco que despertaram muitas indagações e questionamentos sobre a produção do espaço na prisão e o seu transbordamento.

A prisão tem se constituído na atualidade como um dispositivo de governo que tem se retroalimentado pela sua atual função social, como “prisão-depósito” (WACQUANT, 2003) ou “prisão massificada” (GODOI, 2017). Esse projeto institucional parece esquecer seus próprios objetivos que em um passado recente apontavam para seu papel ressocializador. Contudo, na contemporaneidade, uma mudança estrutural na forma prisão resultou na prisão-depósito ou em massa apontada pela bibliografia. Nesse sentido, as alterações recentes nas formas de controle e

punição da prisão se colocam como objeto de análise necessário quando indagamos sobre a consolidação de um “Estado penal” (WACQUANT, 2003, 2008) e o processo já tão esmiuçado do encarceramento em massa.

No Brasil, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2021, a população privada de liberdade em níveis estaduais (673.614 pessoas), federal (549 pessoas), os em prisão domiciliar (141.002 pessoas) e outras prisões (sob custódia das polícias judiciárias, batalhões de polícias e bombeiros militares, aproximadamente 5.524 pessoas), totalizavam um quantitativo de 820.689 pessoas, as quais estão de alguma forma inseridas no sistema penal brasileiro. A história do crescimento da população carcerária no Estado de Pernambuco seguiu o mesmo rumo que o encarceramento em massa a nível nacional nas duas primeiras décadas do século XXI.

O encarceramento em massa que ocorreu no Estado de Pernambuco é algo notório ao pensar que em tão pouco tempo chegamos em um patamar tão grande, segundo dados obtidos da Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES/PE) obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (2019106187), o Estado quase duplicou a sua população carcerária entre os anos de 2007 e 2019, passando de 17.244 à 33.330 pessoas. No ano de 2022, segundo dados obtidos em campo dentro das unidades prisionais (12/09/22), a população carcerária do Estado atinge um quantitativo de 34.454 pessoas privadas de liberdade, com um total de 13.842 vagas, um déficit de 20.612 vagas em média, mostrando que essa elevação da população carcerária segue em sua dinâmica crescente.

Desta forma, além de realizar uma análise de como o objeto de estudo aqui citado tem produzido territórios e territorialidades dentro de sua lógica de funcionamento, também nos interessa construir um diálogo sobre a questão racial dentro do sistema penal em Pernambuco. O racismo estrutural (BORGES, 2019; ALMEIDA, 2018) tem sido uma categoria muito utilizada para se pensar as atualizações dos mecanismos de controle social que focalizam políticas de confinamento e de morte a grupos socialmente determinados, e quando nos referimos às prisões, essas medidas tem se intensificado de forma generalizada. O encarceramento em massa como uma ferramenta de aprisionamento de milhares de jovens, negros e negras, periféricos, desempregados, pessoas descartáveis e abjetas (BUTLER, 2015), nos permite criar pontos de conexão que explica a forma atual de políticas genocidas, que na forma do racismo estrutura e fundamenta a criação desse sujeito desviante.

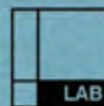
Por conseguinte, este artigo irá dissertar sobre como na contemporaneidade a prisão tem sido um agente importante na produção do espaço, de um território sempre em disputa, gerando mobilidades, negociações, transferências, apropriações em várias dimensões da sociabilidade capitalista. Permitindo a partir de experiências de campo compreender dinâmicas internas e externas da prisão-prédio, onde é possível ver desde um processo de favelização interno a cadeia, até a mudança organizacional da vida do bairro e periferias, se adequando a formas de territorialização do capital (LEITE e GIAVAROTTI, 2020), cada vez mais predatório, perverso e destrutivo, avançando sobre os corpos que numa lógica mercadológica não tem valor.

Palavras-chaves: Prisão, Território, Trabalho, Crise, Racismo.

14 a 16
de março
de 2023

I SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE O RECIFE: REPENSANDO A METRÓPOLE

Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



MEMÓRIA, HISTÓRIA e PATRIMÔNIO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



UFRR



Cadeira
Manuel Correia
de Andrade
UFRR



Ecologia política
e Direito à Cidade



NEXUS



FUNDARPE

Secretaria de
Cultura



SECRETARIA DE CULTURA
PERNAMBUCO

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MORRO DA CONCEIÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURA LOCAL E NA VIDA DOS MORADORES

Paulo Matheus Bezerra Viana De Azevedo
paulomatheus51@gmail.com

O Morro da Conceição, inserido na RPA 3, tem cerca de 38 hectares e possui uma população residente de 10.182 habitantes, segundo dados da Prefeitura do Recife. Esse número vem crescendo ao longo das décadas desde a formação original do local. Anteriormente pertencente ao bairro de Casa Amarela, tornou-se bairro independente em 1988, com a reorganização política desses locais. O Morro conta com uma pracinha principal em seu centro, juntamente com o Santuário e o monumento de Nossa Senhora da Conceição. Com caráter residencial e comercial, o bairro dispõe de lojas, bares e mercados em seus arredores, assim como alguns serviços básicos, como posto policial, unidades de saúde, escolas e farmácias.

Hoje, repleto de simbolismos, comemorações religiosas, projetos sociais e expressões culturais, o Morro da Conceição, no início do século XX, era apenas uma grande elevação coberta por uma extensa vegetação. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é entender como se deu a ocupação do bairro e como a maneira pela qual ele foi ocupado afetou a vida dos habitantes do lugar. Para isso, o procedimento metodológico utilizado foi o de revisão bibliográfica de artigos e dissertações. Durante o período das invasões holandesas no Brasil, o Conde de Bagnuolo, um

importante militar italiano, enviado pelas coroas de Portugal e Espanha para ajudar no combate aos holandeses, arquitetou uma fortificação próxima ao antigo forte no Arraial do Bom Jesus, à beira do atual Morro da Conceição (FIGUEIRA, 2000, p. 90). Quando os holandeses foram derrotados, o local mencionado passou a ser chamado de Outeiro de Bagnuolo ou Morro do Bagnuolo, o que nos leva a inferir que a região hoje conhecida como Morro da Conceição tenha sido palco de importantes batalhas contra os holandeses (BRANDÃO, 2009, p. 202).

O nome vigente veio da própria população com a construção do monumento de Nossa Senhora da Conceição pelo Bispo do Recife, Dom Luiz Raimundo da Silva Brito, em 8 de dezembro de 1904, recomendada pelo papa Leão XII em comemoração aos cinquenta anos do Dogma da Imaculada Conceição de Maria (BRANDÃO, 2009, p. 201). Logo na inauguração, inúmeros devotos e sujeitos, direta ou indiretamente ligados à Igreja Católica, percorreram longas distâncias até chegar ao local do monumento, marcando o Morro como um lugar de romaria e de sacralidade desde então, e tornando o dia 8 de dezembro um feriado municipal para os recifenses. Dois anos após a construção da estátua, foi construída uma capela próxima ao monumento. Com a elevação da capela à condição de Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Morro, em 8 de dezembro de 1975, iniciava-se a mobilização da população do Morro e de visitantes para a construção da nova igreja, partindo da estrutura existente. Assim, com a participação da comunidade, em 12 de setembro de 1976, a nova igreja foi inaugurada.

A ocupação do Morro da Conceição ocorreu, sobretudo, nas décadas de 1930 e 1940, motivada por três causas principais: a fuga da população das áreas alagáveis próximas ao centro do Recife; pelo processo de “higienização social” da cidade encabeçado por Agamenon Magalhães para deixar o centro mais belo, moderno e livre de mocambos; e por pessoas vindas do interior do estado em busca de melhores condições de vida (BEZERRA, 1965). Primeiro, os aforamentos dos terrenos nos mangues surgiram em face ao crescimento das indústrias e do comércio nas regiões próximas aos alagados. Aos poucos, as comunidades de mocambeiros dos mangues foram sendo expulsas de forma ilegal pelos foreiros e recorreram para os espaços limítrofes do Recife (idem). Logo depois, com a criação da Liga Social Contra os Mocambos, em 1939, a população dos alagados e mangues do Recife teve, mais ainda, que se deslocar para outras regiões (idem). Por fim, A Segunda Guerra Mundial proporcionou uma ascensão econômica na planície recifense, fazendo com que muitos moradores do interior do estado se mudassem para a capital (idem).

O crescimento populacional no Morro (hoje com 265,24 hab/ha) trouxe a necessidade de desenvolvimento da infraestrutura e do espaço, que aconteceu de uma maneira desorganizada e sem a preocupação do governo para atender a população (ANDRADE, 2006). Esse fato provocou diversos riscos aos moradores do local devido aos deslizamentos agravados pela retirada da vegetação do entorno e pela lixiviação das águas das chuvas. Esses problemas persistem até os dias atuais e são verdadeiros impasses no cotidiano dos cidadãos, pois não existe uma preocupação concreta dos órgãos públicos na adoção de medidas governamentais que visam a qualidade de vida da população a longo prazo, a durabilidade das obras e o seu valor estético, optando por medidas emergenciais que intencionam redução de custos (idem).

Entende-se, desse modo, que a região do Morro da Conceição está “[...] atrelada à reprodução urbana da cidade (...), que por sua vez, é fruto da superposição complexa de fases de uma urbanização periférica cujas especializações subordinam-se e expressam os movimentos desiguais da acumulação global.” (FERREIRA, 2000 p. 91). É evidente para as pessoas que habitam o local a percepção de que o Morro da Conceição é um lugar violento, com problemas sociais e econômicos, um saneamento inadequado, com infraestrutura precária e serviços essenciais sem qualidade. No entanto, o Morro também é um espaço de cultura, de sociabilidade, de resistência e de continuidades com o sagrado, tendo um significado extremamente latente na vida dos recifenses e pernambucanos, e que necessita, asseguradamente, de reestruturação.

Palavras-chave: Morro da Conceição. Processo de ocupação. Moradia. Problemas sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thaís; BARBOSA Luciane; MELO, Raquel; SANTOS, Maria Pricila; SILVA, Flávia. **A questão da habitação no Morro da Conceição:** condições sociais como determinante da moradia. Anais da 58ª Reunião da SBPC. Florianópolis, SC. Junho, 2006

ALBUQUERQUE. Daise; BRANDÃO. Sylvania. **Santuário de Nossa Senhora da Conceição e o processo de romanização.** III Colóquio de História - Brasil: 120 anos de República. UNICAP, Recife - PE. 2009. pp. 198 - 209.

FERREIRA, G. P. de M. **Morro da Conceição:** espaço e cotidiano do lugar. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 4, n. 2, p. 89-111, 2000. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2000.123485. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123485>.

FIGUEIRA. Adriana Barata dos Santos. **A Grande Mãe:** um estudo sobre o imaginário do lugar Morro da Conceição. UFPE. 2000

Prefeitura do Recife. **Morro da Conceição.** Dados demográficos e geográficos do Morro. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/morro-da-conceicao?op=NzQ0MQ=>> Acesso em: 11 jan. 2023.

SANTOS. Pe. Pedro Luis dos. **Santuário Nossa Senhora da Conceição, Recife (PE).** Revista Ave Maria, 2021. Disponível em: <https://revistaavemaria.com.br/santuario-nossa-senhora-da-conceicao-recife-pe.html>

Santuário Nossa Senhora da Conceição. **Festa do Morro da Conceição.** 2018. Site da festa de Nossa Senhora do Morro da Conceição. Disponível em: <http://festamorrodaconceicao.blogspot.com/>. Acesso em 11 jan. 2023.

SOBRE O OLHAR, A CIDADE: Representação, Memória e Patrimônio

Ana Paula Guedes de Andrade
ana.pgandrade@ufrpe.br

Marny Pessoa Silva de Araújo
marny.araujo@ufrpe.br

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
ananascimentoufrpe@gmail.com

Esse estudo busca fortalecer um melhor entendimento acerca dos conceitos de memória e seu uso na produção do conhecimento histórico, ligado a construção da cidade em seu sentido de paisagem urbana, servindo de elemento fundamental para a preservação do patrimônio construído. Trabalhando alguns autores que utilizam conceitos que relaciona a cultura, a memória e o patrimônio, deste modo objetiva-se encontrar uma forma de abordagem teórico-metodológica que reflita as possibilidades de aplicação do mesmo dentro da pesquisa de doutorado sobre a preservação do sítio histórico da cidade de Goiana, Região Metropolitana do Recife. Com o intuito de compreender as relações entre o lugar e a sua memória, como experiências e representações espaço temporais, e tentando analisar os debates sobre a compreensão de como são construídas narrativas espaciais a partir de diferentes sujeitos e do entendimento do lugar, desta memória e desta identidade pelos diversos grupos que se relacionam e dão significado ao patrimônio

histórico, através de alguns autores que abordam esse tema. A cidade pode ser observada a partir de diferentes conceitos que irão auxiliar a sua relação com sua representação com a cidade e sua memória e com a cidade e seu patrimônio, desenvolvidos a partir da paisagem urbana construída.

O uso da memória para estudos das relações entre homem e o espaço ajuda a compreender os vínculos que são feitos entre os indivíduos e os lugares que ele vive e convive, a sua cidade. A identidade que é criada entre o espaço urbano e os grupos que os habita reflete na forma que essa comunidade vive, pensa e se relaciona entre si e com o lugar.

As conexões criadas fazem parte do dia a dia, as paisagens urbanas compõem a construção do cidadão como parte do lugar e é refletida na busca de uma vida mais tranquila, criando uma ligação com esse espaço, para que o lugar também o represente como parte dele, trazendo o valor de pertencimento.

Os lugares de memória não são os mesmos das memórias do lugar, as paisagens urbanas modificam, e a memória que se guarda daquele lugar não é mais a mesma, mas os lugares estão lá com suas memórias mesmo que suas paisagens estejam modificadas.

Como entender o resgate dessa memória na paisagem urbana, onde o peso do passado foi construído através do traçado urbano e em seus edifícios, uma memória indivisível, mas que pode virar esquecimento se não houver uma gestão desse patrimônio construído.

Assim, memória, identidade, lugar, patrimônio, espaço, tudo isso faz parte do estudo da paisagem urbana, da cidade que se pretende preservar ou esquecer. Onde a memória e o processo de memorialização são partes essenciais na difusão da patrimonialização e preservação do sítio histórico e de sua representação.

Para olhar a cidade, o presente artigo pretende pesquisar os conceitos de cidade e de urbano que ajudem perceber melhor o objeto de estudo do doutorado, trazendo definições que ajudem a enxergar a cidade, sua representação para os grupos que a compõem, sua memória construída por esses grupos e seu patrimônio edificado durante sua história urbana.

O conceito será utilizado para se compreender a essência do objeto da pesquisa de doutorado, dos fenômenos que o envolve, e das leis que são criadas e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa. Não pretendendo elaborar mais um novo conceito, mas buscando entender as definições que envolvem o objeto.

Palavras chaves: Memória, Identidade, Lugar, Cultura, Patrimônio

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, André. Lugar e memória: cenários. **GEOgraphia**, vol. 19, n. 41, 2017: set./dez.
- BOSI, Eclea. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 1 a 29.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.
- HASSENPLFLUG, Dieter. Sobre centralidade urbana. **Revista Digital Arquitextos**, ano 08, junho de 2007. <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235>
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas - SP: Editora UNICAMP. 5ª edição, 2003.
- LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 2008.
- LIMONAD, E., & RANDOLPH, R. (2001). Cidade e lugar: sua representação e apropriação ideológica. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, (5), 9. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p9>
- OLIVINDO, Mário Sérgio Pereira de. Ensino de história e memória: usos do passado e os desafios do historiador e do professor. **XXIX Simpósio Nacional de História 2017**. Site: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502847512_ARQUIVO_ENSINODEHISTORIAEMEMORIASIMPOSIOe.pdf
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- _____. **Cidade, Espaço e Tempo**: Reflexões sobre a memória e o espaço urbano. Revista Lepaarq, UFPel v. 2, n. 4 (2005): jul-dec.
- _____. **Com os olhos no passado**: A cidade como palimpsesto. Revista Esboço: histórias em contextos globais. Revista do Programa de pós Graduação em História, UFSC v 11, nº11, 2004
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, 200-212.
- RICOEUR, Paul. A representação historiadora. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Unicamp, 2007. O jogo social da memória e da identidade(1)
- NORBERG-SCHULZ, Christian. "O Fenômeno do lugar". In: NESBITT, Kate (org.). **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **As metamorfoses do conceito de cidade**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 17-23, dez. 2015. ISSN 1984-2201 © 2002, Universidade Federal do Ceará. www.mercator.ufc.br DOI: 10.4215/RM2015.1404. 0002.

JOSUÉ DE CASTRO E O TEXTO LITERÁRIO: uma Análise Sócio- Histórica sobre o Recife

Pedro Felipe Ribeiro Silva
pedrofelpersi@gmail.com

Este trabalho tem a pretensão de apresentar um diálogo interdisciplinar entre a História e a Literatura, buscando entender a relação entre a forma de produção cultural dos textos literários e os aspectos históricos do contexto em que foi criado. Para tanto, o estudo recorre aos pressupostos teóricos elaborados por Raymond Williams (1989) e a estrutura de sentimentos, um procedimento metodológico desenvolvido pelo autor que possibilita compreender como as obras artísticas ou intelectuais são parte intrínseca das sociedades. Através desse método o estudo estabelece uma relação entre a criação literária de Josué de Castro e a realidade histórica vivenciada pelo autor.

Ler e aprender sobre o que Josué de Castro escreveu é um exercício pelo qual alguns especialistas de outras áreas do saber se debruçaram nas obras desse intelectual e autenticaram a relevância do conhecimento produzido por esse autor sobre a realidade brasileira que o mesmo vivenciou. E nessa experiência de vida, Castro revelou a sua identidade com o Recife, retratada de modo científico, analisando os agentes históricos que produziram o espaço urbano da cidade e de forma literária, criando representações dessa paisagem.

A socióloga Anna Maria de Castro (2007), filha do autor, afirma que Josué de Castro cultivava o fascínio pela literatura, algo revelado em contos, ensaios e poemas, publicados na fase

estudantil do curso de Medicina. Admirava a capacidade dos literários em escrever a realidade através de uma linguagem universal, retratando as questões sociais de uma forma pelo qual os cientistas sentem dificuldades de transpor. No ano de 1937, o autor publica o livro *Documentário do Nordeste*, um trabalho que reúne alguns ensaios sobre a condição do Nordeste nas primeiras décadas do século XX e o agrupamento de contos e crônicas (*A cidade; O despertar dos Mocambos; O Ciclo dos Caranguejos; João Paulo; Ilha do Leite; Assistência Social; Solidariedade Humana; A seca*). Nesses contos e crônicas, Castro reserva o seu olhar para as condições de sobrevivência nos mocambos, descrevendo um cenário de migrações para o Recife, demonstrando a sua indignação com o processo de modernização da cidade e a estrutura arcaica, que predomina nas relações sociais do Nordeste brasileiro, o principal responsável pelas exclusões sociais.

Em 1966, Josué de Castro retoma a construção de uma narrativa literária desse cenário de exclusões sociais existentes no Recife, com a criação da obra *Homens e Caranguejos* (1967) o único romance publicado pelo autor. Nesse texto literário, Castro constrói um enredo nas zonas dos mocambos e no cotidiano das personagens em um dilema de sobrevivência nos manguezais, relevando o elemento da fome como o problema social de maior destaque em suas obras acadêmicas. Essa dinâmica social de contradições é parte da formação histórica do Recife e é interpretada por Josué de Castro em suas obras científicas e representada nas narrativas literárias criadas por ele.

Desse modo, o romance *Homens e Caranguejos* é uma forma lúdica de interpretar as categorias de análise que Castro utiliza para explicar os problemas sociais do Recife observados no seu tempo e que se atualizam pelos questionamentos do presente. De acordo com os historiadores Júlio Pimentel Pinto e Maria Inez Turazzi (2021) o diálogo entre a História e a Literatura é uma possibilidade relevante para a produção historiográfica. Eles afirmam que cada disciplina possui um compromisso particular com suas narrativas, cabendo à primeira realizar uma reflexão em torno das experiências históricas vividas, enquanto a segunda indica caminhos que poderiam ser seguidos. Desse modo, o que possibilita a aproximação entre a produção ficcional e a narrativa histórica em um processo de investigação historiográfica é a verossimilhança das representações literárias com os acontecimentos históricos. Na compreensão de Luiz Costa Lima (2015), a verossimilhança é uma definição empregada no romance, no sentido de indicar que esse gênero textual aparenta ser uma verdade, mas é uma ficção.

O escritor do texto literário produz a obra artística em um determinado ambiente histórico-social e pertencendo a esse contexto, ele utiliza da imaginação criativa para pensar os anseios da sua geração, diante das questões sociais daquela realidade histórica. De acordo com Nicolau Sevcenko (1999) o historiador investiga a forma como o escritor se relaciona com o contexto histórico em que ele estava inserido. Desse modo, o diálogo com a Literatura auxilia nas investigações sobre o passado histórico e amplia o horizonte de interpretações históricas na produção historiográfica.

Os textos literários se apresentam como uma fonte que acompanha o processo de urbanização das cidades brasileiras até a contemporaneidade, principalmente o romance. A própria adoção do sistema capitalista na sociedade ocidental é um fato histórico, que marca a narrativa de vários textos literários, tendo a cidade como cenário para o desenvolvimento de um dos aspectos desse modelo econômico, a modernização das relações sociais. De acordo com Denis Bernardes (1996), haverá no Recife o esforço de interpretação artística (romancistas, poetas, artistas plásticos) das ações modernizantes do início do século XX, um espaço de recepção de serviços e inovações tecnológicas capitalistas, que transformam os costumes da sociedade.

Em *Homens e Caranguejos*, Castro cria representações da paisagem urbana do Recife que possuem verossimilhança com os agentes históricos que ele analisou em suas obras científicas. Apesar do seu caráter ficcional, o texto literário é produzido dentro da realidade que inspira a sua criação. Sendo assim, para perceber a relação entre a criação literária de Josué de Castro e a realidade histórica vivenciada pelo autor, se faz necessário recorrer aos pressupostos teóricos de Raymond Williams, no que se refere ao estudo da produção cultural, buscando assimilar como as obras artísticas ou intelectuais são parte intrínseca das sociedades. Desse modo, Williams desenvolveu vários trabalhos, tendo como base a análise da produção cultural e constantemente, investigando a inter-relação entre as obras da Literatura e a sociedade inglesa. O autor investiga as obras através do procedimento metodológico que ele denominou de “escada rolante” para se deslocar na História.

Para categorizar as impressões que ele foi desvendando por meio dessa “escada rolante” em suas pesquisas, Williams (1989) formulou o conceito de “estrutura de sentimentos” para conseguir agrupar as diferentes ideias que aparecem em cada momento histórico específico. Para o autor, a sociedade e a cultura produzida no espaço social são formuladas em um presente

específico, formada por sujeitos daquele momento particular, atribuindo significados ao que está sendo vivenciado. A partir dessa análise é possível identificar na produção cultural e intelectual as expressões dominantes, residuais e emergentes de um determinado momento histórico. Dessa forma, Williams realiza um estudo comparativo entre as obras literárias e os processos históricos da industrialização inglesa.

Ao refletir sobre a aplicação da estrutura de sentimentos, o autor menciona a eficácia desse método para analisar as formas de produção cultural de outras realidades sócio históricas. Assim, através dessa metodologia é possível analisar cada especificidade cultural e como intelectuais e artistas de diferentes locais interpretam a sua realidade histórica, observando a dinâmica dos grupos sociais dominantes, residuais e emergentes situados em um determinado momento histórico. A aplicação teórica desses estudos culturais de Williams, se mostram efetivos nesse trabalho ao tomar emprestado do autor o conceito de estrutura de sentimentos como um procedimento metodológico para analisar o romance *Homens e Caranguejos*, buscando entender o contexto de produção do texto literário e a sua relação com os aspectos históricos do Recife, no século XX.

Palavras-chave: História, Literatura, Josué de Castro, Recife, urbanização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de; GOMES, Edvânia Torres de Aguiar. O jogo do poder na produção do espaço do Recife. *Revista Rural & Urbano*, v. 2, n. 1, p. 39-56, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/241039>>. Acesso em: 30 set. 2020.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. **Do ufanismo edênico ao saudosismo heróico:** ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Brasília, 2013.

BERNARDES, Denis. **O caranguejo e o viaduto.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

CASTRO, Anna Maria de. Josué de Castro: o semeador de ideias. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter. **Josué de Castro: vida e obra.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 27 – 63.

CASTRO, Josué. **Documentário do Nordeste.** 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

_____. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Homens e caranguejos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

_____. **Homens e caranguejos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FILHO, Djalma Agripino de Melo. Uma hermenêutica do ciclo do caranguejo. In: ANDRADE, Manuel Correia. [et al.]. **Josué de Castro e o Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 61-72.

FILMER, Paul. Tradução OLIVI, Leila Curi Rodrigues. A estrutura do sentimento e das formas sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. **Estudos de Sociologia.** Araraquara, v. 14, n. 27, p. 371-396, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação, Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959. Disponível em: <<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/1976>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Luiz Costa. **Os eixos da linguagem**. São Paulo: Iluminuras, 2015.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

QUATRO, Fred Zero. **Caranguejos com Cérebro**. Recife, 1992. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/chicoscience/textos_manifesto1.html>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. **A literatura como missão: tensões sociais e criação na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOARES, Eliane Veras. Literatura e estrutura de sentimentos: fluxos entre Brasil e África. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 2, p. 95-112, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5592/5084>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MEMÓRIA, CIDADES E LUGARES: o Cinema São Luiz como Lugar de Memória?

Anderson Leonardo de Almeida Serafim
andersonleonardoaserafim@gmail.com

Existem muitos trabalhos que já foram escritos sobre as mais variadas cidades brasileiras ou do mundo: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Berlim, Paris, Londres. Os escritos sobre a cidade, contudo, têm apresentado mudanças ao longo do tempo e olhares múltiplos e diversos. As diferentes formas de entender e ver as cidades só é possível porque Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória (PESAVENTO, 2007). Os estudos sobre cultura, patrimônio e memória, onde os principais escritos sobre as cidades hoje estão inseridos, tomaram força a partir da segunda metade do século XX com os avanços teóricos-metodológicos no campo da História Cultural.

Primeiramente é importante lembrar que a História Cultural possui antecedentes desde o começo do século XX e que a expansão dos objetos historiográficos, nas últimas décadas do mesmo século, tornou possível a ampliação dos estudos na historiografia moderna (BARROS, 2005). Essa História Cultural que estamos falando, que têm atraído o interesse de diversos historiadores, não se limita a uma análise apenas de produções culturais literárias e artísticas reconhecidas oficialmente, mas sim a uma cultura popular, das representações, dos diversos grupos sociais e os mais variados campos temáticos da noção de cultura.

O Recife abrange um enorme pólo cultural e diversificado, são as mais formas de manifestação artística reconhecida e apreciada pelos moradores da cidade. Não obstante, no

início do século XX, as produções locais de filmes caíram no gosto do público que passaram a frequentar espaços de sociabilidade destinados às exibições. Ao todo, o Recife contou com aproximadamente 55 casas de exibição espalhadas por todos os bairros. A descentralização dos cinemas de rua contrasta com as salas convencionais hoje em dia, geralmente localizadas nos *shoppings centers*.

A capital pernambucana possui uma importante participação na historiografia do cinema brasileiro. As produções locais que ganharam destaque a partir da década de 20 fez surgir a necessidade de inauguração de espaços propícios a receber os filmes. No começo, as salas de exibição eram localizadas em teatros, casas de variedades e cafeterias, como foi o Cine Pathé, inaugurado em 1909 (SARAIVA, 2013). Com o passar do tempo, o público foi aumentando; as novas casas inauguradas faziam mais sessões por dia; além das produções locais, grandes *blockbusters* internacionais chegavam às salas; ir ao cinema tornou-se uma prática comum ao recifense passada de geração em geração. A animação de quem assistiu Tubarão (1975) ou King Kong (1976), em salas como Veneza e Moderno (hoje já fechadas), ainda reside nos filhos e netos quando fazem filas que dão volta no quarteirão e lotam o São Luiz - o cinema mais antigo em funcionamento na cidade - para assistir Bacurau (2019).

Neste artigo pretendemos estudar como os Cinemas de Rua do Recife contribuem para a construção da memória da cidade, analisando a partir do conceito de lugar de memória do Norra (1993), observando e atribuindo o valor simbólico das antigas casas de projeção. A partir disso, identificamos como os cinemas de rua são retratados em outras produções acadêmicas, livros e jornais, quais aspectos são apontados e como modificam-se a partir do momento que foram escritos. Hoje, escrever sobre as antigas casas de exibição, perpassa por debates sobre patrimonialização e memória, posto que os antigos cinemas de rua ainda em atividade, continuam sendo frequentados.

Na era da multiplicação dos serviços de *streaming*, que proporcionam assistir filmes no conforto de casa, como explicar pessoas lotando cinemas que não fazem parte do grande circuito comercial exibidor? Certamente, podemos nos basear nas ideias de Maurice Halbwachs (1990) quando escreve sobre a memória coletiva. Para Halbwachs (1990) a memória é sempre construída em grupo, mas também é um trabalho do indivíduo; o sujeito que está inserido e habitado em grupos de referência é sempre um sujeito que se lembra. Nesse ponto, podemos levar em consideração que a construção da memória é condicionada pelos grupos de referência, que neste

caso, são os grupos que o sujeito indentificou-se e estabeleceu uma comunidade de pensamentos. Ir ao cinema faz parte da memória social da comunidade, ocupar esses espaços hoje pertence também à identidade que a cidade construiu.

À medida que entendemos as contribuições de Halbwachs nos estudos sobre a memória social coletiva, também precisamos ter noção que assim como o sujeito que se lembra com base no seu grupo de referência, ele também está inserido no processo de esquecimento. Esse processo natural está atrelado a incapacidade dos sujeitos de armazenar com total integridade todas suas memórias, assim os indivíduos são responsáveis em selecionar e modernizar as informações, o que será ou não guardado em sua memória (LE GOFF, 1990).

A ideia da busca pelo o passado identitário, em meio ao mundo globalizado e homogêneo tornou possível a recuperação de símbolos como os cinemas de rua. Porém, Para Pesavento (2005) esse não é um trabalho fácil. Se Pesavento alerta para a difícil tarefa da construção da identidade através desse passado, Pollak (1992) aponta que se a memória e a identidade caminharem juntas, quando são devidamente constituídas, não há uma necessidade de reorganização das identidades coletivas ou individuais caso sejam questionadas.

Ao escrever sobre a relação entre os lugares, memória e história, Norra aponta que os lugares de memória são acima de tudo restos. A valorização, por natureza, do mais novo do que o antigo, mais jovem do que o velho (NORRA, 1993), é perceptível à medida que os antigos cinemas foram saindo de cena para dar lugar a um novo modelo de consumo da sétima arte: as salas multiplexes. Antes, as casas de exibição investiam na quantidade, nas cadeiras disponíveis por sessão; agora, os multiplexes investem em conforto, reduzindo o número de espectadores por sala e fazendo sessões simultâneas.

Porém, Norra continua em seu texto que os lugares de memória surgem a partir do sentimento que não há memória espontânea, ou seja, é preciso uma forma de preservá-la, seja em arquivos, celebrações, aniversários. Mesmo que o Cine São Luiz carregue consigo o símbolo desse resgate de uma cidade do passado, sendo o único cinema tombado como patrimônio cultural, operam no Recife aproximadamente hoje 6 cinemas não convencionais em funcionamento, sendo apenas o São Luiz e o Cine Teatro do Parque sobreviventes do século passado.

Palavras-chave: Cinema de Rua; memória; patrimônio; Recife

UM ESPAÇO, VÁRIOS LUGARES: as “Recife” Identificadas no Sítio Pilar, através da Arqueologia Funerária

Rodrigo Ibson da Silva Oliveira
rodrigo.ibson@ufpe.br

Ana Catarina Peregrino
ana.tramos@ufpe.br

Cláudia Cunha
claudiacunha@ufpi.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo analisar as diferentes “cidades do Recife”, que foram identificadas nos pacotes sedimentares e estratigráficos da área que compreende o sítio Pilar, no Bairro do Recife, através de elementos da cultura material e dos dados bioarqueológicos, identificados durante as escavações realizadas na área que compreende a delimitação do sítio Pilar, Recife-PE. Essas identificações tiveram início durante o processo de escavação da área do sítio Pilar, para a implementação de um projeto de requalificação urbana no bairro do Recife, em que uma das condicionantes para a execução da obra (licenciamento ambiental), foi exatamente a realização de pesquisas arqueológicas.

Neste sentido, as pesquisas tiveram início pela equipe da Fundação Seridó (UFPE, em 2012), e que após um hiato de anos, teve continuidade pela equipe do NEPARQ (núcleo de ensino e pesquisa arqueológica, da UFRPE), que mantém na atualidade a pesquisa em andamento. Durante as escavações, foi identificada uma grande quantidade de variação

sedimentológica (no que diz respeito à granulometria, coloração e textura do sedimento), uma enorme quantidade de estruturas foram soerguidas, tombadas, resignificadas, fragmentadas, entre outros. Também foi identificada uma grande quantidade de vestígios de materiais de uso cotidiano, como materiais em faiança, louça, vidro, grés, ferro, mas principalmente, a grande quantidade de indivíduos inumados, que foram identificados durante as escavações.

Os indícios dos dados apontam que esses indivíduos possivelmente deram sentidos à existência dos artefatos encontrados, e que as próprias inumações, parciais ou totais, por isso possibilitam a ampliação e interpretação do sentido do nosso objeto de estudo. Essas interpretações serão desenvolvidas a partir das ferramentas desenvolvidas pela Antropologia funerária, ou Bioarqueologia e que subsidiarão boa parte das nossas análises. Levando em consideração que os mortos não se enterram, ou seja, são enterrados pelos vivos, então os vestígios que são os mortos, falam muito mais da sociedade que os enterrou. Para entender as dinâmicas *post mortem*, ou em que contextos essas inumações foram concebidas, utilizaremos o foco das “Práticas funerárias e organização social”.

Para isso, buscaremos nos debruçar sobre a Bioarqueologia, objetivando entender as evidências diretas e tangíveis da história dos indivíduos exumados do Pilar, do comportamento funerário da comunidade que os inumou, considerando assim, as peculiaridades existentes nos contextos funerários. (PEARSON, 2005). Ainda sob a perspectiva da Arqueologia Funerária, segundo Parker Pearson (1999), o estudo da morte se debruça não só a entender os rituais e práticas funerárias, mas principalmente, a compreender os modos de viver e conviver que foram estabelecidos em períodos remotos, pelos vivos. Afinal, os mortos não se enterram, mas são preparados e inumados pelos vivos. Por isso, para entender as relações socioculturais presentes a partir da identificação das fontes, utilizaremos as ferramentas utilizadas pela antropologia funerária, e para entender essa distribuição dos indivíduos e objetos no espaço, utilizaremos a antropologia do terreno.

Para analisar as estruturas arquitetônicas, buscaremos estabelecer um diálogo com a arquitetura, onde buscaremos utilizar ferramentas analíticas para identificar as composições, técnicas e finalidades construtivas identificadas em cada arranjo mapeado no traçado do sítio. Já para analisar as composições estratigráficas, nos apoiaremos nas discussões trazidas pela geografia e geologia, que tem construído importantes debates sobre a temática. Quanto às fontes, utilizaremos fontes escritas, iconografias, mapas, croquis, plantas baixas, registros

cartográficos, todos os dados obtidos durante a realização das escavações, além do banco de dados que compõe o acervo documental do Neparq. Também utilizaremos os relatórios antropológicos de escavação, desenvolvidos pela equipe de Arqueologia.

Neste sentido, identificar, documentar e registrar os vestígios da cultura material associada aos esqueletos, vai além de encontrar pistas sobre as informações mortuárias, uma vez que pode trazer informações importantes acerca dos modos culturais, do contexto histórico em que viviam os indivíduos inumados e dos vivos que os enterraram, e o porquê de tais indivíduos terem sido inumados da forma que foram. As pesquisas arqueológicas, bem como a recolha de dados obtidos durante suas diferentes fases de estudo do sítio, possibilitaram a criação de um significativo banco de dados, o qual contém desde a documentação histórica, bibliografias relacionadas ao tema, produções acadêmicas que versaram sobre parte das fontes que estão à disposição, quase que em sua totalidade, para a elaboração de um sólido trabalho de tese. Iconografias, mapas militares, relatos de cronistas, além de estudos geológicos que versam sobre a composição sedimentológica da faixa de terra apontada na documentação como istmo ou lingueta que ligava Recife a Olinda, serão consultados para o trabalho.

Esses estudos, somados à documentação escrita, e a documentação primária produzida a partir dos trabalhos (fotografias, plantas baixas de todos os níveis que foram escavados, desenhos de perfis das áreas que passaram pelo processo de escavação) possibilitam a construção de narrativas, que irão trazer para o cenário da Arqueologia Histórica, bem como, para História Colonial do Brasil dados inéditos para o período colonial Brasileiro. Com isso, buscaremos discutir sobre as diferentes ocupações e usos que foram dados ao mesmo espaço geográfico, transformando-os assim, em diferentes lugares de histórias, memórias e sociabilidades, que estiveram silenciados ao longo do tempo.

Palavras-chave: Patrimônio, cidade do Recife, cemitério, arquitetura.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **Arraial Novo do Bom Jesus**: consolidando um processo, iniciando um futuro. Recife: Graftorre Ltda., 1997. 225 p.: il.

ANDRÉ, Paula. Modos de pensar e construir os cemitérios públicos oitocentistas em Lisboa: o caso do Cemitério dos Prazeres. **Revista de História da Arte**, n. 2, 2006. Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: http://www.ih.a.fcsh.unl.pt/uploads/RHA_2_6.pdf. Acesso em: 25 jun. 2014.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 312 p. Trad.: Priscila Viana de Siqueira.

BARLÉUS, Gaspar. **História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974. Prefácio e notas de Mário G. Ferri. (Reconquista do Brasil, v. 15). 414 p.

CASTRO, Viviane Ma. C. de. **Marcadores de identidades coletivas no contexto funerário pré-histórico do Nordeste do Brasil**. 2009. Tese (doutorado) do Programa de Pós Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife: a Autora, 2009. 309 fls.

CASTRO, Viviane Ma. C. de.; MOURA, Ilca Pacheco da Costa; SILVA, S. F. S. M. da. Práticas Funerárias no Sítio do Pilar, Bairro do Recife, PE. **Clio Arqueológica** 2022, V37 N1, p.136-167;

DUARTE, Joudes Matos. **Práticas mortuárias no cemitério do Polo Pilar Bairro do Recife - PE**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia. UFPE, 2016.

Duday, H. L'archéothanatologie ou l'archéologie de la mort (Archaeotatology or the Archaeology of Death). Translation from the French by Christopher Knusel. In: Gowland R.; Knusel, C. (eds.) **Social Archaeology of funerary remains**. Oxford, Oxbow Books: 30-35, 2006.

FAGUNDES, Marcelo. **O Conceito de Paisagem em Arqueologia: os lugares persistentes**. Holosenviroment, v. 9, n. 2, 2009, p. 301-315.

FREITAS, Pollyana Calado de. **Tem Judeu aí? Arqueologia das práticas funerárias dos enterramentos do sítio do Pilar, Recife-PE**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia. UFPE, 2018

GIUSTINA, Lêda Barnardi Della. **O Pilar que ficou: um estudo de conservação em bens patrimoniais a partir do conceito de valor, o caso da Igreja do Pilar do Recife**. 2010. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Recife, 2010.

JOHNSON, M. **Teoría Arqueológica: una introducción**. Barcelona: Ariel, 2000.

LIMA, Izabela Pereira. **Em busca dos mortos do passado: caracterização funerária do cemitério Pilar-PE**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Gradação em Arqueologia - UFPE, 2016.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife, UFPE Editora Universitária, 2005.

MENEZES, José Luiz Mota (org.) **Atlas histórico cartográfico do Recife - URB/Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 1988.**

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654) - Recife: Editora UFPE, 2014..**

MONTEIRO DA SILVA, S. F. S.; SULLASI, H. S. L. (Org.); RAMOS, A. C. P. T. (Org.); COSTA, I. P. da (Org.). **Arqueologia da morte no Sítio do Pilar: um outro olhar sobre os europeus no Recife do século XVII**. 1. ed. Recife: Editora da UFPE, 2019. v. 1. 378p .

MOURA, Ilca Pacheco da Costa. **Práticas funerárias do sítio do Pilar, Bairro do Recife-PE**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia da UFPE, 2017.

PEARSON, Parker Mike. **The Archaeology of death and burial**. Sutton publishing limited. Gloucestershire, 2005.

RENFREW, C. e BAHN, P. **Arqueologia: teorias, métodos y práctica**. Madrid: Akal, 2000.

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas Mortuárias: Uma abordagem Historiográfica**. São Paulo: Editora Alameda, 2007.

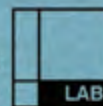
SILVA, Ilana Elisa Chaves. **Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia da UFPE. 2015.

SILVA, S. F. S. M. da. **Arqueologia Funerária: corpo, cultura e sociedade (ensaios sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo das práticas mortuárias)**. 1. ed. Recife - PE: Editora da Universidade Federal de Pernambuco/PROEXT-UFPE, 2014. v. 1. 138p.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. 2ª edição. Odisseus; 2004.

14 a 16 de março de 2023
**I SIMPÓSIO DE ESTUDOS
SOBRE O RECIFE:
REPENSANDO A METRÓPOLE**

Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



UFRPE/NEPARQ-FADURPE - Relatório de atividades parcial n. 04, de pesquisa arqueológica Projeto de Requalificação Urbanística do Pilar- Quadra 55 / extensão do cemitério - Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional-FADURPE: Recife,2022.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Centro
de Estudos
Urbanísticos
da UFPE



Cadeira
Manuel Correia
de Andrade
UFRPE



Ecologia política
e Direito à Cidade
Instituto de Políticas e Estudos
Urbanísticos



Associação e Sociedade



FUNARPE
FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Secretaria de
Cultura



DEPARTAMENTO DE CULTURA
PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CULTURA

O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: História, Desafios e Possibilidades

André Luiz Rocha Cardoso
andrecardoso.hist@gmail.com

O patrimônio industrial ferroviário de Pernambuco é composto por um vasto conjunto de elementos edificados necessários à operação ferroviária e que ganha sentido a partir de sua história, pautada nas suas funções, objetivos, nos impactos de sua operação e nas relações sociais das quais é produto e meio. Seus valores patrimoniais são pautados nesse complexo conjunto de edificações e relações sociais. Investigar sua historicidade, interpretar seus significados, identificar seus elementos e os grupos a ele diretamente relacionados, bem como trabalhar a educação patrimonial a partir dele são ações fundamentais à sua salvaguarda. Considerando os impactos desse patrimônio na história e na transformação do espaço na Região Metropolitana do Recife, este trabalho se propõe a identificar os bens remanescentes da ferrovia na RMR e sua história, propondo reflexões sobre os desafios e as possibilidades que podem ser desenvolvidas para a sua preservação.

Este trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas anteriormente e traz uma nova proposta de recorte espacial, ao se voltar à análise dos bens ferroviários situados na RMR. Traz a proposta de identificar os bens, sua história, atual estado de conservação, desafios à sua preservação, buscando sinalizar possibilidades dentro do contexto atual da RMR. Se baseia na revisão

bibliográfica e em estudos de campo, tendo por base teórica algumas obras publicadas sobre o patrimônio industrial, o patrimônio ferroviário de Pernambuco, além de outras obras que tratam especificamente de noções de espaço urbano e patrimônio.

A história dos bens que compõem o patrimônio ferroviário de Pernambuco se inicia ainda no período imperial. É na segunda metade do século XIX que tem início o processo de formação da malha ferroviária pernambucana. Recife, com força política e econômica e seu porto, atraiu para si investimentos em ferrovias que seguiam o modelo agroexportador, criadas para conduzir mercadorias dos centros produtores do interior para o litoral. Assim, partindo de Recife, três linhas de longa extensão foram implantadas e se tornaram os troncos da malha ferroviária do estado. São estas: a *Recife and São Francisco Railway* (futura Linha Sul), a Estrada de Ferro Recife ao Limoeiro (futura Linha Norte) e a Estrada de Ferro Recife a Caruaru/ Central de Pernambuco (futura Linha Centro). No século XX foram unificadas sob uma mesma administração e então interligadas, passo importante para a consolidação da rede pernambucana de linhas férreas.

Para além das ferrovias de menor extensão, como as ferrovias urbanas de tração a vapor e de tração animal, que no início do século XX formaram o sistema de bondes elétricos do Recife e que atendiam à demanda imediata da capital pernambucana e seu entorno, as linhas de longa distância foram responsáveis pela conexão do Recife com cidades de outros estados nordestinos, com as cidades do interior e com os centros urbanos que, ao final do século XX, vieram a compor a Região Metropolitana do Recife (RMR). Os atuais municípios de Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe e São Lourenço da Mata, hoje integrantes da RMR, foram interligados pelos trilhos das mencionadas ferrovias à capital pernambucana, o que favoreceu sua ligação com a sede do governo e proporcionou mais agilidade na circulação de mercadorias e pessoas.

As mencionadas ferrovias, que a partir da década de 1950 passaram a compor a Rede Ferroviária Federal S/A, desempenharam um importante papel na expansão do tecido urbano de diversas localidades pernambucanas. Transportando cargas e passageiros, seu funcionamento possibilitou que diversas relações sociais se transformassem, gerando impactos que vão muito além da alteração da forma física de áreas urbanas e rurais, com a inserção de novos elementos edificados. Dessa maneira, ao final do século XX, foi gradativamente se firmando a compreensão dos elementos dessas estradas de ferro como o patrimônio ferroviário de Pernambuco. Esse reconhecimento se consolida com a chancela dos órgãos de preservação em nível federal e estadual no início do século XXI.

Esse processo de reconhecimento caminhou junto às desativações e mudanças na dinâmica dos transportes ao longo das últimas duas décadas do século XX e início do XXI. Tais acontecimentos fizeram com que diversos elementos desse patrimônio entrassem em estado de abandono ou fossem perdidos. Na Região Metropolitana do Recife, em especial, enquanto que alguns elementos foram preservados ou permaneceram operacionais com sua função original, outras estações, armazéns, instalações de oficinas, obras de arte especiais, grandes trechos de ferrovia, dentre outros elementos edificados erguidos a partir das estradas de ferro, sem sua função original e sem a devida atenção para seu valor patrimonial, sofreram com a ação do tempo, do vandalismo e da expansão urbana irregular.

Estes diversos desafios que hoje se impõem à preservação do patrimônio industrial ferroviário na Região Metropolitana do Recife, exige que novas discussões sejam levantadas e que alternativas sejam pensadas pelo poder público, em conjunto com a sociedade civil, de modo a garantir a proteção e uso adequado desses bens. É necessário que este patrimônio seja visto de maneira criteriosa pelas administrações municipais e demais órgãos relacionados a partir do seu potencial e não como mais um problema a ser resolvido.

As possibilidades para a preservação destes elementos necessariamente passam pelo planejamento urbano e pela educação patrimonial. A produção acadêmica deve ser incentivada para embasar as intervenções e todas as medidas devem seguir as diretrizes patrimoniais vigentes, considerando o que a população tem a dizer e necessita. A criação de espaços de memória nas antigas edificações é uma possibilidade de grande importância, a exemplo do Museu do Trem do Recife e do Memorial de Justiça de Pernambuco, mas não são as únicas possibilidades. Deve-se atentar para o valor funcional destes bens, considerando as possibilidades de reativações para expansão do atendimento do transporte público a partir dos antigos trechos fora de operação. Além disso, as ações de educação patrimonial realizadas através de museus, de sinalizações explicativas, dentre outras, são também meios fundamentais para garantir a preservação destes elementos, de sua história, das memórias a eles relacionadas e então, promover mais benefícios à população por meio de sua preservação.

Palavras-chave: Desafios; Ferrovia; MetrÓpole; Patrimônio; Urbano.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, André Luiz Rocha. **Usos, Preservação e Patrimonialização das Estações Ferroviárias de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, p. 141, 2021.

CARDOSO, André Luiz Rocha. Uma história da patrimonialização e das políticas de preservação do patrimônio ferroviário de Pernambuco. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 15, n. 28, p. 416 - 442, janeiro, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/23046>. Acesso em: 19 de jan de 2023.

CÔRTEZ, Eduardo. **Da Great Western ao Metrô do Recife**. Recife: Persona, 2004.

EDMUNDSON, William. **A Gretoeste: A História da Rede Ferroviária Great Western of Brazil**. João Pessoa: Ideia, 2016.

FUNДАРPE. **Processo de tombamento temático do patrimônio ferroviário de Pernambuco**. Referência: 2001_0020_PFPE. Fundarpe, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: Identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

IPHAN. **Inventário do Patrimônio Ferroviário/ PE**. Recife: IPHAN, 2009.

IPHAN. **Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_patrimonio_cultural_ferovi%C3%A1rio_dez_2015.pdf Acesso em: 04 de jun. de 2022.

IPHAN. **Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_tecnico_patrimonio_feroviario.pdf Acesso em: 04 jun. 2022.

IPHAN, 2012. v. 2, t. 1, p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

KÜHL, Beatriz M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

MELO, Josemir Camilo de. **Ferrovias e Mobilidade Social no Nordeste (1850 – 1900)**. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 1., 2009, Ouro Preto. Anais...Brasília:

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A cultura industrial como herança: Questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização “tardia” no Brasil. In: **Oculum Ensaios**, 14 (2). Campinas: PUC – Campinas, 311 – 330, 2017.

PINTO, Estevão. **História de Uma Estrada de Ferro do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial (2003)**. Assembleia Geral do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, Julho de 2003. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3517/351732195011.pdf> Acesso em: 04 jun. 2022.

DA VILLA DO RECIFE À COMUNIDADE DO PILAR: Arqueologia Histórica e Conflitos no Contexto Urbano de Recife, Pernambuco

Caroline Borges
caroline.borges@ufrpe.br

Suely Cristina Albuquerque de Luna
suely.luna@ufrpe.br

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
ananascimentoufrpe@gmail.com

Claudia Cunha
claudiacunha@ufpi.edu.br

O latifúndio açucareiro, o tráfico de pessoas escravizadas, e o sistema de comércio transatlântico caracterizaram a colonização europeia no atual território brasileiro, mas pouco se sabe, do ponto de vista arqueológico, sobre os contextos urbanos dos primeiros séculos coloniais. Ao mesmo tempo, a agressiva e rápida remodelação urbana das cidades brasileiras levou ao aumento de construções em áreas de ocupações históricas, frequentemente as mesmas áreas onde comunidades vulneráveis se estabeleceram durante as últimas décadas. Este contexto traz grandes desafios para a prática arqueológica, diretamente envolvida em disputas políticas, sociais e econômicas.

Esta apresentação pretende mostrar um exemplo desta situação em Recife, Pernambuco. Escavações arqueológicas ainda em curso na Zona Especial de Interesse Social do Pilar, promovidas pela prefeitura em razão da construção de infraestruturas urbanas, mostram que a primeira ocupação colonial neste espaço foi estabelecida no século XVI com a construção de um forte e um vasto cemitério. Mais tarde, a área tornou-se o principal porto para embarque e desembarque de mercadorias do comércio colonial, incluindo escravizados africanos trazidos à força. Nesta mesma área, desde o final do século XVII até ao final do século XIX, desenvolveu-se um extenso centro comercial nas ruas adjacentes à Igreja do Pilar. Assim, esta pesquisa oferece uma oportunidade única para a compreensão dos modos de vida dos habitantes de Recife, em contraponto aos discursos construídos pela elite colonial na documentação escrita.

Este mesmo espaço de pesquisa também faz parte da comunidade Pilar. Esta comunidade agrega mais de quinhentas famílias, que chegaram na cidade há menos de duas gerações em busca de melhores condições de vida, vivendo em contexto de pobreza, exclusão racial e violência. O estudo arqueológico e a valorização do potencial turístico desta área podem, potencialmente, trazer benefícios econômicos concretos a esta população e reforçar os laços com o local onde vivem através do reconhecimento do patrimônio histórico sob os seus pés. Porém, pretendemos mostrar o difícil caminho de negociação percorrido pelos arqueólogos para responder aos desejos sociais da comunidade, realizarem a pesquisa científica e para que mantenham parâmetros éticos de trabalho e coerência face às pressões econômicas e políticas.

Palavras-chave: Recife; Arqueologia histórica, Pilar; Arqueologia urbana

REFERÊNCIAS

UFRPE/NEPARQ-FADURPE - **Relatório de atividades parcial n. 04, de pesquisa arqueológica Projeto de Requalificação Urbanística do Pilar**- Quadra 55 / extensão do cemitério – Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional-FADURPE: Recife,2022.

DUARTE, Jôuldes Matos. **Práticas Mortuárias no Cemitério do Polo Pilar Bairro do Recife – PE**. Tese (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 201, 2016

SOUZA, A. F.de. **Fortificações no Brazil**. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885

OCUPAÇÃO DOS BAIRROS DE DOIS UNIDOS E PASSARINHO NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX, REGISTRADOS NOS JORNAIS DO RECIFE

Rafael Dantas

rafaeldantas.jornalista@gmail.com

Notas e anúncios dos jornais do Recife no final do século XIX e começo do século XX revelam a presença de moradores e o desenvolvimento de atividades econômicas tipicamente rurais nas comunidades de Dois Unidos e Passarinho, localizadas nas periferias do Recife e de Olinda. As pesquisas acadêmicas anteriores registravam a ocupação dessas comunidades apenas em meados do século XX. A ocupação nas Estradas do Cumbe e Estrada do Passarinho, que hoje são as principais vias de acessos a essas duas comunidades, revelam um período em que as periferias do Recife e de Olinda guardavam uma paisagem do campo.

Os poucos estudos científicos que se debruçaram em algum recorte temático sobre essas comunidades usaram na maioria das vezes a história oral dos moradores como instrumento de coleta de dados, elucidando informações importantes sobre o passado desses bairros, mas muito distante de uma possível origem da ocupação de ocupação desses bairros. Dentro da pesquisa atual, realizada sobre uma experiência urbana dessas comunidades, foram identificados indícios e uma presença bem mais antiga. No acervo da Fundação Joaquim Nabuco está preservado o livro *Dois Unidos: uma comunidade urbana*, de Levy Cruz, que revelava a formação de vilas nesta

comunidade entre as décadas de 1950 e 1960 e já menciona o bairro vizinho de Passarinho. Um estudo socioeconômico que já recuará em mais uma década a história de ocupação deste bairro. No entanto, o olhar sobre os antigos jornais de Pernambuco, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, estende para um prazo bem mais distante.

A presente pesquisa teve o objetivo principal de identificar uma ocupação mais antiga dessas comunidades da periferia do Recife, partindo da hipótese de que tenha ocorrido ainda no século XIX. Um objetivo secundário seria de levantar uma caracterização inicial dessas comunidades, buscando enxergar os elementos de ruralidade presentes naquele período. Sem livros ou publicações acadêmicas que revelem mais informações acerca da ocupação dos bairros de Dois Unidos e Passarinho, esse trabalho utilizou os jornais que circulavam em Pernambuco no século XIX para levantar indícios mais antigos da ocupação dessas localidades, bem como para identificar essa provável caracterização inicial desses bairros, com ênfase no mapeamento dos elementos de ruralidade.

As informações apresentadas na pesquisa contribuem para a caracterização histórica urbana dessas comunidades periféricas, bem como para sinalizar um caminho de pesquisa para outras comunidades periféricas a partir de pequenos registros publicados em jornais de circulação antiga. Enquanto as matérias maiores e de maior destaque dos jornais do século XIX passavam distante das comunidades de periferia, nas suas pequenas notas e anúncios de vendas foi possível identificar 8 registros do bairro de Dois Unidos e 1 registro do bairro de Passarinho antes de 1900. A presente pesquisa mapeou 8 menções à comunidade de Dois Unidos na primeira década do século XX e 1 menção sobre Passarinho neste período. Na década entre 1910 e 1920 há anúncios das comunidades em três jornais: Diário de Pernambuco, Jornal do Recife e A Província. Nesta década, mesmo com notas igualmente curtas, existem mais referências dos aspectos rurais dessas comunidades.

Os registros do Jornal do Recife e do Diário de Pernambuco confirmam a ocupação nas comunidades de Dois Unidos e de Passarinho na segunda metade do século XIX, o que estende em mais de 50 anos os registros mais antigos até então observados pelas pesquisas científicas. As notas de jornal indicam a presença de pessoas de baixa renda, que eram beneficiárias inclusive de esmolas naquelas décadas, como donos de grandes propriedades e residências maiores. O tema mais mencionado nas notas é relacionado às obras da então Estrada do Cumbe, que é a principal via da comunidade de Dois Unidos. As menções são bem mais sucintas acerca da

comunidade de Passarinho nesta época. Os demais campos temáticos são em referência à venda desses imóveis através dos leilões, e a revitalização da avenida principal dos dois Bairros.

Nesses documentos, classificados e notas de jornais, é possível identificar informações sucintas e descritivas de lugares menos privilegiados nos conteúdos editoriais destes veículos de comunicação, permitindo à pesquisa científica levantar nomes de pessoas, localidades e instituições que podem contribuir para novas descobertas. A pesquisa contribui para traçar alguns elementos históricos dessas comunidades periféricas do Recife, que contribuam para o reconhecimento das raízes das suas populações e do perfil rural de outrora que foi perdido com a urbanização acelerada das últimas décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Periferia, memória, Dois Unidos, Passarinhos, urbano.

REFERÊNCIAS

- BENITES, Sonia Aparecida Lopes. A história contada nas páginas dos jornais. **Revista Letras**, Curitiba, n. 55, p. 197-219, jan./jun. 2001. Editora da UFPR.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CRUZ, Levy. Dois Unidos. **Uma comunidade urbana do Recife**. Recife. Fundação de Promoção Social, 1962.
- DANTAS, Rafael. LIMA, Irenilda. **Ocupação Passarinho**: Análise da influência do movimento de resistência popular na identidade e mobilização dos moradores da periferia. Congresso Asociación Latino Americana de Sociología Rural (ALASRU). GT Movimientos sociales rurales y alternativas de cambio social en América Latina. Montevideo, 2018.
- Diário de Pernambuco, no século XIX. **Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em 30 dez 2018.
- DELGADO, Luiz. **A Convenção de Beberibe**; o primeiro episódio da independência do Brasil. Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência, 1972.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa**: delineamentos metodológicos. GT de História da Mídia Impressa. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre. UFRGS, 2015.
- Jornal do Recife, no século XIX. **Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em 30 dez 2018.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- LIMA, Irenilda de Souza. DOMINGUES, Rita Alcântara. DANTAS, Rafael. Território, territorialidade e a influência da mídia na identidade da periferia – um estudo sobre a imagem construída pelos moradores de Dois Unidos (Recife) nas redes sociais. **Revista Humanae**. v. 11. n.2, 2017.
- VAINSENER, Semira Adler. **Beberibe (rio e bairro, Recife)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

DINÂMICAS DA PRODUÇÃO MUSICAL NO RECIFE: o Punk e o Brega em Meio às Novas Tecnologias

Marco Antônio Gomes dos Santos

marcosantos743@gmail.com

Luan Costa

prof.luangfc@gmail.com

O objetivo desse trabalho é analisar a dinâmica de produção musical na cidade do Recife-PE, abordando dois movimentos aparentemente contraditórios que são o Brega e suas variantes locais – normalmente considerados como cultura de massa – e o *Punk Rock*, tido geralmente como uma subcultura ou contracultura em oposição ao capitalismo e à realidade social vigente.

A indústria cultural, em uma concepção mais recente baseada em Duarte (2014), compreende não apenas a produção massiva controlada por grandes conglomerados, mas também, a partir das novas tecnologias, uma retomada da produção cultural por aqueles que são enquadrados como “populares”. Essa nova dinâmica de produção é proposta pelo autor como Indústria Cultural 2.0. Partindo da chegada dessa indústria musical no Recife, realizamos a análise das dinâmicas de produção desses dois movimentos que embora pareçam antagônicos, partilham semelhanças na produção e distribuição de seus produtos culturais.

A música periférica do Recife não é apenas o maracatu iluminado, caboclinhos de riso fácil ou afoxé que se manifesta nas ladeiras de Olinda (SOARES, 2016). A música da periferia foge das definições quase folclóricas da elite cultural e intelectual da cidade do Recife que buscam

cristalizar aquilo que é permitido em seus “refinados” gostos estéticos. Não obstante ser importante citar, que tais ritmos, se hoje considerados como verdadeira cultura da cidade, em suas gestações também passaram pelas reprovações da elite cultural, antes de se tornarem fenômenos “dignos” de serem estudados pela academia e serem aceitos como uma forma de cultura dita legítima e aceita pelas classes dominantes.

O *Punk Rock* e o *Brega* cumprem assim uma função subversiva para com o poder simbólico (BOURDIEU, 2018) almejado pelas classes dominantes. *MC Loma* forçou a presença do *Brega* nas ladeiras de Olinda pela primeira vez com o lançamento do seu *hit Envolvimento* em 2018. *Schevchenko e Elloco* consagraram essa presença no ano seguinte com a onipresença de *Tome na Pepeca* em todos os cantos do Carnaval de Olinda.

A presença de Priscila Senna, “a Musa”, no palco central do Carnaval do Recife, arrastando uma multidão de público recorde de 500 milhões de pessoas no ano de 2020, soterrou de vez as tentativas de abafar a expressão autêntica das ruas da capital pernambucana durante as festividades da cidade.

Aquilo que outrora foi definido como *jeca*, *cafona*, *inadequado* (COSTA, 2017) por discriminação das elites pernambucanas, que já desde a década de 1980 buscavam soterrar a organicidade da expressão musical do *Brega*, contornou as barreiras impostas por todo arsenal da oficialidade cultural do Estado e tomou para si o posto de maior expressão musical pernambucana de nosso tempo. Note-se que não cabe aqui um juízo estético de valor, profundamente subjetivo por sua própria natureza (KANT, 2012), mas sim a extensão e exportação que a tentativa de nacionalização do ritmo buscada pela 3ª geração, também conhecida como *Brega Funk*, conseguiu alcançar. Se antes o *Brega* era restrito a apresentações na periferia sem nunca alcançar os locais de cultura da elite do Estado (ALVES, 2019), hoje o ritmo não ocupa tais espaço simplesmente porque eles se tornaram desnecessários: o *Brega* se tornou maior.

Por sua vez, o *Punk* está presente nas periferias pernambucanas desde a década de 1980, e o que começou como um movimento marginalizado de jovens majoritariamente vestidos de preto e ávidos por mudanças sociais em relação às suas comunidades, aos poucos foi tomando corpo, ganhando espaços, e se tornando um dos estilos musicais que compõem a cena cultural pernambucana. De alguma forma, principalmente por meio da banda *Devotos*, outrora conhecida como *Devotos do Ódio*, esse subgênero do *rock*, por vezes agressivo aos ouvidos mais sensíveis, se alastrou e passou a ocupar espaços muitas vezes negados às culturas desenvolvidas nas

comunidades periféricas. Bairros diversos das periferias da Região Metropolitana do Recife, como Alto José do Pinho, Tejipió, Peixinhos e Maranguape I serviram de palco para o surgimento de um movimento *underground*, que não deixaria de marcar os eventos culturais da região desde então.

Importante perceber, que ambos os movimentos, o *Brega* e *Punk* estiveram na grande maioria das vezes longe da grande indústria musical, sendo normalmente marginalizados ou considerados como uma expressão cultural inferior. Todavia, por meio de suas dinâmicas próprias conseguiram produzir-se musicalmente e abarcar públicos e espaços que lhe serviam de afetos. Recentemente, com o advento de novas tecnologias, bandas, grupos e artistas procuram utilizar essas ferramentas para realizar sua produção musical e disponibilizar seu acesso sem depender de agentes intermediários e grandes conglomerados musicais.

Não custa lembrar que o *Brega* e o *Brega Funk* hoje poderiam ser considerados movimentos de massa, no sentido de abordar um grande número de ouvintes, enquanto o *Punk Rock* continua a circular no cenário *underground*, muitas vezes comercialmente inviável do ponto de vista financeiro, mas existindo em pequenos circuitos de retroalimentação que lhe fazem permanecer forte em seus espaços. A metodologia que empregamos nesse trabalho foi a análise bibliográfica sobre os temas, bem como entrevistas realizadas com produtores culturais da cidade e artistas da cidade.

Como resultado, encontramos pontos de contato entre formas musicais bastante distintas tanto em objetivo, como em concepções acerca de suas representações sobre a realidade, porém, que por meio de dinâmicas próprias incrustadas em formas alternativas de produzir e de ser, conseguem sobreviver e, em alguns casos, alcançar relativo sucesso comercial. Por outro lado, também encontramos momentos de afastamento, nos quais cada um dos ritmos aqui abordados demonstra sua relação afetiva com o público que os mantém em evidência, e mantém sua identidade própria que não depende apenas das preferências musicais, mas de suas formas de se conceber no mundo e nas relações com seu entorno social e afetivo.

Palavras-Chave: Punk, Brega, Dinâmicas produtivas da música, Recife, Industrial Cultural 2.0.

REFERÊNCIAS

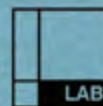
ALVES, Cristiano Nunes. Mercado da cultura popular e economia urbana: o brega recifense. *Open Edition Jornals, Confins*, V. 40, n. 40, 2019.

COSTA, Luan G. F. Todo mundo é brega: elucidações sobre as dinâmicas urbanas do brega no Recife. *Revista Rural & Urbano*, Recife. v. 2, n. 2, p. 132-144, 2017.

14 a 16 de março de 2023

I SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE O RECIFE: REPENSANDO A METRÓPOLE

Laboratório de Estudos e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



DUARTE, Rodrigo. **Varia aesthetica**: ensaios sobre arte e sociedade. Belo Horizonte: Relicário, 2014.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad: Valério Rohden e Antônio Marques. 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

SOARES, Thiago. Incômodos (e políticas) na música brega do Recife. In: **Comunicon 2016**, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO



Escola Universitária da UFPE



Cadeira Manuel Correia de Andrade UFPE



Ecologia política e Direito à Cidade



NEXUS



FUNARPE

Secretaria de Cultura



DEPARTAMENTO DE CULTURA PERNAMBUCO

PARA ALÉM DA PORTA DA TERRA: uma História do “Fora de Portas” do Recife pela Perspectiva da Arqueologia e da História Militar

Lucas Alves da Rocha
lucas-alves170@hotmail.com

Izabela Pereira de Lima
izabelapereiradelima@hotmail.com

Diversos estudos acerca do crescimento da cidade do Recife, que surgiu como uma zona portuária no final do istmo que estava conectado a sede da capitania de Pernambuco, Olinda, foram feitos com o decorrer das décadas, contudo, nas últimas décadas do século XX e as iniciais do século seguinte, trouxeram novas abordagens acerca de algumas áreas que permaneciam quase que esquecidas, exceto em alguns casos, por determinados episódios histórico ligado ao local.

Um destes casos foi a região denomina de “Fora de Porta” do Recife, ou seja, a área que fica fora do limite defensivo das muralhas da cidadela do Recife, essa região que se estendia no sentido norte do istmo, foi durante anos, lembrando pela presença das fortificações que ali foram construídas, contudo as descobertas arqueológicas realizadas pela equipe arqueologia ligada fundação Serindó/UFPE, no ano de 2013, na região da comunidade do Pilar, reacenderam o interesse naquela localidade. (LIMA, 2016; GANEM, 2016)

Uma série de enterramentos, articulados, organizados e bastante preservados, começaram a levantar hipóteses acerca de que seriam aqueles ali sepultados e com isso, novos questionamentos acerca não só daquele sítio arqueológico, provavelmente o primeiro cemitério colonial localizado ligado a ocupação neerlandesa no Nordeste do Brasil, já que os únicos sepultamentos localizados em contexto urbano mais próximo foram na Bahia.

Contudo, a região sofria com uma história fragmenta, alguns momentos entre os séculos XVI ao XIX, passavam de forma despercebida ou desconhecida nos estudos sobre a região, os estudos realizados por José Antônio Gonsalves de Mello, José Luiz da Mota Menezes, Evaldo Cabral de Mello, demonstravam a expansão e como a área era observada por diversos olhares, todavia, o aspecto da visão da história militar e até da arqueologia se limitava bastante em alguns casos, sendo que novas pesquisas apontam novos dados sobre a região e sua importância na história dos conflitos na região. (ROCHA; LIMA; GANEM, 2019 *no prelo*)

O presente estudo é uma apresentação de um levantamento acerca de fontes históricas e arqueológicas, descrevendo assim, uma parte da história do Fora de Portas do Recife, nos seus momentos iniciais, nos quais após o ataque do corsário James Lancaster no final do século XVI, que atacou e saqueou o porto e adjacências, que contava com a defesa de uma simplória fortificação, que segundo as crônicas, não possuía era uma simples casa térrea sem taipas, na qual estava mal posicionadas as peças de artilharia.

Somente no século seguinte, as defesas de Recife foram organizadas de forma que o porto não só possuísse uma estrutura defensiva ao seu redor, como a construção de um forte nos Arrecifes e o melhoramento da fortificação no istmo, segundo a traça de engenheiros do reino e de alguns que estavam aqui, como o Frei Gaspar de Samperes.

Com o passar dos anos e novos ataques de corsários, houve a necessidade de se fazer ampliações, porém, segundo as crônicas, motivos políticos interferiam nisso, por essa razão o sistema defensivo de Recife ficou quase que estagiando até a invasão neerlandesa. Durante os anos de 1630 a 1635, novas estruturas foram erguidas, algumas que já existiam ganharam novas funções, como o Forte de São Jorge, que após a tomada, foi transformado em enfermaria e anos depois, em hospital, ainda houve um crescimento urbano, no qual algumas terras fora da primeira porta da terra, foram vendidas a comerciantes judeus e que deste caso, se originou a Rua dos Judeus e a segunda porta da terra entre outras transformações na paisagem daquele local. (ALBUQUERQUE; LUCENA; WANDERLEY, 1999; MENEZES, 2017)

Após a expulsão dos holandeses em 1654, diversas estruturas fortificadas foram reformadas e a expansão urbana teve que ser controlada devido às intrigas iniciadas acerca de qual centro urbano seria a nova capital da capitania e que culminou na guerra dos mascates nos anos iniciais do século XVIII. Ainda neste século, dois pontos importantes após a guerra dos mascates, foram cruciais para a evolução da região denominada “fora de portas”: a ampliação do sistema defensivo, proposto do Diogo Syveira entre 1720 e 1730, que se pensava que não teria acontecido e a entrada de Portugal na guerra dos sete anos (1756-1763) no qual exigiu que não só a metrópole, como as colônias, se preparasse para possíveis invasões, em Recife, o impacto da notícia fez com que as ideias de Syveira fossem aplicada, tornando o fora de portas uma área fortificada. (ROCHA; LIMA, 2019)

No século XIX, o famoso século das revoltas no Brasil, a província de Pernambuco era um epicentro de diversas delas e algumas delas e novamente veremos a região de “Fora de Porta”, um palco não só para idealizadores, como o local no qual nasceu Frei Caneca, como região no qual, em diversas notícias impressas e outros relatos, insurgentes destas revoltas e pessoas consideradas “*non gratas*” eram sepultadas e com o tempo esquecidas.

Muitas destas histórias e outras foram esquecidas, porém, graças aos trabalhos arqueologia na região, eles vêm sendo resgatados, seja por equipes da UFPE, como as coordenadas pelo curso de arqueologia ou sob as orientações dos professores Marcos Albuquerque e Veleda Lucena, ou as mais atuais, feitas pela UFRPE, que vem fazendo novas e primorosas informações. O presente trabalho, tem como principal meta, trazer essas informações, recolhidas por mais de 7 anos, entre bibliotecas, arquivos e acervos arqueológicos, para ser uma base para ajudar nas pesquisas atuais acerca da região.

Palavras-chaves: Arqueologia da Guerra, História da guerra, Recife, Fora de Portas

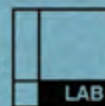
REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WANDERLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco**. Recife: 1999
- DIAS, Pedro. **História da arte luso-brasileira urbanização e fortificação**. Lisboa: Almedina, 2008
- GANEM, E. S. **Um estudo sobre arqueologia urbana: Compreendendo a ocupação civil e a evolução da rua de São Jorge entre os séculos XVII e XIX, Recife- PE**. 61 p. Monografia (Bacharelado em Arqueologia). Recife, 2016. 61 p.
- LIMA, Izabela P. **Em busca dos Mortos do Passado: Caracterização Funerária do cemitério Pilar- PE**. 2016. 119 p. Graduação (Graduação em Arqueologia.) Recife: UFPE
- MENEZES, José Luiz da Mota. **A recriação do paraíso: Judeus e Cristãos-novos em Olinda e no Recife nos séculos XVI e XVII**. Recife: CEPE, 2017

14 a 16 de março de 2023

**I SIMPÓSIO DE ESTUDOS
SOBRE O RECIFE:
REPENSANDO A METRÓPOLE**

Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ROCHA, Lucas. A.; LIMA, Izabela Pereira; GANEM, Endi Souza. Do caminho do “arrecife de areia” à Rua de São Jorge: A evolução histórica, urbana e arqueológica do “Fora de Portas” do Recife entre os séculos XVI ao XXI. In: SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da (org.). **Arqueologia da morte no sítio do Pilar: um outro olhar sobre os europeus no Recife do século XVII**. Recife: EdUFPE, 2019. no prelo.

ROCHA, Lucas Alves; LIMA, Izabela Pereira. A invasão que não aconteceu: A guerra dos sete anos e seu impacto no sistema defensivo de Pernambuco. **Anais do III NEMAT/ I NEIC**, Recife: EdUFPE, 2019. p.140-154



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Instituto
Universitário
do UFPE



Cadeira
Manuel Correia
de Andrade
UFPE



Ecologia política
e Direito à Cidade
Instituto de Políticas e Estudos



NEXUS
Iniciativa e Subversão



FUNARPE
FUNDAÇÃO DE PESQUISA
E ESTUDOS

Secretaria de
Cultura



SECRETARIA DE CULTURA
PERNAMBUCO
SEMPRE DE BOM LADO

LENDO NOS DENTES: Saúde, Demografia e Ancestralidade no Recife Antigo

Alexandra Maria de Siqueira
aledisiqueira@gmail.com

Henry Socrates Lavallo Sullasi
henry.lavalle@ufpe.br

Cláudia Cunha
claudiacunha@ufpi.edu.br

Este artigo faz referência a uma pesquisa de tese de doutorado em andamento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Estudo que se faz relevante para a construção e ampliação dos conhecimentos acerca dos sepultamentos encontrados no sítio arqueológico do Pilar, situado em Recife-Pernambuco, especialmente a partir dos dentes desses indivíduos. Os dentes são elementos que apresentam uma maior capacidade de resistência a alterações *post mortem*, além de serem biomarcadores em potencial para obtenção de múltiplas informações sobre as pessoas que foram inumadas em diversos contextos (SCOTT, 2018).

É possível, a partir dos dentes, inferir sobre a saúde do indivíduo, a higiene, a quantidade real de indivíduos inumados em determinado sítio, a estimativa de idade a morte, hábitos culturais, certas atividades laborais, patologias, ancestralidade, como também, os estresses que tiveram em

vida e dieta (HILLSON, 1996; SCOTT, 2018; BUIKSTRA, 2019). No período de 2010 a 2014 a equipe da Fundação Seridó com o apoio da UFPE, conduziu escavações arqueológicas para o projeto de implantação do habitacional do Pilar. De 2015 até o ano presente as pesquisas arqueológicas estão sendo realizadas pela equipe do NEPARQ - UFRPE - Núcleo de ensino e pesquisas arqueológicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em convênio com a Faturpe - Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento e em parceria com a URB - Empresa de Urbanização da Prefeitura do Recife.

A partir de dados documentais referentes à segunda metade do século XVIII, sabe-se que o crescimento do povoado do Recife para fora das portas, denominação das terras que ficavam além dos limites da cidade, iniciou com as edificações na rua de São Jorge. Na segunda metade do século XIX, a margem oeste do istmo foi aterrada, surgindo a rua dos Guararapes, atual rua Bernardo Vieira de Melo, que começou a ser ocupada por construções. Durante o acompanhamento das escavações pela equipe do UFRPE/NEPARQ-FADURPE, foram encontradas fundações urbanísticas que remetem à profundidade originária do istmo. Também foi nesse nível estratigráfico do pacote sedimentar que apareceram os remanescentes humanos que fundamentam esta pesquisa.

Até o momento, foram evidenciados, expostos e levantados um Número Mínimo de Indivíduos (NMI) de 141 esqueletos completos ou parcialmente completos em articulação, como também, dentes soltos, fragmentos de mandíbulas e de maxila com dentes *in situ*, além de ossos de outras regiões do esqueleto, compondo um NMI até o momento não estabelecido. São foco do trabalho aqui apresentado todo o material dentário proveniente da atual intervenção arqueológica que se distribuem em um período compreendido entre os séculos XVI, e XIX. Este material dispõe de datações absolutas de seus níveis inferiores que situam este primeiro uso do cemitério entre o final do século XVI e o início do XVII (Beta - 620434 PILAR-SEP-78; Beta – 623501 PILAR-SEP-72).

Ao passo em que a cultura material que acompanha enterramentos em seus níveis superficiais situa o período final do uso do cemitério em meados do século XIX, segundo o relatório parcial de n. 4 enviado a URB da quadra 55 – Cemitério (UFRPE/NEPARQFADURPE, 2022). A perspectiva empregada neste trabalho é a da Antropologia Dentária (HILLSON, 1996; SCOTT, 2018) que parte do estudo dos dentes como fontes fiáveis tanto para a obtenção de informações

sobre a saúde oral e bem-estar do indivíduo, como também para aspectos demográficos essenciais como a estimativa de idade à morte e o NMI em materiais bioarqueológicos.

Os dentes são particularmente úteis em coleções muito afetadas por processos tafonômicos, como é o caso de vestígios oriundos do sítio do Pilar. Os dentes estão entre as melhores fontes de evidência para fins de identificação e estudos de demografia, relações biológicas e saúde em comunidades humanas antigas. A partir dos dentes, é possível obter conhecimentos dos aspectos sociais de diferentes grupos humanos, analisando a variação morfológica presente na dentição como marcador de afinidade biológica entre populações humanas (SCOTT et al., 2018). Por fim, este estudo está sendo executado sobre materiais inéditos, compondo a maior coleção de restos humanos já resgatados para o período em um único sítio na Cidade do Recife e para o Estado de Pernambuco. Assim sendo, essa pesquisa pretende contribuir na reconstrução da história e memória desses indivíduos de forma inédita. Sendo a pergunta motivadora deste estudo: o que se pode inferir sobre a saúde, a expectativa de vida e de onde vieram os indivíduos inumados ao longo de três séculos no Sítio Pilar?

Diante dessa dimensão, erguem-se as seguintes hipóteses: 1. a saúde oral desses indivíduos seria deficitária como expectável para o período; 2. A idade biológica desses indivíduos e sua expectativa de vida seria mais limitada que a atual; 3. Sendo Recife uma cidade que nasceu e sofreu ao longo dos séculos a influência do seu porto, o perfil geogenético da população inumada nos cemitérios do Pilar refletem esta diversidade. Portanto, o objetivo desse estudo é investigar a saúde, demografia e ancestralidade de remanescentes humanos através dos registros e sinais encontrados nos dentes. Especificamente, avaliar estado de saúde oral e higiene bucal, analisar a estimativa de idade a morte, averiguar a ancestralidade dessa população humana e possíveis práticas culturais.

A Bioarqueologia é uma ciência voltada para reconstrução do passado através do estudo de remanescentes humanos em contextos arqueológicos que lhes estão associados e, por extensão, da sua cultura, Larsen, (2002). Assim sendo, esta pesquisa é fundamentada na Antropologia Dentária como ferramenta para obter informações bioarqueológicas Scott, (2018), que permeiam pela descrição e interpretação dos dentes de pelo menos 141 indivíduos do período XVII a XIX escavados e levantados no sítio do Pilar. É bom salientar, que esse número pode ser ampliado, já que o trabalho de escavação continua a produzir novos indivíduos para o sítio, com isso, a partir de contextos funerários oriundos do Pilar estudiosos diversos do tema podem ter

acesso a gama de indivíduos levantados das pesquisas arqueológicas do sítio para construção científica de seus estudos.

A Antropologia Dentária se dedica ao estudo da Biologia e do comportamento social humano associados aos rastros e sinais que estes deixam nos dentes (SCOTT, 2018). No entanto, ainda em campo, utilizou-se da abordagem da Antropologia de Terreno (DUDAY, 2006) para levantar informações dos vestígios osteoarqueológicos dos indivíduos com auxílio de uma ficha antropológica para sistematizar as informações. A partir das informações de campo e seus contextos, somadas às da análise da antropologia dentária desenvolvida em laboratório, os dados se complementarão e enriquecerão as informações que nortearão os resultados do que se propõem essa tese.

É importante deixar claro também aqui nesse exposto, que esses indivíduos se encontram sob a guarda do NEPARQ na UFRPE, local onde estão sendo realizadas as coletas e análises dos dados laboratoriais. Logo, a partir das análises em laboratório, pretende-se compreender alguns aspectos da vida dos indivíduos estudados como, saúde, patologias, aspectos demográficos e aspectos hereditários na relação com a sociedade e cultura onde viveram e morreram. A perspectiva de análise adotada é eminentemente biocultural. Contudo, a partir dos resultados que estão sendo obtidos com os desdobramentos dessa tese, pretende-se contribuir com as pesquisas científicas da arqueologia brasileira e do Nordeste, como também, com a memória, história e conservação do patrimônio da cidade do Recife.

Palavras-chave: Bioarqueologia; Dentes; Memória; Patrimônio; Remanescentes Humanos.

REFERÊNCIAS

BUIKSTRA, J. **Ortner's Identification of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains**. Academic Press, 2019.

DUDAY, H. L'archéothanatologie ou l'archéologie de la mort (Archaeotatology or the Archaeology of Death. Translation from the French by Christopher Knusel. In: Gowland R.; Knusel, C. (eds.) **Social Archaeology of funerary remains**. Oxford, Oxbow Books: 30-35, 2006.

HILLSON, S. **Dental Anthropology**. United Kingdom: Cambridge University Press, 1996.

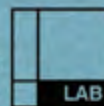
LARSEN, C. S. Bioarchaeology: The Lives and Lifestyles of Past People. In: **Journal of Archaeological Research**, Vol. 10, No. 2, June 2002.

SCOTT, G. R., TURNER, C. G., TOWNSEND, G. C., & MAR-TINÓN-Torres M. The Anthropology of Mod-ern Human Teeth: Dental Morphology and Its Varia-tion. In: **Recent and Fossil Homo sapiens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

14 a 16 de março de 2023

I SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE O RECIFE: REPENSANDO A METRÓPOLE

Laboratório de Estudos e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



SCOTT, G. R., & IRISH J. D. **Tooth Crown and Root Morphology**: The Arizona State University Dental Anthropology System. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

UFRPE/NEPARQ-FADURPE - **Relatório de atividades parcial n. 04, de pesquisa arqueológica Projeto de Requalificação Urbanística do Pilar- Quadra 55** / extensão do cemitério – Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional-FADURPE: Recife, 2022.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO



UFPE



Cadeira Manuel Correia de Andrade UFPE



Ecologia política e Direito à Cidade



NEXUS



FUNDARPE

Secretaria de Cultura



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

CARTÕES-POSTAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: Uma Experiência no Bairro da Várzea, Recife

Adriano Dias de Andrade
drikof@gmail.com

Bruna de Lira Brayner Gomes Leis
leisbruna7@gmail.com

Jessica Aline Tardivo
jessica.aline@grupounibra.com

Este trabalho apresenta uma experiência de extensão e pesquisa realizada no bairro da Várzea, Zona Oeste da cidade do Recife, realizada pelo grupo de pesquisa MemoriAR, com a participação de estudantes de Arquitetura e Urbanismo e de moradores do território. O objetivo principal desta pesquisa é suscitar a discursivização de memórias sociais por meio do uso de cartões-postais constituídos de fotografias, croquis e desenhos assistidos por computador de fachadas de edificações do bairro. Trata-se de uma atividade que, a partir de uma cartografia sensível do lugar, elaborada em pesquisa anterior do grupo, subverte a lógica tradicional de pensar o patrimônio cultural de fora para dentro do território e tenta reelaborar memórias sociais do bairro,

que implicam uma rede de significações e materializam o sentimento dos sujeitos sobre o bairro e o seu patrimônio.

Neste trabalho, propomos uma aproximação, uma reconfiguração do olhar para interpretação do território e das relações estabelecidas pelas pessoas em seus contextos cotidianos, apoiados pela hipótese de que a história cotidiana, das interações sociais experienciadas no dia a dia das famílias e de suas relações afetivas, em trânsito constante pelos territórios em que vivem, é frequentemente negligenciada ou alijada de algum lugar de relevância quando pensamos na história “oficial” ou oficializada pelos discursos majoritários que reelaboram as grandes experiências das cidades. Dito de forma mais específica, objetivamos elaborar uma compreensão sobre a memória social que os sujeitos constroem sobre o seu território, levando em conta não apenas índices históricos tradicionais, como monumentos, praças e edificações de interesse histórico, mas, também, as camadas invisíveis que recobrem as percepções das pessoas sobre esses lugares, ou seja, seus afetos e suas interações intersubjetivas. Esta abordagem bebe na fonte de uma discussão sócio-histórica de decolonialidade, que tenta subverter lógicas epistemológicas tradicionais, tal como discute Boaventura de Souza Santos (2009), ao propor uma ecologia de saberes que não se contém em abismos epistemológicos de tradições coloniais.

Para tanto, o trabalho toma como lócus de pesquisa o bairro da Várzea, na Zona Oeste do Recife, lugar onde estabelecemos uma experiência de investigação que conjuga os olhares e vivências de moradores do território com a contemplação estrangeira de participantes de outras áreas da cidade, que não conheciam o bairro ou não tinham uma relação de proximidade com a área. Essa experiência utilizou como ferramenta analítica a *elaboração de desenhos feitos à mão livre e, também, assistidos por computador*, e como estratégias de discursivização da memória, bem como de materialização de uma reflexão sobre a cidade que vivemos e aquela que desejamos viver, a *produção de cartões-postais*.

Esta pesquisa se baseia na abordagem metodológica de pesquisa intervenção e foi realizada no segundo semestre do ano de 2022. A prática, dividida em três etapas (A, B e C), foi realizada pelo grupo de pesquisa MemoriAR, sediado no Centro Universitário Brasileiro, Recife, que se dedica a ações de pesquisa e extensão na área de patrimônio, urbanismo e memória.

Etapa A - Realização de curso de extensão de desenho de fachadas

Na primeira etapa, foi realizado um curso de extensão com alunos de Arquitetura e Urbanismo para imersão no território da Várzea e para o desenho de fachadas de edificações do bairro. No curso, os alunos fizeram visita de reconhecimento no bairro, levantamento fotográfico, desenho à mão livre das fachadas e passaram por uma oficina de CAD (desenho assistido por computador), na qual elaboram versões digitais das fachadas escolhidas.

Etapa B - Elaboração de cartões-postais

Na segunda etapa, o grupo de pesquisa passou à elaboração de cartões-postais. Essa elaboração consistia em conjugar fotos reais das fachadas das edificações com as fachadas desenhadas por meio do computador, realizando uma espécie de amálgama entre as fotos das fachadas (apresentadas nas capas dos postais) com o desenho idealizado pelos alunos (apresentado nos versos). Além disso, os cartões trazem recortes de entrevistas realizadas com moradores do bairro, que compuseram a cartografia sensível do lugar elaborada em pesquisa anterior.

Etapa C - Reelaboração de memórias por meio dos cartões-postais

Para esta etapa final, contaremos com a participação de moradores do bairro da Várzea (estudantes, professores, agentes culturais etc.) que foram mapeados em projeto anterior ao aqui descrito, realizado no primeiro semestre de 2022, cujo objetivo foi elaborar uma cartografia sensível do lugar, por meio das experiências dos seus moradores. Nesta etapa final, que ainda será executada ao longo do ano de 2023, preveem-se as seguintes ações: exposição dos cartões-postais; atividade educativa para coleta de memórias dos moradores do bairro; e exploração das memórias discursivizadas nos cartões-postais, por meio da análise de conteúdo.

Tal como podemos observar, a metodologia aqui empregada, embora esteja didaticamente apresentada em etapas, aproxima-se mais de uma abordagem circular, na qual a consecução das ações ocorrem, muitas vezes, de forma sobreposta. Além disso, a equipe integrante do projeto ocupa o lugar de participante ativo na investigação. Nesse papel, ao invés de estabelecermos protocolos que inviabilizassem nossa presença participativa na reelaboração da compreensão das memórias sociais dos moradores da Várzea, assumimos nosso papel englobante, como participantes que agem e sentem ao mesmo tempo o resultado de suas intervenções na pesquisa.

Outrossim, toma-se como preocupação ética e estética a finalização da pesquisa com os moradores do bairro, com os primeiros participantes que voluntariamente serviram suas experiências no território como substância para construção compartilhada de uma cartografia social⁴. Dessa forma, evita-se tratar os moradores como meros informantes, mas compreendê-los como agente ativos nas ações da pesquisa, para quem a pesquisa de algum modo deve se voltar.

A escolha pelo uso de cartões-postais como estratégia de discursivização da memória se deu por duas razões: (1) o fato do macro-objetivo discursivo do gênero textual cartão-postal já impor a materialização discursiva de memórias de territórios de forma breve e pessoal; e (2) pelo fato do próprio gênero cartão-postal se encontrar em período de incerteza quanto à sua longevidade ou quanto à sua transmutação para outras semioses e outros suportes midiáticos, tendo em vista o declínio do seu uso – o que, na nossa compreensão, suscita sentimentos de saudosismo e amplia a potencializa a discursivização de memórias no gênero.

De acordo com Patrícia Franco, pesquisadora brasileira da área do Turismo, (2006, p. 26), o cartão-postal faz parte de um processo que “*promoveu a democratização da imagem fotográfica garantindo para as gerações futuras acesso a uma memória que poderia ter sido facilmente descartada*”. Nesse trecho, a autora faz um paralelo entre o atual consumo de imagens, impulsionado pelas tecnologias da informação que se multiplicaram a partir das últimas décadas do século XX, e a circulação de imagens por meio de cartões-postais, o que para esta pesquisa revela, segundo Franco, a predileção humana pelas imagens.

No total, foram elaborados 10 cartões-postais com imagens fotográficas de fachadas de edificações do bairro da Várzea e com a idealização de desenhos dessas fachadas realizados por meio do computador.

A pesquisa aqui explicitada, a partir do recorte específico da produção dos cartões-postais, teve como mote a percepção de que a memória do lugar não é isolada. Embora seja pessoal, a memória é social à medida em que fora estabelecida por movimentos transitórios e intersubjetivos, construídos ao longo do tempo de vida dos sujeitos que a discursiviza, quer seja de forma oral, quer seja através de textos escritos, desenhos ou quaisquer outras modalidades semióticas.

⁴ Nesta pesquisa, nos apoiamos no trabalho de Barros e Kastrup (2009) sobre o método da cartografia social.

Isso implica dizer que a reelaboração da memória, nesta construção cartográfica, é matéria intermitente, inacabada, ruidosa e, também, coletiva. Em outras palavras, as memórias reconstruídas sobre a Várzea serão um retrato daquele momento histórico e substância originada na vivência partilhada no bairro, na cidade e na vida urbana.

Palavras-chave: Cartão-postal; Memória; Patrimônio; Experiência estética.

REFERÊNCIAS

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FRANCO, Patrícia dos Santos. Cartões-postais: fragmentos de lugares, pessoas e percepções. **MÉTIS: história & cultura** – v. 5, n. 9, p. 25-62, jan./jun. 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Lisboa: Edições Almedina S.A, 2009. p. 23-72.

POLÍTICA IMPERIAL NO RECIFE OITOCENTISTA: o Barão de Muribeca e a Política Pernambucana do Século XIX (1830-1880)

Marcos Fellipe Nascimento dos Santos
marcos.00000829929@unicap.br

Ao estudarmos a política do Brasil Imperial, alguns nomes nos chamam a atenção. Principalmente quando esses nomes se repetem várias vezes. Um exemplo disso, são as elites locais que dominavam a província de Pernambuco durante o século XIX. Diante disso, faz-se necessário estudar a importância dessas famílias, bem como suas ações na política oitocentista. Uma família que nos chama a atenção é a Cavalcanti de Albuquerque, pois seus nomes já estavam em vários cargos do Império Brasileiro. E, a cada dia que passava, esses números só aumentavam. Por meio disto, o presente trabalho tem o objetivo de estudar essa família, em especial um de seus membros: Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Barão de Muribeca, e sua trajetória política ao longo do Império. Estudaremos a partir de periódicos encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, cartas pessoais do Fundo Visconde de Camaragibe, acondicionadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e inventários post-mortem presentes, anteriormente, no IAHGP e, hoje, no Memorial de Justiça de Pernambuco.

É extremamente curioso como uma família conseguia ocupar tantos cargos no Império Brasileiro. Segundo Marcus Carvalho (2008, p. 13), o único caso onde encontram-se três irmãos

senadores do império é o da família Cavalcanti de Albuquerque. Diante disso, é impossível deixar de estudar essa família “numerosa, antiga e rica”, como disse José Thomaz Nabuco de Araújo (1847, p. 4). Família essa, que com o passar dos anos alcançava os mais altos cargos e prestígios.

O objetivo desse trabalho é estudar os Cavalcanti de Albuquerque, em especial, o Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – O Barão de Muribeca – que, apesar de ser o irmão menos estudado e aquele que teve menor alcance na política, foi peça fundamental nos jogos políticos de seus irmãos, pois enquanto eles alcançavam os mais altos cargos do império, Manoel ficara em Pernambuco como Deputado Provincial e alicerçava os interesses pessoais da sua família. Isso ajuda-nos a entender como os Cavalcanti conseguiram se manter tão forte politicamente e economicamente durante o Império.

Desde a década de 1930, no Brasil, os jornais já aparecem com grave afirmação como fonte de informações para os historiadores. Até hoje, os periódicos são privilegiados nas investigações brasileiras. Mesmo que não tenhamos as coleções completas, desse instrumento, conseguimos vislumbrar um conjunto de textos em articulação com o tempo e as pessoas do Oitocentos brasileiro.

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional tem facilitado as pesquisas dos investigadores do mundo inteiro, interessados nos processos políticos e sociais do Brasil. Organizados em um site, jornais brasileiros e estrangeiros estão disponíveis para pesquisa. Ou seja: mesmo de suas casas, os historiadores podem ter acesso aos mais diversos números do Diário de Pernambuco, Jornal do Recife, Diário Novo, Echo da Religião e do Império, dentre outros.

Diante disto, procuraremos estudar a vida política do Barão de Muribeca, através dos periódicos encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, cartas pessoais do Fundo Visconde de Camaragibe, acondicionadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e inventário o post-mortem da Baronesa de Muribeca, acondicionado, hoje, no Memorial de Justiça de Pernambuco. Trabalharemos com pesquisas feitas a partir do nome de batismo do Barão: Manoel Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque e o nome de sua esposa. Através dessa pesquisa, conseguiremos conhecer um pouco da vida de Manoel e sua trajetória ao longo do Império.

Desde a década de 1930, no Brasil, os jornais já aparecem com grave afirmação como fonte de informações para os historiadores. Até hoje, os periódicos são privilegiados nas investigações brasileiras. Mesmo que não tenhamos as coleções completas, desse instrumento,

conseguimos vislumbrar um conjunto de textos em articulação com o tempo e as pessoas do Oitocentos brasileiro.

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional tem facilitado as pesquisas dos investigadores do mundo inteiro, interessados nos processos políticos e sociais do Brasil. Organizados em um site, jornais brasileiros e estrangeiros estão disponíveis para pesquisa. Ou seja: mesmo de suas casas, os historiadores podem ter acesso aos mais diversos números do Diário de Pernambuco, Jornal do Recife, Diário Novo, Echo da Religião e do Império, dentre outros.

Para este plano de trabalho, pretende-se pesquisar os jornais a partir das buscas de nomes preestabelecidos através das leituras de bibliografia. Mais importante: o nome do Barão de Muribeca, de sua esposa e de batismo: Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Inclusive, alguns nomes de sujeitos que surgirão durante a investigação serão trabalhados no site www.slavevoyages.org: base de dados sobre o tráfico de africanos para as Américas. Ao fim, tentaremos perceber como esses sujeitos trabalhavam em redes. Aqui, o conceito de rede será entendido da mesma forma como Imízcoz e Oliveri Korta colocaram: “um termo que utilizamos para nos referir ao conjunto de relações que põem em conexão umas pessoas com outras” (2010, p. 48).

Utilizaremos o conceito de rede, que será entendido da mesma forma como Imízcoz e Oliveri Korta colocaram: “um termo que utilizamos para nos referir ao conjunto de relações que põem em conexão umas pessoas com outras” (2010, p. 48).

OS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE DE PERNAMBUCO

Os Cavalcanti de Albuquerque foram construindo seus poderes aos poucos. Desde o século XVI, quando se fundaram aqui em Pernambuco, seus membros galgavam espaços no poder, na maioria das vezes, através do enobrecimento. Porém, foram os filhos do capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna), que casou-se com Maria D. Maria Rita de Albuquerque Mello, que se destacaram no pleito dominaram a política imperial. Foram eles: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁵, Antônio Francisco e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque⁶, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁷, Pedro

⁵ Primeiro Barão e Visconde com Grandeza de Suassuna, foi um proprietário rural, militar e político. Nasceu em 10 de junho de 1793.

⁶ Foi um militar, político e proprietário rural. Nasceu em 21 de agosto de 1797.

⁷ Foi deputado provincial na primeira legislatura de 1835 e em diversas legislaturas, tendo ocupado o lugar de presidente da Assembleia. Também tomou assento na Câmara Municipal, como vereador. Nasceu em 12 de outubro de 1804.

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁸ e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁹. Esse último, considerado pelo Marquês do Paraná o mais capaz dos irmãos Cavalcanti, não viveu o suficiente para nobilitar-se com os outros (CARVALHO, 2010).

O caminho traçado foi longo. Desde os dias do Brasil colônia de Portugal, os Cavalcanti queriam poder, mesmo que para conseguir um Foro ou Hábito de Ordem, se dissessem mais nobres e ricos do que realmente eram. Mas, isso não era um caso apenas Cavalcanti. Muita gente se justificava mais importante do que era. Mesmo com tudo isso, os Cavalcanti de Albuquerque chegavam ao Senado no final da década de 1830, fruto de um longo caminho em busca de espaços no poder. De acordo com Paulo Cadena (2013, p. 19), desde 1826 que os Cavalcanti ocupavam cadeiras na câmara dos Senadores como deputados. Com o Barão não foi diferente. Ele atingiu o cargo de Deputado provincial na primeira legislatura de 1835. E, apesar da oposição a essa família, os ditos “Cavalgados”, eles nunca saíram do poder e obtiveram muito prestígio ao longo dos anos.

Havia uma quadrinha do Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares, que foi um advogado, jornalista, professor, poeta satírico e político. A quadrinha dizia assim: “Quem vive em Pernambuco/ Deve estar desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado”. Essa quadrinha representa bem o poder e o reconhecimento que os Cavalcanti de Albuquerque tinham naquela época. Representa a força e o magnitude da família em Pernambuco.

Eles dominaram efetivamente o cenário político pernambucano entre os anos de 1837 e 1844. Porém, a família elaborava estratégias desde o século XVIII, para atingir os mais altos postos. E assim conseguiram. De acordo com Taunay (1978, p. 160), somados aos parentes da Paraíba e Alagoas, aos aliados pernambucanos como Araújo Lima, Rego Barros, Maciel Monteiro e a Nabuco de Araújo (que começou a carreira em Pernambuco sob a proteção deles), formavam uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX.

A família também estava diretamente ligada às questões das terras e do açúcar, já que muitos dos irmãos eram senhores de engenhos:

Que os Cavalcanti de Albuquerque estavam ligados à questão das terras e do açúcar, há os mais diversos indícios a crer em verdade, já que no fim do século XVIII, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque se colocava como um dos

⁸ Nasceu em 19 de abril de 1806. Foi um professor e político brasileiro. Foi presidente da câmara dos deputados e senador do Império brasileiro, de 1869 a 1875.

⁹ Foi bacharel em Direito, desembargador e político brasileiro. Nasceu em 19 de abril de 1799.

maiores produtores de açúcares da Capitania de Pernambuco, com três engenhos: Pantorra, Muguahipe e Suassuna. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, seu filho, seguiria o ramo açucareiro com Pantorra, em algum momento, e Suassuna. (CADENA, 2013, p.18)

Também não podemos esquecer de mencionar e estudar a ligação dos Cavalcanti com o tráfico de escravizados. Já que, sabemos que naquela época, terra era sinal de poder, ou seja, as elites locais que dominavam a província de Pernambuco, eram, muitos deles, senhores de engenho que traficavam escravizados para trabalharem, muitas vezes, no plantio da cana de açúcar. Então, estudar política imperial também é estudar o tráfico de escravos e suas peculiaridades.

A Relação dos Cavalcanti de Albuquerque com o tráfico de escravizados pode ser notada neste trecho do livro de Marcus Carvalho (2010, p. 164):

Dessa confusão toda, restaram fortes indícios de que havia gente de algumas das famílias mais abastadas e aristocráticas envolvidas com o tráfico, inclusive o Barão (depois Visconde) de Camaragibe – um dos irmãos Cavalcanti, futuro Senador do Império – além de parentes do mártir praieiro Nunes Maxado, e membros da família do Chefe de Polícia praieiro. (CARVALHO, 2010, p.164)

Inclusive, o irmão do Visconde, Hollanda Cavalcanti, já havia traficado na África, na década de 1820 (CADENA, 2018).

Sabemos que naquela época, o tráfico de cativos era o meio mais lucrativo e Pernambuco não ficava de fora dessa. Durante o tráfico atlântico, Pernambuco recebeu cerca de novecentos mil indivíduos, ficando atrás do Rio de Janeiro, onde localizava-se a Corte; e da Bahia, antiga sede do governo colonial. Recife se tornou, assim, a terceira capital imperial onde as diferentes marcas e falas dos africanos eram preponderantes (COSTA, 2013, p. 1).

TRAJETÓRIA POLÍTICA DO BARÃO DE MURIBECA

Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 12 de outubro de 1804, em Pernambuco. Filho de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna) e Maria Rita de Albuquerque Melo. Irmão de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Formou-se em Ciências Sociais, na Faculdade de Gottinghe, na Alemanha, tendo estudado antes em Coimbra. Era um

agricultor opulento e muito inteligente, tendo concorrido para a introdução de melhoramentos na agricultura e em seus engenhos, de acordo com o Jornal do Recife.

No antigo regime monárquico, militou nas fileiras do partido conservador, no qual gozava de extrema influência. Foi deputado provincial na primeira legislatura de 1835 em diversas legislaturas, tendo ocupado o lugar de presidente da Assembleia. Também tomou assento na Câmara Municipal, como Vereador. Em 1857, foi nomeado para preencher uma das vagas dos três diretores da caixa filial do Banco do Brasil, em Pernambuco, de acordo com o Novo e Completo Índice Chronologico da História do Brasil. Em 1855, ficou sendo o relator da comissão do voto de graças. Também teve assento na Assembleia Geral, em uma legislatura, na qualidade de suplente. Recebeu o título de barão de Muribeca em 14 de março de 1860. Foi Comendador da Real Ordem de Cristo de Portugal. Casou-se com sua prima Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque.

De acordo com o seu inventário (IAHGP, Inventário de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1887), a esposa do Barão de Muribeca era filha do Coronel Francisco do Rego Barros, proprietário rural e militar português do Brasil; filho de Maria Rita de Albuquerque e de Sebastião Antônio de Barros e Melo, e de sua esposa Maria Anna Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque. Era irmã de Francisco do Rego Barros¹⁰. Havia mencionado anteriormente que a província de Pernambuco era governada por elites locais, pois bem, a família Rego Barros era uma delas.

O Inventário da baronesa indica um fortuna a qual a família detinha posse no valor de 336:325-496 (trezentos e trinta e seis contos trezentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e noventa e seis reis). Tinha uma pluralidade de terras: Engenho São João, onde morava, Engenho Curado, Engenho Mussiapé, Engenho Ilha e Engenho Suassuna, além de movimentar, também, pedaços em outro

Engenhos, como: Engenho São Cosme, Engenho São Marinho, Engenho Bartolomeo, Engenho Brum e Engenho São Paulo. O inventário também detém de uma listagem bem detalhada sobre os escravos que estavam em suas posses, contendo a numeração de 192 escravizados.

¹⁰ Primeiro e único barão com grandeza, visconde com grandeza e conde da Boa Vista, nasceu em Pernambuco em 1802. Era primo dos Cavalcanti. Foi eleito deputado já na segunda legislatura (1830 – 1833). Foi presidente da Província de Pernambuco durante a Regência do Marquês de Olinda (1837 – 1840). Foi senador. Faleceu em 1870.

A lista de dívidas apresenta 26 nomes, dos quais dois são barões: Antônio dos Santos Pontual (Barão de Frexeiras)¹¹, sendo possível encontrar outros membros de sua família na lista, como sua mãe: Thereza Pontual, e Manuel José da Costa (Barão de Mercês), filho de Bento José da Costa, conhecido traficante de escravizados do oitocentos. Além de ser filho de bento José da Costa, Manuel, segundo o Dicionário Bibliographico Brasileiro v. VI (Blake, 1990, p.381-382), foi um “político, agricultor adiantado, comendador da Ordem de Christo e Rosa”.

Maria da Conceição morreu em 27 de setembro de 1887, aos 90 anos de idade, no engenho S. João, na freguesia da Várzea. De acordo com o Jornal do Recife, seu cadáver foi depositado na capela do cemitério público. Como não havia herdeiros, pois seu único filho, Manoel Francisco Cavalcante de Albuquerque, havia morrido, pode dispor assim de todos os seus bens. Nomeou seus testamenteiros, em primeiro lugar o seu marido, Barão de Muribeca, em segundo lugar o Dr. Francisco do Rego Barros de Lacerda, senhor de engenho e político, e em terceiro lugar o Dr. Manoel de Barros Barreto.

Manoel Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque (Barão de Muribeca), morreu aos 89 anos de idade, em 28 de Janeiro de 1894, em seu engenho São João, na freguesia da Várzea, vítima de uma gastrite. Seu corpo foi depositado na capela do cemitério público, assim como o da sua esposa. Deixou um testamento, no qual fez alguns legados e instituiu seus herdeiros ao Sr. Dr. Francisco do Rego Barros Lacerda e a Sra. D. Thereza Cavalcante de Barros Barreto, seus sobrinhos, já que não tinha filhos.

Mesmo depois dos acontecimentos, Manoel ainda conseguia se manter forte dentro da Assembleia Provincial e articular seus objetivos. Ele continuava perseguindo os espaços de poder. Era uma peça fundamental para a sua família, não só por aquilo que ele fazia, mas pelo seu status social e seu poder dentro da política. Demonstrou-se ser importantíssimo. Diante do que foi apresentado, concluímos que o Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque foi uma peça fundamental para o fortalecimento político e econômico de sua família ao longo do Império. Mesmo não alcançando os mais altos cargos, conseguiu trabalhar muito bem como Deputado e tomar conta dos interesses de sua família aqui em Pernambuco. O Barão de Muribeca articulava os jogos políticos de sua família. Ele quitava dívidas, declarava os bens deixados, estabelecia relações e mostrava-se bastante importante nesse quebra-cabeça. “Devemos perceber na figura

¹¹ Primeiro e único barão de Frexeiras. Fazendeiro, militar, senhor de engenho, político e nobre brasileiro. O barão foi tanto chefe político de sua região, como patriarca de sua família, sendo responsável pela administração local e até pelo policiamento de Frexeiras.

de Manoel Francisco aquele que fazia número, que tomava vagas dos adversários na Assembleia provincial: ele também era uma peça importante no jogo” (CADENA, 2013).

Palavras-chave: Barão de Muribeca; Política Oitocentista; Cavalcanti de Albuquerque.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Recife: Typografia União, 1847.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti. Ou há de ser Cavalcado**: Trajetórias Políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844) Recife: UFPE, 2013.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **O Vice-Rei**: Pedro de Araújo Lima e a Governança do Brasil no século XIX. Recife: UFPE, tese de doutorado, 2018.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Insurreição Praieira**. In: Almanack Brasiliense, nº8, novembro de 2008.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Cavalcantis e cavalgados**: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. In: Revista Brasileira de História, volume. 18, nº 36.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J.M. de. Pernambuco e Brasil nas rotas do tráfico atlântico. in: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **História e Historiografia**: Perspectivas e abordagens. Recife: UFPE, 2014, pp. 239 – 262.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 169 – 178.

GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855)**.

IMIZCOZ, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía Doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). **Economía Doméstica y redes sociales em el Antiguo Régimen**. Madrid: Sílex, 2010.

MARSON, Izabel de Andrade. **Movimento praieiro** – Imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna, 1980.

MARTINS, Maria Fernanda. Os temas de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores & Negociantes**. História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 403 – 434.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M.de. **O Alufá Rufino** – tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 – c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAUNAY, Afonso E. **O Senado no Império**. Brasília: Senado Federal, 1978.

QUINTAS, Amaro. **Amaro Quintas** – o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011.

DE CASA FORTE À SENZALA: resquícios do Recife Colonial nos nomes dos estabelecimentos da Avenida 17 de Agosto

Guilherme Barbosa da Silva
guilherme.barbosas@ufpe.br

No processo que ocorreu para constituir e moldar o que hoje é o território da cidade do Recife, é impossível não trazer nenhuma relação com o período colonial presente no Nordeste. Utilizando uma mão de obra escrava vinda por quase toda sua totalidade do continente africano, tal sistema colonial deixa marcas claras na presente sociedade e formula suas relações sociais.

Entretanto, aqueles que descendem os ex-escravizados almejam esquecer as lembranças do período colonial, o qual se baseia em memorar o sujeito negro com aspectos inferiores, enquanto os descendentes nas elites brancas almejam a permanência desse status. Assim, a redução do negro somente a escravidão, segundo Silvio de Almeida, existe pela imposição de poder do branco. No Recife, nota-se essa relação em logradouros que carregam uma herança colonial, criando uma memória por completa na cidade das posições hierárquicas as quais um dia existiram e ainda existem.

Considerando estes aspectos, será discutido como é presente a herança colonial na Avenida 17 de Agosto. O debate se baseia no entendimento do contexto histórico da área estudada, na população a qual reside tal território e a criação de uma memória negativa para o negro no local, analisando nomes presentes nos prédios e comércios na avenida. Dessa forma, o

objetivo é apresentar como existe uma memória da branquitude enquanto membro compositor da desigualdade racial no Recife, especificamente na Avenida 17 de Agosto.

A metodologia utilizada se dá na revisão bibliográfica sobre o tema, entendendo a história da área e em relação aos sujeitos e hierarquias existentes, chegando às representações vistas no dia-a-dia. Além disso, será feito um trabalho de campo para analisar e contabilizar as representações no meio geográfico estudado. Se considera, no caso, a perspectiva do sujeito no local em relação ao seu sentimento de pertencimento ou não.

Marcado pela presença da cultura da cana de açúcar, o Nordeste surge carregando características bem definidas enquanto a sua estrutura social (FREYRE, 2013). Uma dessas passa pelo processo de escravização das populações africanas que chegaram ao Brasil, gerando, a partir desse momento, uma diferença construída na sociedade entre os escravizados e com aqueles que escravizaram. Em Recife, não foi diferente ou não seguiu uma lógica distinta: a cidade é um berço do passado colonial.

Por ter um porto atuante e com uma predominância no cenário de exportação no Brasil, a capital pernambucana recebeu, durante parte do período do açúcar, um alto índice de investimentos os quais geraram futuramente em um grande valor monetário retornado (SILVA, 2018). Assim, as elites açucareiras não somente tinham lucro com a exploração da mão de obra escrava para a obtenção do produto final, mas também com os meios de transporte utilizados para a propagação destas e entre outras diversas atividades relacionadas.

O enriquecimento desta parcela da população traz, inicialmente, uma diferenciação dos africanos na época escravizados, que não acumularam capital primitivo. Com a alforria, o contexto não muda já que a maioria da população, agora ex-escrava, também não foi fruto de políticas para uma inserção econômica, social e política adequada. Ou seja, a maneira como se deu a relação entre escravizados e escravizadores passa a ser crucial para entender como o Recife funciona no momento pós abolição.

Entretanto, aprofundando na temática racial nitidamente existente, observar-se a relação entre negros e brancos. Inicialmente, se considera raça em dois parâmetros: os traços físicos do indivíduo e a origem ancestral, de crença e de hábitos (ALMEIDA, 2019). Assim, fica nítido observar a existência da racialização na sociedade, inclusive chegando a aspectos econômicos, políticos e jurídicos os quais influenciam, diretamente, como uma condição relacional de poder.

Então, aquele que se compreende e é lido socialmente como branco, executa a sua existência com privilégios únicos dados a si. Tal condição é compreendida melhor através do termo de branquitude, que é entendido como ter posições e lugares sociais enquanto indivíduo apenas por questões genéticas, se autoafirmando e impondo maneiras para tal (SCHUMAN, 2012, p. 23). Neste sentido, o ser branco não existe paralelamente a branquitude, e sim como um ponto existente na sua própria identidade.

No Brasil, políticas públicas são o principal meio de perpetuação, comandadas por pessoas que se beneficiam destas. Logo, meios de sustento dessa circunstância são vistos nas cidades remetendo ao passado, como em patrimônios históricos já que se considera estes como formas de atribuição de significados a determinados bens existentes fisicamente na sociedade (MEIRA, 2004). Sua existência objetiva determinar o que deve ser lembrado ou não no território, estabelecendo hierarquias nas lembranças presentes na história.

Com estas lembranças, pode-se falar de memória social. Sua compreensão relaciona aspectos passados trazendo maneiras de recordá-los ao presente, formulando não uma nova história com novos significados, e sim a permanência de um pensamento o qual um dia existiu na sociedade (MONASTIRSKY, 2010). Assim, patrimônio e memória são interligados seja pela lógica que abrange os dois ou seja pela sua existência: ao se ver uma estátua em praça pública, lembra-se quem foi aquele retratado na estátua e sua história.

Na Avenida 17 de Agosto, é fácil observar patrimônios vinculados a memórias, no caso fazendo referência ao passado colonial. Em campo, foram observados 13 logradouros por toda sua extensão, variando entre prédios residenciais e estabelecimentos comerciais que trazem referências coloniais da posição dos escravizados. Ao observar a população dos bairros citados, são vistos poucos moradores classificados ou autoafirmados negros, sendo a presença dos nomes dos estabelecimentos um ponto significativo de análise.

Com todos os pontos aqui fundamentados e analisados, tiraram-se conclusões claras e interligadas. Conhecendo a história do Recife, com o negro ex-escravizado posto em um local de desumanização, é nítido que existem permanências dessa memória: os nomes dos 13 logradouros na Avenida 17 de agosto são uma forma da branquitude se autoafirmar e impor seu poder. Além de haver um julgamento da branquitude sobre quem foi e quem é o sujeito negro, os nomes demonstram a segregação racial na cidade, já que na Avenida não se tem a presença de pessoas declaradas negras na situação de moradores.

O racismo apresentado impacta diretamente no sentir e viver no Recife, sendo memorado por elementos da branquitude em patrimônios. Remeter, de uma forma institucionalizada, sempre ao passado colocando o negro somente em uma posição de escravizado é minimizar sua existência até hoje.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Editora Global, 2013
- MEIRA, A. L. G. Políticas Públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista** (UFPel), v. 10, p. -, 2004.
- MONASTIRSKY, L. B. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural - DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/TerraPlural.v.3i2.323334>. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 323–334, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1193>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na Cidade de São Paulo**. Capítulo 1: Rompendo o pacto racista, colocando o branco em questão. 2012. 122 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA, Raphael Fontoura da. **Roteiro das ferrovias em Pernambuco: um olhar geográfico**/Raphael Fontoura da Silva. Recife, PE: 2018.

RECIFE, UMA CIDADE DE MUITAS HISTÓRIAS: o Bairro do Recife, Santo Antônio e Boa Vista através de Três Instituições Setecentistas

Dra. Luanna M. Ventura Dos Santos Oliveira¹²
luannaventura@gmail.com

Dra. Suely C. Cordeiro de Almeida
suealmeida.ufrpe@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre a importância do patrimônio produzido por três instituições que transitaram no tempo, do período colonial até os dias atuais e fazem parte da paisagem e da memória da cidade do Recife. As instituições escolhidas são o Porto do Recife, Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife e o Convento de Nossa Senhora da Glória. A História das Instituições se constituiu em um lugar de observação que permitiu olhar para as questões sociais, econômicas, políticas, patrimoniais e culturais.

As instituições, para além de um conjunto fixo, arquitetônico que pode ser apreendido e analisado em suas fronteiras materiais, é formada também por um arcabouço de ideias, que as fazem transitar no tempo preservando uma tradição, mas ao mesmo tempo realizando as mudanças necessárias para sua sobrevivência. Desta forma, e por esse processo é possível acompanhar permanências e mudanças ao longo do tempo.

¹² Bolsista PNPd CAPES no PGH em História da UFRPE

A metodologia a qual nos propomos utilizar para desenvolver a reflexão é a de Carlo Ginzburg (1989), em *Mitos, Emblemas e Sinais-Morfologia e História*, que propõe seguir as pistas, montando um quebra-cabeça que das partes nos permite ver o todo. Assim, seguindo as pistas observamos o Recife como lugar de memória institucional e patrimônio histórico de Pernambuco, aludiremos suas conexões entre o passado e o presente, através do resgate dos conflitos e disputas das instituições políticas que modificaram e transformaram o espaço urbano, mas criaram laços identitários com as comunidades dos três bairros supracitados.

O bairro do Recife em seu entorno foi tema de diversas pesquisas ao longo do tempo. Narrativas que demonstram seu nascimento, desenvolvimento, decadência e suas diversas reformulações. O Recife surgiu de uma vila de pescadores e transformou-se em um dos portos mais importantes das Américas até a invasão dos holandeses. O Recife foi escolhido para ser a sede do governo holandês, enquanto Olinda, antiga sede da Capitania foi incendiada, visto que era um símbolo de resistência portuguesa para seus invasores. Durante o período batavo era proibido reconstruir ou construir qualquer edifício em Olinda, tornando-se o Recife o foco de desenvolvimento, realizando-se ampliação de seus traçados.

No entanto, se observamos hoje, depois de séculos que separam esse conflito entre as duas cidades históricas, Olinda permaneceu como detentora desse passado colonial da Capitania e foi considerada sítio histórico pelo IPHAN em 1968, monumento nacional em 1980 e patrimônio histórico e cultural da humanidade em 1982 pela UNESCO. O esforço realizado pelos portugueses em reconstruí-la no período colonial, após a restauração pernambucana, criou esse espaço de memória em Pernambuco.

Porém, o Recife que virou Vila ainda no século XVIII desenvolveu uma liderança comercial e administrativa derivada da localização próxima ao Porto, perdeu suas características coloniais no início do século XX, com a demolição de dois terços dos sobrados coloniais e ganhou uma nova característica que arrancou com essa intervenção, parte de nosso patrimônio histórico material. Diversas pesquisas abordaram as transformações urbanísticas sobre o bairro do Recife, no entanto, poucas pesquisas buscam resgatar o passado colonial, através da arquitetura eclética do Bairro, a qual foi relegada como “ovelha negra”, por conta da mistura, valorizando-se primeiro o barroco, depois o neoclássico e o moderno.

O Recife não foi considerado como patrimônio histórico e cultural da humanidade, devido a reformas realizadas pelo Estado, o qual retirou a originalidade do Barroco, porém a memória

desse espaço colonial precisa ser reavivado, revisitado e reconstituído, com o intuito de educar as próximas gerações sobre a importância da preservação do patrimônio histórico material, mesmo que esse não tenha permanecido com sua originalidade, a qual é reflexo da história dessa cidade, das escolhas e seleções do Estado brasileiro e dos detentores dos lugares de fala sobre o que representava ou não a identidade nacional na época das demolições, e na atualidade.

Ressignificar o patrimônio histórico da Cidade do Recife ao longo dos séculos é uma das premissas desses pesquisadores que retomam o Barroco, não apenas através dos monumentos de pedra e cal, mas também através dos documentos que testemunharam o passado Colonial da Vila do Recife.

Aludiremos sobre a instituição do Porto do Recife enquanto patrimônio natural da Cidade do Recife, e suas características de ancoradouro natural que promoveu o crescimento da Cidade, suas conexões com os rios Capibaribe e Beberibe, as quais possibilitaram o escoamento da produção da Capitania até o Centro da praça comercial do Corpo Santo, a qual foi demolida no início das reformas do século XX, momento que ainda não existia uma política de patrimônio no Brasil. Relembrar como esse espaço era ocupado no passado é necessário para criar conexões com os frequentadores do Bairro do Recife, que sentem que o espaço é histórico, porém carente de informações que atinjam esse público.

A segunda instituição que iremos abordar será a Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife e a história de sua edificação, fazem parte do patrimônio do Recife que envolveram uma parte da elite local contribuindo para a importação de Portugal dos materiais necessários à composição de cada parte ou etapa da edificação; as práticas e rotinas cotidianas, que envolvia o casamento, a dispensa de impedimentos, o correr dos banhos, horários e dias propícios e permitidos, os batismos de brancos, pardos e negros, os padrinhos e a formação de laços parentais não sanguíneos, e, por fim, os batismos coletivos de cativos, uma prática comum que envolvia os senhores de escravos e os párocos atuantes na Matriz. Ainda nos reportamos ao acervo documental disponível até hoje aos pesquisadores, patrimônio que precisa ser defendido e que muito contribui para a produção de uma historiografia recente para Pernambuco enquanto capitania e província.

A terceira instituição aludida será o Recolhimento e depois Convento de Nossa Senhora da Glória, situado a rua da Glória, hoje bairro da Boa Vista, depõe sobre a história das mulheres subalternas e como atuaram e atuam nos projetos de inclusão social até hoje. O Recolhimento

surgiu na primeira metade do século XVIII, por iniciativa de mulheres pardas e pobres com o objetivo de acolher meninas órfãs. Depois transferido para o bairro da Boa Vista, passou a servir a elite comercial e do açúcar, educando suas filhas para assumirem o papel de matronas, boas administradoras do lar e dos filhos, mas submissas ao poder do marido. Do outro lado da moeda dessa instituição estão as mulheres que viveram na clausura sem votos e que assumiram o papel de educadoras. Histórias institucionais que se articulam as dinâmicas da cidade fossem no campo econômico, social ou religioso, que compuseram e compõem-se como complexidade até hoje. Dessa forma será possível acompanhar o movimento de um povoado, vila e depois cidade, que através de suas instituições e do seu patrimônio, traçou um percurso no tempo.

Palavras Chave: Recife, Patrimônio, Instituições

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely C. Cordeiro de. **O Sexo Devoto:** normatização e resistência no Império Português, séculos XVI-XVIII. Recife: Editora Universitária, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. IN: ABREU, Regina; CHAGAS(Orgs). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. pág. 56-76.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais-Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade é Patrimônio:** uma viagem. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

SILVA, Gian Carlo de Melo Silva. **Um só Corpo, uma só Carne:** casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800). Recife: Editora Universitária, 2010.

UM MUSEU DE ARTE MODERNA NO CORAÇÃO DE RECIFE

Mariza Mariano Monteiro
marizamam Recife@gmail.com

O Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães tem sua história ligada a Galeria Metropolitana de Arte do Recife, todo seu acervo foi herdado da extinta Galeria. Acervo esse de grande relevância no contexto da arte moderna e contemporânea do Brasil. A Galeria foi fruto das reivindicações de artistas pernambucanos, sobretudo daqueles que participavam da SAMR (Sociedade de Arte Moderna do Recife), do Atelier Coletivo e do Clube de Gravura do Recife, a criação da instituição em 1981 foi sem dúvida um marco para a história da arte pernambucana.

A Sociedade de Arte Moderna do Recife fundada em 1948 pelos artistas Abelardo da Hora e Hélio Feijó buscou romper com parâmetros estabelecidos pela Escola de Belas Artes do Recife criada em 1932, onde atuaram como docentes artistas como: Bibiano Silva, Balthazar da Câmara, Murillo La Greca, Mário Túlio e Mário Nunes. O Recife não tinha na época um espaço de arte onde os artistas pudessem expor suas obras. As exposições aconteciam em eventos pontuais como os salões de arte. O casarão de número 265 da Rua da Aurora estava desocupado desde 1974. O imóvel tinha sido entre 1914 e 1930 sede do Clube Internacional do Recife e entre 1938 e 1974 sede da Prefeitura do Recife.

Diante das alegações dos artistas e da necessidade de relegar aquele suntuoso prédio um destino compatível a sua importância, a Fundação de Cultura Cidade do Recife - FCCR e a

prefeitura da cidade enxergaram naquele local o lugar que abrigaria o espaço de arte tão sonhado pelos artistas.

A Galeria Metropolitana de Arte do Recife foi criada pelo decreto-lei nº 13.535, em 1979, sancionado pelo Prefeito Gustavo Krause, que na época tinha como diretor-executivo o historiador e jornalista Leonardo Dantas. Após algumas reformas, em 27 de março de 1981 é inaugurada a tão almejada Galeria. Desejo de artistas e intelectuais da época, além de fazer parte do projeto político do então Prefeito da Cidade do Recife Gustavo Krause, que marcou presença não só na noite de inauguração, como em vários outros eventos ocorridos na instituição.

Em 1982 morre Aloísio Magalhães, um pernambucano atuante nas questões do patrimônio no nosso país. A política de cultura de Aloísio buscava formas de conhecer o Brasil identificando sua heterogeneidade cultural. Durante o processo de defesa para tornar Olinda patrimônio da humanidade, Aloísio produz o álbum com 11 litogravuras sobre Olinda onde retrata as peculiaridades da cidade e sua importância cultural. Essa obra seria levada para Itália e apresentada no momento de suas argumentações do título de Olinda. Mas Aloísio faleceu quando já estava na Itália. Como forma de homenagear esse pernambucano que deixou um legado cultural tão rico para o país, a Galeria Metropolitana de Arte do Recife incorpora o nome de Aloísio à instituição. Passando a chamar-se, a partir de 1982, Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães (GMAAM).

Em 1997 através da Lei Nº 16.314/97 de 24 de julho, a Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães passa a ser Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – MAMAM. Essa iniciativa partiu do prefeito da cidade do Recife à época, Roberto Magalhães. Todo o acervo da Galeria foi transferido para o Mamam.

O edifício onde funciona o Mamam faz parte do Conjunto Urbano da Rua da Aurora, marco arquitetônico do século XIX, tombado em nível estadual na década de 1980. Esse conjunto encontra-se atualmente com a maioria de seus edifícios em estado de conservação comprometida, fato que interfere na imagem de um dos cartões postais do Recife. Se faz necessário destacar o valor histórico desse Conjunto Arquitetônico e seu processo atual de degradação.

Ratificar a importância do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães enquanto um dos espaços de arte moderna e contemporânea mais importantes do país, localizado no centro da cidade do Recife, seu acervo possui obras de artistas renomados nacional e internacional. Além

de desempenhar ações educativas e de formação relevantes para alunos, professores e público em geral.

A pesquisa abordará a história do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães, instituição que funciona em um edifício tombado, nesse sentido é importante consultar o processo de tombamento do Conjunto Urbano da Rua da Aurora, contexto o qual o Mamam está inserido. A consulta desse processo de tombamento será importante para entender o contexto histórico do local, sua relevância para cidade do Recife. Ao mesmo tempo permitirá analisar o processo de abandono do Conjunto Urbano da Rua da Aurora nos dias atuais. É importante a leitura de textos que analisem a paisagem urbana da Rua da Aurora dentro do contexto histórico da cidade do Recife, com destaque para a integridade visual do local.

A leitura de textos referente aos movimentos artísticos em Pernambuco como o Ateliê Coletivo e a Sociedade de Arte Moderna do Recife será relevante, pois além da importância desses movimentos para o cenário das artes plásticas pernambucana, as intervenções dos artistas participantes foram cruciais para a criação da Galeria Metropolitana de Arte do Recife, hoje Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães.

Consultas a jornais da época em que a Galeria foi criada será importante para entender o contexto histórico, cultural e artístico de Pernambuco daquele momento. Os jornais com informações sobre a trajetória do Mamam também serão consultados com o objetivo de entender a importância da instituição no cenário artístico nacional.

Resultado das reivindicações de artistas sobretudo pernambucanos a Galeria Metropolitana de Arte do Recife, hoje Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães, na realidade desde início se propunha a ser um museu. Além de ter um espaço de arte onde pudessem expor suas obras, os artistas almejavam salvaguardar a memória artística de pintores, gravuristas e escultores pernambucanos e quiçá brasileiros.

A abertura da Galeria Metropolitana de Arte do Recife em 1981 consolidou os sonhos de muitos artistas da época. Com um acervo de grande expressão artística esse espaço de arte é até os dias atuais, já enquanto museu, um dos principais do país. Além de sua relevância no circuito artístico e cultural pernambucano, o suntuoso edifício onde funciona o Mamam é detentor de expressões artísticas e culturais de suma importância para a história da cidade do Recife.

Uma análise sobre a história da instituição contextualizando a importância arquitetônica e histórica do Conjunto Urbano da Rua da Aurora, local onde foi instalada a Galeria Metropolitana

de Arte do Recife, atual Mamam, permitirá um conhecimento mais amplo sobre tão significativo espaço de arte pernambucano. Além de gerar discussões voltadas para o contexto da arte moderna e contemporânea, mas também sobre a integridade da paisagem urbana de muitos locais do centro da cidade do Recife.

Palavras-chave: Museu; galeria; Recife.

REFERÊNCIAS

GALERIA. **Metropolitana de Arte do Recife** / textos Eduardo Castro... [et.al.]; organização Lorena Taulla e Mariza Monteiro; tradução Paul Webb; apresentação Mabel Medeiros – Recife: FacForm, 2022. 181p.\:il;

PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Processo de Tombamento do Conjunto Urbano da Rua da Aurora Nº 3.522/83**. Recife: Fundarpe 1983.

SILVA, Milena Torres de Melo. **A integridade visual da Rua da Aurora no Recife**: uma reflexão sob a perspectiva da Paisagem Urbana Histórica. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

RECIFE E SUAS ÁGUAS: uma História Socioespacial Contada pelas Iconografias e Poesias

Marina Loureiro Medeiros
marinalou93@gmail.com

Cynthia Suassuna
cynthia.suassuna@unicap.br

Em 2023, a cidade do Recife completa 486 de história, estando a maior parte dela ligada intimamente com as águas que atravessam a cidade, especialmente as correntezas naturais de água doce. Estas, por séculos, fonte de trabalho, de moradia e fonte primária de abastecimento para grande parte dos moradores. Entendendo assim, por esse e por outros contextos, que água, símbolo vital para todos os seres vivos que habitam o planeta, é um direito humano básico, estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (BRASÍLIA, 2003) como meta primária de atendimento.

Quanto ao aspecto físico, a cidade constitui-se como uma planície fluviomarinha, apresentando um processo geológico sedimentar que formam alguns morros no seu interior, dando um aspecto de sítio morfológico em forma de anfiteatro (LINS, 1982). Quanto ao aspecto histórico e espacial, a cidade tem seus primórdios associados aos da sua relação com portuária, especificamente com a questão física dos arrecifes, dos bancos de arenítico defronte à planície

fluviomarinha. Tal extensão, à época das grandes embarcações, dava os contornos para a entrada dos barcos e navios de maior porte, os quais atracavam na vila de pescadores e, posteriormente, no século XVI e XVII, ao que chamariam de cidade. Sobre a importância do banco de arrecifes e sua função para o início da cidade – inclusive Recife recebeu esse nome devido a essa forma geográfica marinha – como afirmam os estudiosos Rubem Franca (1994) e endossa Gomes (2007).

Além da forte relação constitutiva da cidade com sua água de origem marinha, o aspecto fluvial também é um ponto importante a ser destacado. A partir do século XVII, junto à presença dos holandeses na cidade do Recife, a ocupação dos rios passa a ser importante à expansão econômica açucareira, contribuindo para a paulatina interiorização da cidade. Isso também fez com que, nas margens dos rios e em seus interiores, fossem formados os primeiros bairros, para além das ilhas já existentes. Nesse cenário de transformação, destaca-se o desenvolvimento dos bairros: Graças, Madalena, Casa Forte, Poço da Panela e Apipucos, todos surgidos ao longo do século XVII e do próximo século, ocupadas devido à próxima localização ao porto (CAVALCANTI, 1978).

No período em questão, para a solidificação dessas áreas que se configuravam enquanto grandes sítios alagados, foram necessárias obras imensas de drenagem. Estas iniciam-se com os neerlandeses, no século XVI, especialistas na área devido à realização de obras semelhantes em seu país. Desse momento, destaca-se a construção das primeira pontes que ligavam as ilhas da cidade, como a Ilha do Recife, a Ilha de Antônio Vaz e a Ilha Maurícia: ponte Maurício de Nassau, ponte de Boa Vista, e a Ponte Giratórias; todas reformadas na atualidade, utilizando-se outros materiais. Infelizmente, essa mudança ocorreu sem a mesma função conferida no passado, sendo apenas observadas na paisagem atual como símbolos de rugosidades espaciais (SANTOS, 1999).

Como marca da presença flamenca no Recife, além da questão hidráulica e de consolidação do espaço fluvial marinho, em termos de ocupação, têm-se: os jardins na antiga Ilha Maurícia, hoje jardim do atual Palácio do Governo; o observatório astronômico, hoje observatório Torre Malakoff. A contribuição judaica estimulada no período também é algo que ainda pode ser conferido na preservação da Rua do Bom Jesus e da Sinagoga Kahal Zur Israel, a primeira das américas; preserva-se a faixa do templo, original do período holandês, datada de 1635, restaurada algumas vezes e retomada enquanto museu desde dos anos 2000 (GESTEIRA, 2004). Além

desses relatos dos primeiros estudiosos, a Recife marinha e fluvial também é bastante perene em acervos iconográficos e literários.

Em termos iconográficos se destaca os trabalhos de Frans Post e Albert Eckout, do período holandes, retrato cartográfico e paisagístico, além dos trabalhos do cartógrafo Douglas Fox no final do século XIX, retratava o Recife das reformas urbanas. Já em termos literários tem-se destaque os poemas escritos por Bento Teixeira, que descreve a íntima relação do início da cidade com seu mar, assemelhando muito a relação epopeica de Lisboa com seu mar nos escritos de Camões, e posteriormente o foco passa ser as obras literárias sobre o rio Capibaribe, tendo ícones como Manuel Bandeira, que o associava ao rio a infância nos anos 1925 e posteriormente o rio como uma questão social em João Cabral de Melo Neto nos anos 1950, para assim ser descrito com um rio de lutas ambientais de Roberto Celestino em 2012.

Dessa maneira, o presente trabalho mostra a formação socioespacial da cidade através do apanhado de destaque com a literatura poética e o acervo iconográfico existente nas bibliotecas públicas do estado, município e da Fundação Joaquim Nabuco. Para isso foi-se usado além de pesquisas bibliográficas no campo da história como metodologias, geografia e outras ciência humanas, foi usado a rica base iconográfica existente da cidade do Recife, com seus inúmeros artistas e intelectuais, das mais diversas áreas, os quais ilustraram a relação da cidade com suas águas. Para investigar essas nuances ainda, foi usada de maneira complementar o trabalho feito também utiliza como base o método hipotético-dedutivo discutido em Lakatos (2017). Complementa-se com a abordagem de análise epistêmica de cunho crítico, fazendo-se o uso da categoria de análise socioespacial em Santos (1978) e da Epistemologia Ambiental de Leff (2002). Dessa maneira, entende-se a razão de questionar e celebrar a relação atual com as águas, já que a cidade tem relação simbiótica com ela.

Palavras chave: História socioespacial; Água; Iconografia; Poesias; Recife.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Manuel. **Libertngagem**. Rio de Janeiro: Typographia do jornal do Commercio, 1930.
- BRASÍLIA (Distrito Federal). Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Relatório sobre o desenvolvimento da água no mundo**, Brasília, 2003.
- CARVALHO, L. E. P. **Descaminhos das Águas na Metrópole**: a sócio natureza dos rios urbanos. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- CASTRO, J. **Fatores de localização do Recife**: ensaio de uma geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CAVALCANTI, B. S.; MARQUES, G. R. G. Recursos hídricos e gestão de conflitos na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul a partir da crise hídrica de 2014-2015. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, Lisboa, v. 15, n. 1, mar. 2016.

CAVALCANTI, V. B. O Recife e a origem dos seus bairros centrais, In: **Um tempo do Recife**. Revista Universitária, Recife, 1978. p. 221-252.

CAVALCANTI, V. B. **Recife do corpo santo**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1977.

DURÃO, F. A. Reflexões sobre a metodologia de pesquisa nos estudos literários. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 31, p. 377-390, 2015. Especial.

EBRAHIM, R. Barragens da Região Metropolitana do Recife estão à beira do colapso. **Revista Marco Zero**. Recife, 21 de jan. 2021. Disponível em: < <https://marcozero.org/barragens-da-regiao-metropolitana-do-recife-estao-a-beira-do-colapso/>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

GESTEIRA, H. M. O **Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654)**. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-21, jan./jun. 2004.

GOMES, E. T. A. **Recortes de Paisagens na Cidade do Recife: uma abordagem geográfica**. Recife: Massangana, 2007.

LEFF, E. **Aventuras da Epistemologia Ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO NETO, João Cabral. **O cão sem plumas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1950.

QUEIRÓZ, M. I. P. **O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões**. In: LANG, A.B.S.G., (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992. p. 13-29. (Coleção Textos; 2a série, 3).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

VALLE GASTAMINZA, F. **El análisis documental de la fotografía**. Universidad Complutense de Madrid. 1999.

A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE CIENTÍFICA FEMININA EM RECIFE: a Produção Geográfica na UFPE

Milka Lopes Beserra
milkabeserra@gmail.com

Marina Loureiro Medeiros
marinalou93@gmail.com

Rodrigo Dutragomes
rdutragomes@gmail.com

Em Pernambuco, o desenvolvimento dos estudos ligados à Geografia é iniciado a partir das diversas transformações sociais e estruturais ocorridas a partir da década de 30. Diante disso, a produção acadêmica Geográfica se institucionalizou em Pernambuco a partir dos anos de 1950. Na Geografia brasileira e regional, a Universidade Federal de Pernambuco foi uma das primeiras a institucionalizar o estudo da Geografia e por isso exerce um papel muito importante no desenvolvimento das pesquisas regionais no Nordeste. Essa instituição também marcou com a sua história algumas transformações sociais, como por exemplo, representa uma das Universidades brasileiras que esteve em sua formação em constantes níveis crescentes de representatividade feminina.

O curso de Geografia iniciou absolutamente masculino. Entre os primeiros professores do Departamento de Ciências Geográficas-UFPE estiveram alguns considerados referências na

geografia nacional como Hilton Sette, Gilberto Osório de Andrade, Mário Lacerda de Melo, Manoel Correa de Andrade etc. Apesar de no início não estarem presentes, as mulheres foram ganhando representatividade ao longo dos anos. Isso nos faz conjecturar, por um lado, sobre os desafios enfrentados por elas frente ao machismo e patriarcalismo estrutural, que as obrigava a levar uma vida dupla (profissional e doméstica), e, por outro lado, as suas contribuições efetivas para a construção do pensamento geográfico.

Dominado por homens, o pensamento científico ocidental e nacional tem a tendência de relegar a essas mulheres precursoras um papel secundário, bem como o ostracismo, na história do pensamento científico, no nosso caso, científico geográfico. Em termos de processos metodológicos a pesquisa foi dividida em três partes: pesquisa de campo, pesquisa de gabinete e entrevistas remotas. Nas pesquisas procedidas em gabinete foram investigadas quais os teóricos (a) que abordam as questões de gênero de 1960-1990 no intuito de reconstruir as problemáticas sociais vivenciadas no período histórico.

Nas pesquisas de campo buscou-se identificar quem foram as mulheres professoras e técnicas que participaram da formação do DCG-UFPE a partir da realização de visitas ao Arquivo Geral e a Seção de Assentamento de Pessoal da PROGEPE- UFPE para a triagem das pastas funcionais no intuito de localizar nomeações, cargos ocupados, a trajetória das professoras no DCG-UFPE, como também quais as suas obras (Relatórios, Livros, Dissertações e Teses) pertinentes como representativas. Para isso, realizou-se também visitas ao Acervo NAPE-UFPE, que guarda a memória da grande parte da Geografia produzida em Pernambuco a partir da década de 1970, o Acervo de obras e de fotos da Fundação Joaquim Nabuco e por fim o Acervo de obras da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. E, para a produção de História Oral, foram realizadas entrevistas remotas com doze professoras (o) que presenciaram esse processo de mudanças de gerações do DCG-UFPE sejam como professoras, como alunas ou como técnicas, buscando rememorar as questões de representatividade entre os gêneros da época na academia e entender como eram desenvolvidas as relações dessas professoras com a Geografia no Departamento e em outras instituições de pesquisas.

No cenário nacional-regional, no Brasil 1960-1990 era crescente a presença das mulheres nos cursos de graduação em Geografia, contudo ainda era marcante a falta de representatividade nos maiores níveis hierárquicos acadêmicos. O corpo docente do DCG – UFPE é um dos exemplos históricos da baixa representatividade feminina na docência no processo de construção de

instituições de ensino superior nos anos de 1950 no Brasil (ALMEIDA, 2012), mas se tornou um exemplo da evolução da representatividade das mulheres nas ciências Geográficas na Universidade Federal de Pernambuco.

Depois de sua formação universitária as mulheres geógrafas eram muito mais direcionadas ao ensino escolar, enquanto os homens tornavam-se pesquisadores e docentes universitários (SILVA, 2009). A luta das mulheres pelo seu reconhecimento como produtora das Ciências Geográficas se desenvolveu historicamente junto à luta da sua representação como sujeito social. Diante disso, as discussões que envolvem as problemáticas de gênero visam ser um viés demarcador da desigualdade social entre os gêneros nos espaços sociais, partindo do pressuposto de que a estrutura social delimita os espaços ocupados e destinados às mulheres.

Com a chegada das mulheres ao corpo docente do DCG-UFPE em Pernambuco deu-se início a uma geografia que se construía com a prática mediada por mulheres. Diante dos diversos eventos que estruturaram o estabelecimento do DCG- UFPE nos anos de 1950 nota-se que os questionamentos dos contextos sociais e científicos se assemelham à crítica dos sujeitos hegemônicos sociais. Nesse sentido, é emergente entender de quais formas as mulheres nas décadas de 1960–1990 passaram a construir a sua vida pública e mantiveram a sua vida privada. Em busca de entender essas questões é válido mencionar a história da evolução brasileira sobre a inclusão da mulher em espaços que em sua maioria eram ocupados pelos homens.

Berdoulay (2017) sinaliza que as análises históricas devem atentar para as questões que preocupam a sociedade no tempo estudado. As problemáticas que envolviam a exclusão das mulheres nesses ambientes nas décadas de 1960-1990 fizeram parte de um conjunto de reivindicações que historicamente foram postos em relevância pelo Movimento Feminista. As mulheres passam então a adentrar aos centros acadêmicos a partir dos primeiros reflexos da segunda onda do Movimento Feminista que acontece em 1960-1980, contudo, ainda ocupando cargos secundários e não ascendendo em sua vida profissional.

ROSE (1993), MCDOWELL (1999) e SILVA (2003) apontam que para existir a manutenção da invisibilidade feminina foi necessário a existência de uma estrutura social negacionista de direitos das mulheres. Nesse sentido, as atribuições domésticas, o casamento, o preconceito de gênero e a maternidade são alguns dos pilares que sustentam o pensamento excludente da mulher nas Ciências Geográficas. Sendo assim, a presente investigação se apresenta com o papel de abrir caminhos para outros resgates históricos sobre a trajetória das

mulheres professoras como produtoras de Ciências Geográficas. Também se coloca como protesto a desigualdade social entre homens e mulheres nos postos de trabalho, inclusive dentro da academia e universidade. As mulheres professoras como Rachel Caldas Lins, Marlene Maria, Tânia Bacelar etc. são algumas das mulheres lembradas por sua trajetória tão importante para a continuidade do exercício da Geografia regional em Pernambuco.

Entende-se que o crescimento da representatividade feminina no DCG-UFPE é um produto das transformações ocorridas socialmente e expressa entre 1960–1990. Transforma-se, assim, a realidade vivenciada em décadas anteriores, onde quase sempre as mulheres eram secundárias, mesmo que ocupando cargos que em sua maioria eram ocupados por homens. Neste sentido, a presença crescente dessas mulheres subverteram a manutenção dos valores da sociedade patriarcal. Os estudos sobre a História do Pensamento Geográfico ligados aos problemas de desigualdade de gêneros são fundamentais para o desenvolvimento de um olhar crítico, para que seja reconhecido a estas mulheres o seu devido papel na construção do pensamento geográfico em Pernambuco. Contextualmente busca-se, então, pela história do pensamento, problematizar e incentivar mecanismos de transformações sociais que potencializam a igualdade na representatividade entre os gêneros.

Palavras chaves: Geografia feminina; Departamento de Ciências Geográficas; Pernambuco; Recife

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **Mudaram os tempos; mudaram as mulheres?** Memórias de professoras do Ensino Superior. Campinas, 2012.

BERDOULAY, V. **A escola francesa de Geografia.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

CUNHA, M. **HOMENS E MULHERES NOS ANOS 1960/70: UM MODELO DEFINIDO?** Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

I Semana em Comemoração ao Dia das Geógrafas e Geógrafos da UFPE Disponível em: I Semana em Comemoração ao dia das Geógrafas e Geógrafos da UFPE - dia 28/05/2021 - YouTube. Acesso em: dia 28/05/2021.

IPEA. **Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis?** - Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade Disponível em: Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis? - Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade (ipea.gov.br). Acesso em: 08/10/2021.

I Semana em Comemoração ao Dia das Geógrafas e Geógrafos da UFPE. Disponível em: I Semana em Comemoração ao dia das Geógrafas e Geógrafos da UFPE - dia 25/05/2021 - YouTube. Acesso em: dia 28/05/2021.

LINS, R. **Áreas de Exceção do Agreste de Pernambuco- Série de Estudos Regionais - SUDENE,** 1980.

MCDOWELL, L. G. **Identity, and Place: Understanding Feminist.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, 284p.

MOREYRA, R. **O Pensamento Geográfico Brasileiro,** São Paulo, 2009.

McDOWELL, L; PEAKE, Linda. **Women in British geography revisited: or desame old story.** Journal of Geography of Higher Education, v.14,n.1, p.19,1990.

NEGRI, F. **Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis?.** IPEA, 2020.

SILVA, M. J. **Geografias subversivas.** Paraná: Todapalavra Editora, 2009.

SILVA, J.M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, 2003.

SEWEL JR., Willian. **“The concept(s) of culture” from beyond the cultural turn: new directions in the study of society and culture (1999).** In: OAKES, Timothy S.; PRICE, Patricia L. *The Cultural Geography Reader.* Oxford: Routledge, 2008, p. 40-49.

SILVA, M. **Série e Estudos Regionais: O Norte Cearense.** SUDENE, 1985.

SILVA, M. **Série e Estudos Regionais: Sertão Norte.** SUDENE, 1982.]

THOMPSON, P. **A Voz do Passado: história oral.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TAVARES, M, **Feminismos: percursos e desafios (1947-2007).** Lisboa: Texto, 746 pp.

VA, M. **A linha da subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no Agreste Pernambucano, Pernambuco,** 1994.

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO MANGUEGEEK

Wilson Roberto Chiarelli Júnior
wilson.chiarelli@unicap.br

Alberto Pessoa
albertoricardopessoa@gmail.com

Apontou o saudoso historiador francês Jacques Le Goff (2013) que a memória remete-nos a um conjunto de funções psíquicas; impressões, informações passadas, ou que os seres humanos representam como passadas, capazes de serem revisitadas e reelaboradas. De acordo com o autor, elas podem ser expressas por meio da pintura, desenho, escultura, fotografia, música ou qualquer outra linguagem que criemos enquanto agentes sociais. A premissa de Le Goff (2013) abriu precedentes para nos conduzir ao entendimento do caráter plástico da memória, uma vez que são socialmente construídas – como também atestou Hobsbawn (1997). O que nos permitiu realizar escolhas específicas para realizar uma narrativa de exaltação ao legado de Bajado e tomá-lo como referência maior para estimular uma prática cultural de produção de História em Quadrinhos em Olinda.

Bajado, tal como fazem os fanzineiros (MAGALHÃES, 1993), produzia seus próprios exemplares de revista de História em Quadrinhos. Realizava todo o processo, desde a elaboração dos conteúdos até sua distribuição. Fazia tudo com muita paixão pela sétima e a nona arte. Entusiasmava-se com Flash Gordon, Tom Mix e Tarzan para criar personagens inspirados no que lia e assistia. Mais do que isso, atribuía feições aos personagens apropriadas dos amigos e

familiares para compor esses heróis, com figurinos cinematográficos estadunidenses; batizava-os com nomes criados a partir da mistura de referências nacionais e estrangeiras – algo semelhante ao que faziam os diretores de cinema nas produções do Ciclo do Recife (GOMES, 1994). Aliás, Bajado chegou a sonhar em ser diretor de cinema, assim como Osamu Tezuka sonhou (GRAVETT, 2006), mas nunca conseguiu exercer tal prática artística.

Sendo assim, transmitir as memórias sobre Bajado é impregná-lo de sentidos para uma comunidade produtora de história em quadrinhos em Olinda, que apropriando-se de suas referências, passa a assumi-lo como mito de origem em função da sua identidade e dimensão simbólica, para criação de uma tradição que pretende-se inculcar (HOBBSAWN, 1997). De acordo com Joël Candau (2019), a partir dessa apropriação onde há uma adaptação do presente ao futuro organizada a partir de uma repetição do passado – no caso a prática de produzir quadrinhos com narrativas sobre os bens culturais regionais, tomando como referência a iniciativa promovida por Bajado – os agentes sociais envolvidos nesse contexto vão construir uma identidade, em particular na sua dimensão protomemorial, e ainda, com o desdobramento do tempo, essa exteriorização da memória, sobretudo por meio da imagem e escrita, possibilitará a transmissão memorial. Esta, tem como objetivo compartilhar sinais transmitidos, desde sua origem, traduzindo a vontade de configurar uma identidade. Entendemos assim que a produção de quadrinhos serve como um excelente recurso para uma memória forte, capaz de estimular o sentimento de pertencimento em um grupo específico de artistas ou mesmo de uma comunidade mais ampla em Olinda.

Perece habitual a necessidade em Pernambuco de organizar configurações de práticas culturais que caracterizam conceitos. Nesse sentido, reunimos artistas com inclinação para a produção de História em Quadrinhos com propósito de transmitir, de maneira mais objetiva, nossas memórias para a organização de um sistema simbólico específico, um conceito de produção. Gilberto Freyre (1926), no seu Manifesto Regionalista de 1926 aponta para a maneira como os intelectuais se reuniram, inúmeras vezes, para refletir sobre o que seria o Regionalismo, e assim configurar ou definir o que seria esse Brasil no início de século XX; quais suas identidades. O início do século XXI também apresenta suas transformações na estrutura social e, conseqüentemente, apresenta novas demandas.

Percebemos que as referências que caracterizam o trabalho de Bajado, dialogam com uma rede de conexões e valores de diferentes naturezas, herdadas das estruturas sócio culturais pernambucanas. Freyre (1926) versa no Manifesto Regionalista de 1926 a relevância de exaltar

os pontos positivos dos mucambos; a necessidade de resgatar a tradição culinária herdada da população afrodescendente; o estímulo às práticas e festas populares como o Bumba-Meu-Boi e o Carnaval. E ao contrário do que possa parecer, o esforço de Gilberto Freyre não era aparentemente negar qualquer tradição oriunda de terras estrangeiras. Ele era contra a imposição arbitrária, e consumo, de produtos estrangeiros que não correspondessem à demanda regional. Logo, entendemos que não é a absorção de elementos das culturas estrangeiras o que ameaça a descaracterização de qualquer regionalismo. São vários os exemplos de movimentos que valorizaram as tradições regionais populares e o conhecimento erudito; que herdaram elementos que caracterizam culturas estrangeiras, que contribuíram monstruosamente para reflexões sobre as questões do problema da identidade e da cultura regional no Brasil.

No entanto, é o Movimento Manguê Beat que amplia o diálogo entre a cultura popular regional e a indústria cultural estrangeira, em Pernambuco, reconfigurando a versatilidade do Regionalismo. No Manifesto Caranguejos com Cérebro, Fred Zero Quatro define:

Os manguêboys e manguêgirls são indivíduos interessados em hip-hop, colapso da modernidade, Caos, ataques de predadores marítimos (principalmente tubarões), moda, Jackson do Pandeiro, Josué de Castro, rádio, sexo não-virtual, sabotagem, música de rua, conflitos étnicos, midiotia, Malcom Maclaren, Os Simpsons e todos os avanços da química aplicados no terreno da alteração e expansão da consciência (ZERO QUATRO, 1991).

A partir da percepção do excerto, entendemos que o Manguê Beat atinge níveis inimagináveis de experimentação do Regionalismo pernambucano. Zero Quatro (1991) propõe uma verdadeira imersão na Cultura Pop, abrindo precedentes para que o Regionalismo pudesse dialogar com a história em quadrinhos e conseqüentemente o universo Geek. No último parágrafo do Manifesto o artista diz:

Bastaram poucos anos para os produtos da fábrica manguê invadirem o Recife e começarem a se espalhar pelos quatro cantos do mundo. A descarga inicial de energia gerou uma cena musical com mais de cem bandas. No rastro dela, surgiram programas de rádio, desfiles de moda, vídeo clipes, filmes e muito mais. Pouco a pouco, as artérias vão sendo desbloqueadas e o sangue volta a circular pelas veias da Manguetown (ZERO QUATRO, 1991).

Quando Zero Quatro (1991) aponta que no “rastro do Manguê Beat surgiram rádios, desfile de moda, vídeo clipes, filmes e muito mais”, este “muito mais”, dialoga com toda produção que originou a Cultura Pop. Mais do que isso, Zero Quatro (1991) abre precedentes para uma percepção mais refinada do Regionalismo, nos ajudando a visualizar o quanto Bajado, no passado,

estava à frente do seu tempo, assumindo elementos da linguagem do Cinema e da História em Quadrinhos no seu trabalho.

As referências citadas anteriormente no permite propor a edificação de uma identidade cultural em Olinda, configurada pela produção de História em Quadrinhos que versam sobre elementos da tradição popular, o cotidiano, o regional, em consonância, ou não, com o fantástico ou mesmo histórico; que dialoga com as linguagens da Cultura Pop, para transmitir símbolos que estimulem a ideia de pertencimento de um grupo à Cidade de Olinda; que busca referências nas tradições dos bens culturais regionais para fortalecer e legitimar um legado; tudo isso é o que nomeamos como Cultura Mangu Geek. Conjunto de Intervenções conceituais que gerou diferentes narrativas, de autores das mais diferentes idades, gênero, regiões, com proposta e fôlego para criação de um universo tão caótico e edificante quanto foram os conceitos dos artistas e intelectuais citados anteriormente. A Cultura Mangu Geek está sempre disposta a experimentar novas possibilidades de trabalho para estimular reflexões sobre os agentes sociais, seus problemas no tempo e no espaço.

Palavras Chave: História em Quadrinhos; História da Arte; Olinda; Patrimônio; Memória

PATRIMÔNIO: Identidade ou Construção Narrativa? Estudo de Caso da Casa de Clarice Lispector

Irineia Freitas dos Santos
iri.irifreitas@gmail.com

A discussão sobre processo de patrimonialização de bens imóveis tem se tornado cada vez mais recorrente na sociedade atual, num esforço para preservar os bens considerados como culturais. Para compreender quais critérios serão adotados para selecionar dentre tantos imóveis, e quais serão eleitos como mais ou menos importantes para serem tombados, devemos considerar em nossa análise os aspectos dos conceitos de tombamento, patrimonialização e memória como forma basilar para nortear as reflexões geradas, através de pesquisa qualitativa com análise documental da legislação patrimonial vigente e para procurar entender de forma mais clara possível esses procedimentos, tomamos como estudo de caso o processo de tombamento da Casa de Clarice Lispector. Desde sua solicitação até seu deferimento, é possível discutir os diversos aspectos determinantes para a aprovação do processo. A escolha se justifica pela relevância dela como escritora de reconhecimento nacional e internacional, das características arquitetônicas do imóvel e por um grupo de intelectuais acadêmicos e da literatura local. Outro aspecto de relevância a ser mencionada é que a sociedade não esteve presente ativamente neste processo, visto que um bem cultural deve fazer parte de sua memória individual e coletiva.

Na legislação brasileira o tombamento funciona como uma ferramenta de proteção para os bens móveis ou imóveis que por sua vez possuam valor cultural para a sociedade. É um

processo administrativo e pode ser conduzido nas esferas de governo municipal, estadual e federal. Pode ser reivindicado por qualquer pessoa física ou jurídica, que justifique a relevância do imóvel como bem cultural.

O tombamento realizado em bens culturais isoladamente ou em conjunto e as áreas em seu entorno passam a ter limitações quanto à possibilidade de construções e alterações das suas características paisagísticas e arquitetônicas originais.

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. (IPHAN, 2020)

Na avaliação para conferência do valor patrimonial do bem, diversos critérios são adotados e é possível que, em alguns casos, os bens avaliados não sejam considerados patrimônio cultural passíveis de tombamento.

Este trabalho busca observar quais os critérios e valores associados a escolha de um bem como patrimônio cultural. É importante refletir se apenas os valores de importância cultural são determinantes, ou se a vontade política pode interferir a ponto de construir uma narrativa para determinar a aprovação. Discutir quais foram os valores considerados para que a casa fosse elevada ao *status* de bem cultural ao ponto de ter sido tombada e seus posteriores usos.

Ao percorrer o processo de tombamento da Casa de Clarice Lispector, buscamos refletir o que a legitima como bem cultural tombado, qual a sua representatividade sociocultural para os habitantes de seu entorno.

Esses processos estão diretamente ligados à memória e esquecimento, à medida que uns imóveis são escolhidos para ser memoráveis, outros tantos são largados ao abandono e esquecimento. Se faz necessário construir uma visão crítica das motivações para as tais escolhas e se elas dão conta da necessidade de preservar os bens culturais imóveis. “Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável” (CHAGAS, 2003, p.136).

Nesse sentido, compreendemos que articular questões relacionadas ao tombamento de um edifício deve ter uma íntima relação com os estudos da Memória, na medida em que podem

subsidiar uma forma de valoração a elementos que consideramos significativos de nossa realidade.

Para que o bem patrimonializado faça sentido, ele precisa ser vivenciado e reconhecido pelos grupos sociais e desta feita assegurar sua identidade cultural. Para Pelegrini não se pode ignorar as diferenças culturais, pois na diversidade se dá a potência para o convívio em sociedade.

Mas, de todo modo, quando nos referimos ao conceito de patrimônio, apreendido como expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, admitimos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. Essa lógica da pertença lhes assegura uma identidade cultural, que constitui um suporte precioso para formação do cidadão. No entanto, se considerarmos verdadeira assertiva de que as memórias e referências do passado fundamentam a coesão entre os sujeitos que compartilham sensibilidades, memórias, tradições e histórias, não podemos ignorar que esses mesmos referenciais também evidenciam diferenças culturais que ampliam a compreensão da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade. (PELEGRINI, 2007, p.89)

Alguns patrimônios são juridicamente constituídos e estão tombados, pois podem ser requeridos por grupos sociais, pessoa civil e por parte do governo. Pode haver maior empenho em tornar um bem cultural reconhecido juridicamente, por interesses políticos e econômicos, visto que existem bens, mesmo que reconhecidos não estão inseridos e no ordenamento jurídico, logo se vê que os patrimônios podem ser utilizados para vários propósitos. Como explica Gonçalves:

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidades”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado. Mas em todos esses usos do patrimônio é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro. (GONÇALVES, 2015, p.218)

Gonçalves (2015) nos aponta os três modos de geração de relações, temos, no caso em análise, a ligação afetiva de Clarice Lispector com a cidade do Recife, sua importância histórica, esses aspectos inerentes ao passado, a preocupação atual com a necessidade de preservação do local, como aspecto do presente, e o uso social a ser dado ao imóvel, como o aspecto do futuro. Considerando, ainda, que esse uso atenderá, conforme projeto, “aos propósitos da indústria turística” (GONÇALVES, 2015, p.218).

A metodologia seguida foi qualitativa com análise de documentos pautados pela legislação vigente que norteia os processos de tombamento na esfera estadual e municipal. Para tanto realizamos estudo documental com levantamento de fontes, com destaque aos documentos a Legislação Pernambucana Lei No 15.430, de 22 de dezembro de 2014 e regulamentado pelo Decreto nº 41.778, de 27 de maio de 2015, Manual de Patrimônio da Prefeitura do Recife e o processo de tombamento da Casa de Clarice Lispector dentre outros.

Concomitante ao trabalho relacionado as fontes, realizaremos pesquisa bibliográfica com foco em temas como o tombamento de bens culturais, Memória e museus que possam contribuir na reflexão. Durante a pesquisa também foi aplicado um questionário a transeuntes nas proximidades da referida casa

Para Scheiner (2004) ao refletir sobre patrimônio cultural problematiza sobre a simbolização do patrimônio. Mostra que os discursos e narrativas podem reforçar a história, sofrerem ação de invenções e adaptações, tendo em vista que depende da percepção de cada indivíduo, é passível de manipulação.

É necessário ficar atento aos discursos e reconhecer as características que estabelecem a identidade e patrimônio em sua essência, na busca da compreensão onde se formam novas ideias do que verdadeiramente pode ser considerado patrimônio. Com o aumento da influência dos vários tipos de mídias de comunicação, houve um considerável aumento no conhecimento da temática do patrimônio, isso acarreta também no aumento da participação popular. E tudo isso acontece no final do século XX, quando se relaciona o patrimônio com outros campos do conhecimento, como, artes, ciências, história, música, etc.

O patrimônio é cada vez mais constituído de afirmação de identidade, enquanto antes era forjado por fora de sua autenticidade. Scheiner (2004) ao citar o autor Garcia Canclini em estudo sobre a América Latina e como pensa o vínculo afetivo dos grupos sociais com o patrimônio, mostra que o patrimônio é a repetição de um conjunto de bens dos mais pobres, diferente do que fala a narrativa do discurso da academia.

São utilizadas duas narrativas do patrimônio que são: a maior importância à identidade dos grupos e o resultado da análise do olhar do outro. O patrimônio nos museus por exemplo, é representado como um signo e torna-se cada vez mais natural enxergar o patrimônio como sendo indissociável da identidade. Mesmo não sendo possível desvincular o patrimônio da identidade,

será que os grupos sociais se sentem representados pelas escolhas das casas patrimonializadas em Pernambuco?

A autora descreve que o início da discussão da sistematização da classificação do patrimônio histórico inicia-se de forma burocrática e com tendência ao autoritarismo. Vale salientar que não existia uma participação efetiva de diversos seguimentos da sociedade. Uma minoria, que por assim dizer, detinha o poder político e econômico decidia o que se fazia necessário para considerar um bem como patrimônio nacional, e quem decidia o que é patrimônio ou não.

Segundo o nosso entendimento no processo de tombamento da casa de Clarice Lispector há uma construção de narrativa, pois esse iniciou-se a partir da solicitação da Fundação Joaquim Nabuco na pessoa de seu presidente Luiz Otávio Cavalcanti. O mesmo enviou um ofício para a Fundarpe endereçado à Márcia Souto, presidente da instituição. Alegando sobre a relevância de Clarice Lispector para a literatura moderna brasileira. Dentre os seus argumentos também estão o fato de a autora ter residido parte de sua vida na referida casa. Ter passado parte de sua infância no Recife e sua relevância para a literatura, seriam razões suficientes para tornar-se patrimônio cultural dos recifenses? Segundo os resultados obtidos na pesquisa, bem como no questionário, Clarice Lispector não está presente na memória do povo da cidade.

Se faz necessária a participação da sociedade civil de forma efetiva na escolha de bens a serem patrimonializados, pois desta maneira suas memórias e identidades estariam de fato representadas. Sendo assim, possivelmente haveria uma maior movimentação e empenho em cobrar junto aos órgãos competentes a manutenção e um direcionamento dos usos para os imóveis tombados. Consequentemente poderia resultar em benefícios para a cidade tanto no âmbito cultural quanto econômico.

A atuação de intelectuais pernambucanos permitiu que houvesse o processo de tombamento da casa de Clarice Lispector, por exemplo, e outras homenagens, como a instalação de sua estátua na Praça Maciel Pinheiro ou a promulgação da Lei Estadual 17.012 de 10 de agosto de 2020 que declarou a escritora Patrona da Literatura Pernambucana.

Fica visível que os fatores históricos na relação afetiva da escritora com a cidade do Recife, e arquitetônicos voltados para um grupo restrito de intelectuais da academia e políticos foram deliberativos. Embora o processo tenha o apoio de pessoas influentes na sociedade, a

casa foi tombada há quase dois anos, e há quase três anos teve aprovado junto à Fundarpe um projeto de reforma e restauro da mesma, porém, ainda não tem data prevista para o início das obras e encontra-se em total abandono.

No curso da pesquisa realizamos aplicamos um questionário com vinte transeuntes nas proximidades do sobrado da Praça Maciel Pinheiro. Este nos conduziu a observações e algumas conclusões como por exemplo que a maior parte dos questionados moram no centro do Recife e que uma maioria esmagadora não conhece a vida e obra da escritora. Valendo salientar que a idade das pessoas entrevistadas vai de dezenove a setenta e um anos.

Este trabalho discutiu a relevância da patrimonialização de bens culturais imóveis por meio do processo de tombamento, através da análise do processo da Casa de Clarice Lispector. Realizado à luz da legislação vigente no âmbito estadual e municipal. Concluímos por meio dos mecanismos do processo que todo ele se deu sem consulta ou outra forma de participação popular. Mesmo contendo na redação da apresentação do exame técnico realizado para estruturar o processo, a afirmação em considerar as relações simbólicas, sociais afetivas existentes entre o bem no contexto da materialidade local histórica e urbanística. Efetivamente não é demonstrado interesse em comprovar a importância afetiva do bem como elemento da memória enquanto identidade e representatividade da sociedade civil do entorno do sobrado. O descaso com a preservação da casa continua, mesmo estando salvaguardada por meio do tombamento.

Palavras-chave: Memória; Patrimonialização; Bem cultural; Construção de narrativa

REFERÊNCIAS

- CHAGAS, Mário. (orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- DPPC - **Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural**. <https://dppc.recife.pe.gov.br/legislacao-iep>. Acesso em 10 Mai.2022.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **O mal estar do patrimônio**: identidade, tempo e destruição. Estudos Históricos. vol. 28, no 55, Rio de Janeiro, 2015.
- PELEGRINI, Sandra CA. **O patrimônio cultural no discurso e na lei**: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. Patrimônio e Memória, v. 2, n. 2, p. 54-77, 2007.
- SANTOS, Irineia Freitas dos. **Tombar para não tombar**: análise do processo de tombamento da casa de Clarice Lispector. 2022. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.
- SECULT - **Portal da Cultura Pernambucana, Patrimônio Cultural**, Material. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/material/tombamento/> >. Acesso em 25 Out.2020.

MEMORIAR: Práticas de Leitura da Cidade

Suellen Keyla Silva Soares
suellensoaresaqr@gmail.com

Isadora Farias Furtado De Carvalho
isadoracarvalho0904@gmail.com

Myllena Fernanda Jerônimo da Silva
millyjeronimo@hotmail.com

Jessica Aline Tardivo
jessica.aline@grupounibra.com

Este trabalho reflete sobre possibilidades de leitura da cidade com a finalidade de registrar a percepção de diferentes observadores sobre a paisagem urbana. Como estudo apresenta um recorte do projeto MemoriAR, pesquisa de iniciação científica iniciada no ano de 2022 com acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Brasileiro de Recife. O objetivo maior desta apresentação concentra-se em demonstrar três diferentes exercícios que foram aplicados de forma experimental no bairro da Várzea na cidade do Recife, abordando: (1) a cidade pelo caminhar, (2) pedalando pela cidade e (3) ler a cidade desenhando. Nestas práticas os pesquisadores estão atuando como observadores e participantes, vivenciando e registrando os

espaços e lugares da rua. Palavras-chave: Leitura da Cidade, Fotografia; Memória; Arquitetura; Desenho.

A CIDADE PELO CAMINHAR

[..] É o caminhar que manifesta os limites internos da cidade, que desvela a zona, identificando-a [...] que permite que se perceba com eficácia o poder revelador de uma dinâmica que mobiliza todo o corpo – individual, mas também social – para transformar o espírito de quem tiver aprendido a ver e a tornar visível (Tiberghien, 2016, p.9)

Assim como o trecho do pesquisador francês Gilles A. Tiberghien, iniciamos nossa metodologia de leitura da cidade caminhando entre a poesia que o bairro da Várzea apresenta em seus muros, em suas ruas e em seus moradores. Na primeira etapa, os pesquisadores se encontraram para realizar um curto trajeto, guiados por um contorno central, no qual três edificações de referência histórica se conectam, a saber: a Igreja Imperial Matriz da Várzea, o Educandário Magalhães Bastos e o Casarão da Várzea. Essas edificações tramam uma parte do bairro tomada por movimentos culturais, comércio popular, feiras livres, ocupação de residências autoconstruídas em comunidades e residências de classe média.

Caminhando por esse trajeto fizemos registros fotográficos e dialogamos com o grupo de pesquisadores sobre nossas primeiras percepções, resumidas nas seguintes falas: “pixos nas paredes”, “casarões esquecidos”, “espaços reconstruídos”, “uma periferia” e “um centro urbano”. Por esse conexo e desconexo, começamos a perceber como o mesmo lugar pode ser múltiplo. Caminhando nossas percepções iniciais foram ampliadas pela possibilidade de também conversar com os moradores, e assim conhecer as histórias que estão embutidas nas varandas, nas calçadas e nos eventos invisíveis. Eventos que são apenas possíveis de se fotografar na memória.

PEDALANDO PELA CIDADE

Na segunda etapa, os pesquisadores haviam adquirido afinidade com o lugar, isso porque construíram uma narrativa na caminhada aferida a documentos e registros bibliográficos. No entanto, percebemos que seria possível experimentar a cidade de outras formas e explorar possibilidades de acessar a paisagem interagindo com a paisagem e a rotina do lugar. Com esse intuito o grupo de pesquisa elaborou uma atividade de pedal, que a deriva percorria o bairro de bicicleta e fazia registros dos detalhes da paisagem arquitetônica.

“O Memoriar de bike - nomenclatura da atividade - foi um tour pelo bairro de bicicleta para fotografar as fachadas de edificações históricas, que posteriormente seriam desenhadas. Eu pensei que iria sentir a mesma sensação que tive ao conhecer a Várzea caminhando, mas foi diferente, mesmo passando por lugares que já conhecia” (Trecho do depoimento de OMITIDO, Arquivo da pesquisa, 2022).

Pedalar aborda um outro contexto, especialmente porque os pesquisadores vivenciam o desenho urbano do lugar, transitam em vias de locais de trânsito, percorrem as avenidas, chegam mais longe nas áreas verdes preservadas e nas de expansão. A cidade no pedal foge do roteiro do caminhar, passa a ganhar topografia uma vez que “é possível andar em retas e soltar o pedal na descida”; “encontrar os lugares onde as crianças brincam, os moradores conversando nas calçadas”, passar por trabalhadores no horário de pico e saber os pontos principais de trabalho”; “e no fim de tarde observar o pôr do sol” (recorte de falas dos pesquisadores, arquivo da pesquisa 2022).

LER A CIDADE DESENHANDO

A última etapa de leitura da cidade foi conduzida pelo processo de criação, fazendo uso do desenho como ferramenta de registro. A atividade foi aberta em forma de curso de extensão, oferecendo 30 vagas para acadêmicos e pesquisadores. Nesta atividade nós, enquanto autores, atuamos como mediadores, auxiliando os demais participantes. Para dar início ao processo caminhamos com todo o grupo pelo mesmo trajeto pelo qual conhecemos o bairro na etapa 1, no final desse trajeto, os participantes foram organizados em grupos menores para desenhar a paisagem, especialmente as edificações do entorno percorrido.

Compreendemos que o recurso do desenho possibilitou que os participantes parassem por algumas horas e olhassem o lugar com atenção. Foi possível verificar que os moradores do bairro olhavam com curiosidade para aquele grupo de pessoas sentadas no chão da praça, ou em pé com prancheta e lápis entre as mãos. Movimento que parecia devolver aos próprios moradores a curiosidade pelas ruas e edifícios. No final da tarde os trabalhos foram expostos sobre o gradil de uma das edificações do bairro para que todos pudessem contemplar os registros criados.

A etapa do desenho foi o momento de todos nós termos uma visão panorâmica sobre os produtos estéticos daquele dia e de perceber como o “olhar sobre a cidade” pode propiciar leituras das mais diversas sobre o patrimônio e mesmo sobre a vida urbana (Trecho do depoimento de OMITIDO, Arquivo da pesquisa, s/p. 2022).

Como resultado inicial, as diferentes atividades de leitura em campo possibilitaram a inserção de pesquisadores e participantes na história e cultura do lugar e das pessoas que moram e frequentam o bairro, explorando a cidade como território educativo.

REFERÊNCIAS

CARRERI, Francesco. **WALKSCAPES O caminhar como prática estética**. Prefácio de Paola Berenstein Jacques; Segundo prefácio de Gilles Tiberghien. Tradução: Frederico Bonaldo. 1ª edição, São Paulo: Editora G Gilli, 2016.

AS INTERVENÇÕES DOS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO DO RECIFE: uma Análise sobre a Demolição da Igreja do Corpo Santo (Séc. XVI-XX) e o Processo de Remodelação do Porto

Gecilainy Gomes da Silva
gecilainy.silva@ufrpe.br

Lídia da Silva Souza
lidiasouza.historiadora@gmail.com

A cidade portuária do Recife nasceu de uma projeção que se expandiu ao longo dos anos, desde a sua gênese, em que um istmo logo se transformou em um conjunto de ilhas, no período colonial, até o seu apogeu no século XX, com a era da influência francesa que invadia o Brasil e a capital pernambucana trazido por Francisco do Rego Barros, o conde da Boa Vista. Ainda no mesmo século, nesse processo de modernização, via-se uma parcela do patrimônio histórico da cidade sendo destruído, como a Igreja do Corpo Santo, a primeira igreja fundada no bairro central. Na contemporaneidade, o Recife do século XXI observa um novo empreendimento que visa modernizar e desenvolver a cidade. Nomeado de Porto Novo, o projeto adentra um conjunto de transformações que viabilizam o desenvolvimento cultural e econômico. No entanto, para a concretização da iniciativa, armazéns de suma importância para a história de Pernambuco foram

destruídos. Analogamente, nota-se a desvalorização do patrimônio histórico com o Porto do Recife e a demolição da Igreja do Corpo Santo. Com base metodológica desta, fundamentada na análise de textos e documentos, é possível compreender, através desses recortes históricos que marcaram o processo de modernização da capital recifense, os prejuízos da desvalorização do patrimônio histórico do bairro do Recife, que está sendo ocupado por elevações de novos empreendimentos, visando apenas uma classe elitista.

No final do século XIX, a cidade do Recife, em uma tentativa de se modernizar com base na arquitetura francesa, aproximou a chamada elite recifense através dos componentes característicos que integravam a estética parisiense. Com isso, várias investidas de adequação e melhoramento urbano aconteceram ao longo dos anos, no entanto, isso só ocorreu de forma expansiva no início de 1901, e de forma concreta em 1909. O projeto de mudar os arredores da região portuária da cidade aconteceu durante o governo de Herculano Bandeira, grande entusiasta do empreendimento, e sob a responsabilidade de Alfredo Lisboa.

Com o auxílio da justificativa do alargamento das ruas para os automóveis e a locomoção de cargas que chegavam dos armazéns, o projeto ganhava forma e incentivo pela classe política e pelos seus futuros consumidores. Conseqüentemente, esse processo custaria um preço para os imóveis que ali obstaculizam as futuras vias reformadas. “No primeiro edital de desapropriação, que foi lançado no dia 1 de abril, constavam 349 prédios em diversas ruas, travessas, largos, cais e becos espalhados pelo bairro do Recife.” (DUARTE, 2018, p. 107). Centenas de terrenos e edificações foram desapropriados para a modernização, e seus proprietários indenizados pelo Estado. A partir de então, toda a dinâmica social, econômica, comercial e política foi alterada em função da remodelação recifense.

À vista disso, os monumentos locais que foram desapossados, passam a ser demolidos, a exemplo disso, temos a Igreja do Corpo Santo (imagem 1), classificada como a primeira igreja do Recife. Sua primeira representação gráfica ocorreu nos anos de 1631, onde mostra o porto recifense e a Igreja voltada para a costa. Construída no século XVI, a Matriz do Corpo Santo acolhia diversos religiosos, em especial pescadores, devotos do São Frei Pedro Gonçalves, protetor dos homens do mar. A estrutura foi testemunha dos principais períodos históricos da capital pernambucana e desfeita para a construção da avenida Marquês de Olinda. A Igreja foi completamente demolida em 1914, e teve seu valor capital em cerca de 19:000\$000, mas seu valor histórico jamais será reparado.

Mesmo com as reformas ocorridas na década de 20, a cidade do Recife, na contemporaneidade, se destaca pela divisão paisagista no espaço, entre elevações mais modernas juntamente com monumentos considerados, principalmente pelas construtoras, como "arcaicas". Com esse pensamento, é possível ver a ampliação ainda maior desses empreendimentos e a pouca notoriedade para o patrimônio ainda encontrado e muitas delas devastadas pelo tempo, sem restauração e com valores históricos e sociais não explorados.

Um dos locais de maior interação, continua sendo a região portuária, pelos seus conhecidos polos turísticos e, agora, também tecnológico. A área tem ganhado grande visibilidade dos órgãos governamentais, que apoiam o investimento da região para a criação e ampliação do Porto do Recife, tendo o cenário da cidade alterado para acompanhar o setor comercial. Atualmente, este mesmo porto, com seus anteriores armazéns que serviam como motor da economia local, encontra-se em processo de desapropriação para um novo empreendimento, denominado de Porto Novo. O projeto tem como objetivo "a substituição dos galpões e armazéns originais em terminal de passageiros, museus, centros de artesanatos, polos gastronômicos, shoppings, hotéis e centro de convenções, transformando, com o discurso de desenvolvimento urbano e crescimento do turismo" (ALBUQUERQUE; GOMES, 2017, p. 51). Notoriamente, edifícios, desenvolvimento comercial e polos econômicos ditam a cara do atual Recife, cada vez mais moderno e adequado ao tempo que está inserido, mudando geograficamente para favorecer os interesses da elite brasileira.

Por consequência, nota-se a necessidade da burguesia recifense em alterar o cenário espacial da cidade em função de empreendimentos que favoreçam o setor econômico, descartando o valor simbólico e histórico de locais coletivos para satisfazer anseios individuais. A destruição da Igreja do Corpo Santo é a prova mais concreta que possuímos acerca da desvalorização do patrimônio histórico do Recife, pois a exigência de empreender de forma expansiva impulsionou a destruição de casarões e lugares históricos, que atualmente percebemos o valor e o significado que a Igreja possui no cenário de formação do Brasil Colônia até sua influência local e social.

Diante do exposto, há dois argumentos centrais dados para a modernização da cidade: 1) a afirmação que modernizar é proveitoso, benéfico; 2) a necessidade de modificar a paisagem, trocando o cenário "antigo e desgastado" por um "moderno e jovial". A preocupação de conservar, reformar e usufruir do patrimônio está cada vez menos frequente, sendo substituída pela

destruição e requalificação. No decreto lei n. 25 de 1937, promovido pelo IPHAN para colaborar com a valorização do patrimônio histórico alega que “não preserva o passado, trabalha com o que precisa fazer parte do futuro” (MOASSAB, p. 29 apud IPHAN). Logo, a “identidade” que encontramos no centro histórico do Recife não corresponde ao seu valor original, assim, não há concordância com os requerimentos do instituto, onde consta a falta de responsabilidade por parte dos órgãos municipais.

Com base na premissa que todo patrimônio deve ser zelado e preservado para um posterior uso coletivo da sociedade, a fatalidade com a Igreja do Corpo Santo torna visível o descaso que a falta de reconhecimento patrimonial prevalece e se agrava. Assim como em 1914 com a destruição da Igreja, nos dias atuais, o empreendimento Porto Novo despreza as referências históricas do local de origem da construção, submetendo à desapropriações nos armazéns do porto, anteriormente construído à base de demolições para modernização. Com isso, conservar locais que foram marco para a história local e inserir na vida da população é extremamente importante e necessário para a consciência social e histórica e também explorado por outros, indo além dos benefícios capitais dos novos empreendimentos.

Palavras-chave: Igreja do corpo santo; Porto do Recife; Modernização.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Jônatas. **Modernização do porto e do bairro do Recife:** impactos causados pelas obras na população da freguesia (1909-1914). 2018.

ALBUQUERQUE, Mariana; GOMES, Edvânia. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 02, n. 01, p 39-56, 2017.

MENESES, Ulpiano B. **O campo do patrimônio cultural:** uma revisão da premissa. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural/ Vol. 1.

NEVES, Marcos A. **Higienismo e ações de remodelamento urbano no Recife (1900-1929).** Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 31, n. 48, p. 50-59/2018.

MOASSAB, Andréia. O patrimônio arquitetônico no século XXI para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. **Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História-** UNILA.

REPENSANDO O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NA METRÓPOLE: o Jogo como Valorização da Memória, História e Patrimônios do Recife

Luana Santana da Silva
luanassan@gmail.com

Suellen Correia dos Santos
suellencorreia0521@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo discutir o ensino de geografia e de história no Estado de Pernambuco, apoiando-se em documentos educacionais oficiais do Estado e de todo o território nacional, refletindo sobre as orientações de ensino para as disciplinas escolares geografia e história. As autoras mostram no trabalho a forma como o ensino dessas duas disciplinas escolares são pensadas para o ensino e quais são os objetivos delas de acordo com os documentos, mostrando especificamente algumas habilidades e objetos de conhecimentos que é sugerido para o ensino e que podem ser convertidos em uma metodologia de ensino mais lúdica, como os jogos. Nessa perspectiva, as autoras apresentam um jogo como proposta pedagógica que visa a valorização da memória, história e patrimônio da metrópole, Recife.

Ao discutir o currículo de Pernambuco, é importante considerar o contexto e os sujeitos envolvidos na construção do mesmo. Com a colaboração de gestores, coordenadores, professores e demais profissionais da área da educação pública e privada, o currículo tem como princípios norteadores a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco e outros documentos legais presentes em todo território nacional.

Ao falarmos especificamente sobre o ensino de Geografia o documento, Parâmetros de Pernambuco, afirma a importância do ensino geográfico para “a construção do conceito de identidade, partindo do pressuposto do desenvolvimento da compreensão da paisagem geográfica a partir da apropriação do espaço de vivência, da construção coletiva, da relação com os lugares e da diversidade cultural”, assim destaca-se a importância da geografia escolar na construção da identidade da criança e do adolescente enquanto pertencentes a um espaço e cultura. Partindo para o ensino de História, no mesmo documento, o currículo do Estado de Pernambuco destaca a importância do professor como mediador do conhecimento, uma vez que seu ponto de vista será traduzido em sua didática. Nesse sentido, destaca-se que existem diversas metodologias lúdicas e não lúdicas de trabalhar os conteúdos propostos por ambos os documentos, ficando a critério do educador buscar inovação e novas dinâmicas para sua sala de aula.

Apresenta-se a estratégia didática de suma importância, os jogos, pois nessa modalidade requer um esforço cognitivo e socioemocional e nesse aspecto o jogo torna -se uma atividade que perpassa todo o percurso até atingir o alvo, além de estimular o reforço do conhecimento, da curiosidade, entre outros. Conforme Jean Piaget (1896-1980) pontua que o papel da escola e do professor é de provocar situações [...] Desequilibradoras para o aluno. Desse modo, pode-se dizer que tanto a prática pedagógica e o mundo dos jogos abre-se um leque de possibilidades que podem ser ampliados, estimulados, desequilibrados.

Partindo de habilidades que a BNCC e o Currículo do estado de Pernambuco determinam para o ensino de Geografia e História nos anos iniciais do ensino fundamental, esse estudo teve como princípio a elaboração de um jogo cujo tem por objetivo reforçar os conhecimentos adquiridos nas áreas de história e geografia, tanto no contexto escolar quanto fora dele, através de questões sobre patrimônios do estado de Pernambuco, sendo eles materiais, imateriais, vivos e culturais.

O jogo conta com um tabuleiro que contém 20 IMAGENS de diversos patrimônios do Estado e 20 CARTAS com questões e dicas que sugerem características da região, históricas, feitos ou hábitos de determinado grupo. O jogador que acertar mais rápido a resposta da questão, através das dicas, vai pontuar a quantidade de pontos que cada carta indica. Ao final do jogo, vence aquele que obtiver a maior pontuação. Por essa razão, o intuito do jogo é valorizar os patrimônios presentes no estado de Pernambuco, ao mesmo tempo que exercita objetos de conhecimento sugeridos para o ensino fundamental, até o 3º ano. Entre esses objetos de conhecimentos destacam-se, na área de história, “Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive” e, na área de geografia a “Convivência e interações entre pessoas na cidade”, objeto cujo discute costumes e tradições das diferentes culturas.

Palavras-Chave: Repensando o Recife; Ensino de Geografia e História; Jogos no ensino.

REFERÊNCIAS

ABED, Anita Lilian Zuppo. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 24, n. 25, p. 8-27, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 29 dez. 2022.

DE CHIARO. Os conceitos cognitivos básicos e o desenvolvimento. In MONTEIRO, C. E; DE CHIARO. S (org). **Fundamentos Psicológicos do Ensino e da Aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. [cap 4 p. 52-55]

PERNAMBUCO, Governo do Estado de, (2019). **Currículo de Pernambuco - Ensino Fundamental**. Pernambuco, Secretaria de Educação e Esportes. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>>

NARRATIVA HISTÓRICO- GEOGRÁFICA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE SOBRE A CHEGADA DOS PORTUGUESES E HOLANDESES NO RECIFE

Walter Luiz Junior

walter.luz@sou.unifal-mg.edu.br

Flamarion Dutra Alves

flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

Maria Gabriela Gomes da Silva

maria.gabriela@sou.unifal-mg.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo analisar narrativas histórico-geográfica de Manuel Correia de Andrade sobre a cidade de Recife, a partir do século XVI acerca dos imigrantes portugueses e holandeses. Através de análise de algumas obras selecionadas, o texto busca compreender quais repercussões na organização espacial os portugueses e holandeses impuseram em Recife.

A chegada dos portugueses para a dita colonização, estavam estes à procura de um lugar que fosse estratégico para consolidar uma cidade, ficaram satisfeito nos morros de Olinda.

Nesse caminho, surgiu Olinda um sutil porto no rio Beberibe, sendo a alguns quilômetros da desembocadura, no Varadouro. No qual, subiam as pequenas embarcações, porém no que se

consiste o porto natural, foi se constituindo uma leve população, que no século XVI, era formada apenas por armazéns de açúcar, e tavernas e prostíbulos. Assim sendo, era um povoado pobre, de portuários, pescadores e prostitutas. Se constituindo o Recife.

O açúcar dos engenhos da várzea do Capibaribe, o Recife se constitui em lugar de cobiça pelos piratas e aventureiros que o atacavam. Nesse tramite, com a chegada dos holandeses, os mesmos conquistaram Olinda e Recife, se constituíram um povo de comerciantes, e já livres da auto defesa “ataques dos indígenas” como relato em época; desse modo, elegeram o povoado portuário como uma sede de seu governo e destruíram, visto que, não podiam conservar as duas, a bela capital quartina.

Assim, se configura o espaço nordestino, que bem como nos evidencia Andrade (1979) não se pode pensar o Recife apenas com a espacialidade pernambucana, em que sua área de influência se estende a outros estados.

Para Andrade (1963) “A intenção dos holandeses não era destruir esta civilização já consolidada, mas tomar aos portugueses. Fariam modificações de superestrutura, mas na realidade manteriam intactas a instituições econômicas bem rendosas na época” (ANDRADE, 1963, p.67).

Nessa perspectiva, os holandeses chegaram em Pernambuco em 1630, demoraram cerca de seis anos para consolidar a conquista em 1636. Ademais, conseguiram estabilidade por um período de oito anos, depois desse período tiveram uma batalha com os luso-brasileiros, que insurgiram contra a dominação.

Entre os anos de 1636 e 1645 pela a curta passagem dos holandeses, mas modificaram a paisagem, em grau elevado, bem como a população pernambucana. Outrossim, não foram os holandeses que construíram o Recife, com uma pequena população, dependente de Olinda, porém, foram os mesmos que lhe deram maior dimensão, configurando-se pelas ilhas do delta do Capibaribe, se tornando de fato uma cidade importante para o século XVII, no qual, poucas cidades ultrapassam os 10.000 habitantes.

Além do mais, os holandeses encontraram a resistência pelos portugueses, assim, tiveram que fazer uma escolha entre Olinda rica ou Recife pobre, por um viés econômico fizeram a territorialização para o Recife. Essa opção se faz também pelo fato da naturalidade vista, a um povo de comerciantes e navegadores, constituindo uma espacialidade de comércio.

Para além, com a expulsão dos holandeses preferiam os portugueses comerciantes, criar raízes mais forte no Recife. E depois, do perigo de dominação estrangeira, ocorreu a queda do preço do açúcar no mercado internacional. Os portugueses preocupados com as redes de ligação com a metrópole, e dependentes do comércio, tentavam a transferência da câmara Municipal e a sede do Governo da capitania para o Recife, pela superioridade geográfica.

Já no que tange o século XIX, a superioridade do Recife sobre Olinda era evidente, no qual os principais acontecimentos revolucionários de 1817 e 1824, aconteceram na espacialidade desta vila. Além do mais, mesmo que Recife se tornasse o maior centro populacional que Olinda, os recursos e as técnicas eram mais baixas que as dos holandeses, não se alastrando uma grande expansão, em que se constitui a formação de ruas estreitas, curvas fechadas e casas com os seus vários andares. (ANDRADE, 2003).

Dessa forma, a espacialidade da rede urbana brasileira e das suas respectivas aglomerações devem ser analisadas como um processo em evolução, visto que o rural se interliga ao urbano, em que, a cidade, a aglomerações e a rede urbana se configuram em função de sistema econômico.

Palavras-chave: História do Brasil, Recife, Olinda.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, M. C. de. **Recife, uma trajetória secular**. Recife: Artelivro, 2003.
- ANDRADE, M. C. de. **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1979.
- MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos**. Influência dos Flamengos na Vida e na Cultura do Norte do Brasil. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

O BALUARTE HOLANDÊS NO RECIFE: Conservação e Memória do Patrimônio Arqueológico Musealizado

Sthefane Maria Souza Lucas da Silva
sthefanemsouza@gmail.com

Evellyn Francisca Marinho Ferreira
evellyn.francisca@ufpe.br

Esta é uma apresentação do baluarte holandês enquanto patrimônio arqueológico musealizado. Monumento construído no ano de 1630, logo após a ocupação holandesa em Pernambuco¹³, e que hoje conta com trecho exposto conhecido por Museu a Céu Aberto¹⁴. A estrutura do século XVII, enquanto objeto de pesquisa, respondeu a várias questões, dentre as quais destacam-se as de autoria¹⁵ e função que exercia no Recife de outrora¹⁶. Todavia, apesar destes trabalhos e da relevância arqueológica e histórica do material, tem passado por problemas de conservação. Mas não só.

¹³ No Bairro do Recife.

¹⁴ Parte da estrutura permanece abaixo do piso contemporâneo.

¹⁵ Devido a padrões construtivos que poderiam caracterizá-lo como obra portuguesa ou holandesa (MEDEIROS, 2005).

¹⁶ Consensualmente encerrados em (1) bandeira holandesa e (2) proteção do povoado contra o avanço do mar, respectivamente (MEDEIROS, 2005; MENEZES, 2006).

O vestígio arqueológico, na condição de musealizado, também não tem cumprido plenamente o seu papel na extroversão dos fatos sócio-culturais relacionados a ele. Algo percebido através de conversas informais e entrevistas semi estruturadas feitas com transeuntes no local¹⁷. Ou seja, a perpetuação do “legado patrimonial” (BRUNO, 2013) não tem se dado de maneira efetiva. É buscando alternativas a esses problemas que o estudo se coloca. Por reconhecer sua importância enquanto parte da história pernambucana, discute-se vias para sua conservação; ademais, também buscou-se refletir sua potencialidade enquanto museu através da memória para a construção de seu significado no presente (TOLEDO, 2017). Por se tratar de um espaço sob gestão monetizada da memória¹⁸, experimentou-se abordagem que parte das concepções *Local de Memória* e *Local de Cultura*, desenvolvidas por Didi-Huberman (2017).

Destarte, o monumento musealizado é visto como *Local de Cultura*, devendo ser usado para informar as pessoas sobre acontecimentos do passado, preservando-os para gerações futuras. Assim, considerá-lo a partir de sua interface coletiva, logo, como algo público, evidenciou que parte dos problemas enfrentados na conservação dos bens arqueológicos só encontrarão solução quando pensados de maneira igualmente coletiva (POLONI; MARAGNO; INFANTINI, FUNARI, 2021). Dito de outro modo, conceber o patrimônio arqueológico não apenas pela ótica especializada, mas por todos os atores sociais envolvidos (GUETTI, 2015). Por isso, o monumento foi analisado através das perspectivas acadêmica e social. Na primeira, discutiu-se os aspectos técnicos na garantia de integridade do material. Já na segunda, por sua vez, considerando a relação dos indivíduos com o monumento, recorreu-se à memória como vetor na compreensão e conservação do mesmo.

Por fim, a metodologia deste trabalho consistiu na realização de pesquisa bibliográfica, a fim de conhecer os aspectos históricos e arqueológicos do monumento, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas e conversas informais com moradores, trabalhadores, turistas, etc.. Percurso escolhido para que, na medida do possível, fosse delineada uma estratégia de conservação colaborativa entre comunidade e academia.

Palavras-chave: Patrimônio, Musealização da Arqueologia, Conservação, Memória.

¹⁷ Como atividade realizada na disciplina de Conservação Patrimonial, do Curso de Graduação em Arqueologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

¹⁸ Penso no Recife Antigo inserido no projeto de consolidação de pólo turístico na cidade do Recife. A concepção de “memória monetizada” também encontra suporte analítico nos pressupostos de Didi-Huberman (2017).

REFERÊNCIAS

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos.** Revista de Arqueologia. Vol. 26, No. 2, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas.** São Paulo: Editora 34, 2017.

GHETTI, N.C. **Saber cuidar a conservação arqueológica na perspectiva da preservação, salvaguarda e valorização do acervo arqueológico.** Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano- Series especiales n.3 vol 2, 2015.

MEDEIROS, Elisabeth Gomes de Matos. **O povoado dos arrecifes e o baluarte holandês do século XVII.** - Recife, o autor, 2005.

MENEZES, José Luiz. **Ruas sobre as águas: as pontes do Recife.** Recife: Cepe, 2016.

POLONI, Rita Juliana Soares; MARAGNO, André Luis; INFANTINI, Leandro; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Conservação pública e patrimônio como marca de lugar: diálogos com o campo da arqueologia.** Cadernos do Lepaarq, Vol XVIII, número 36, julho - dezembro/2021.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial.** Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MORRO DA CONCEIÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURA LOCAL E NA VIDA DOS MORADORES

Paulo Matheus Bezerra Viana de Azevedo
paulomatheus51@gmail.com

O Morro da Conceição, inserido na RPA 3, tem cerca de 38 ha² e possui uma população residente de 10.182 habitantes, segundo dados da Prefeitura do Recife. Esse número vem crescendo ao longo das décadas desde a formação original do local. Anteriormente pertencente ao bairro de Casa Amarela, tornou-se bairro independente em 1988, com a reorganização política desses locais. O Morro conta com uma praça principal em seu centro, juntamente com o Santuário e o monumento de Nossa Senhora da Conceição. Com caráter residencial e comercial, o bairro dispõe de lojas, bares e mercados em seus arredores, assim como alguns serviços básicos, como posto policial, unidades de saúde, escolas e farmácias.

Hoje, repleto de simbolismos, comemorações religiosas, projetos sociais e expressões culturais, o Morro da Conceição, no início do século XX, era apenas uma grande elevação coberta por uma extensa vegetação. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é entender como se deu a ocupação do bairro e como a maneira pela qual ele foi ocupado afetou a vida dos habitantes do

lugar. Para isso, o procedimento metodológico utilizado foi o de revisão bibliográfica de artigos e dissertações.

Durante o período das invasões holandesas no Brasil, o Conde de Bagnuolo, um importante militar italiano, enviado pelas coroas de Portugal e Espanha para ajudar no combate aos holandeses, arquitetou uma fortificação próxima ao antigo forte no Arraial do Bom Jesus, à beira do atual Morro da Conceição (FIGUEIRA, 2000, p. 90). Quando os holandeses foram derrotados, o local mencionado passou a ser chamado de Outeiro de Bagnuolo ou Morro do Bagnuolo, o que nos leva a inferir que a região hoje conhecida como Morro da Conceição tenha sido palco de importantes batalhas contra os holandeses (BRANDÃO, 2009, p. 202). O nome vigente veio da própria população com a construção do monumento de Nossa Senhora da Conceição pelo Bispo do Recife, Dom Luiz Raimundo da Silva Brito, em 8 de dezembro de 1904, recomendada pelo papa Leão XII em comemoração aos cinquenta anos do Dogma da Imaculada Conceição de Maria (BRANDÃO, 2009, p. 201). Logo na inauguração, inúmeros devotos e sujeitos, direta ou indiretamente ligados à Igreja Católica, percorreram longas distâncias até chegar ao local do monumento, marcando o Morro como um lugar de romaria e de sacralidade desde então, e tornando o dia 8 de dezembro um feriado municipal para os recifenses. Dois anos após a construção da estátua, foi construída uma capela próxima ao monumento. Com a elevação da capela à condição de Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Morro, em 8 de dezembro de 1975, iniciava-se a mobilização da população do Morro e de visitantes para a construção da nova igreja, partindo da estrutura existente. Assim, com a participação da comunidade, em 12 de setembro de 1976, a nova igreja foi inaugurada.

A ocupação do Morro da Conceição ocorreu, sobretudo, nas décadas de 1930 e 1940, motivada por três causas principais: a fuga da população das áreas alagáveis próximas ao centro do Recife; pelo processo de “higienização social” da cidade encabeçado por Agamenon Magalhães para deixar o centro mais belo, moderno e livre de mocambos; e por pessoas vindas do interior do estado em busca de melhores condições de vida (BEZERRA, 1965). Primeiro, os aforamentos dos terrenos nos mangues surgiram em face ao crescimento das indústrias e do comércio nas regiões próximas aos alagados. Aos poucos, as comunidades de mocambeiros dos mangues foram sendo expulsas de forma ilegal pelos foreiros e recorreram para os espaços limítrofes do Recife (idem). Logo depois, com a criação da Liga Social Contra os Mocambos, em 1939, a população dos alagados e mangues do Recife teve, mais ainda, que se deslocar para

outras regiões (idem). Por fim, A Segunda Guerra Mundial proporcionou uma ascensão econômica na planície recifense, fazendo com que muitos moradores do interior do estado se mudassem para a capital (idem).

O crescimento populacional no Morro (hoje com 265,24 hab/ha) trouxe a necessidade de desenvolvimento da infraestrutura e do espaço, que aconteceu de uma maneira desorganizada e sem a preocupação do governo para atender a população (ANDRADE, 2006). Esse fato provocou diversos riscos aos moradores do local devido aos deslizamentos agravados pela retirada da vegetação do entorno e pela lixiviação das águas das chuvas. Esses problemas persistem até os dias atuais e são verdadeiros impasses no cotidiano dos cidadãos, pois não existe uma preocupação concreta dos órgãos públicos na adoção de medidas governamentais que visam a qualidade de vida da população a longo prazo, a durabilidade das obras e o seu valor estético, optando por medidas emergenciais que intencionam redução de custos (idem).

Entende-se, desse modo, que a região do Morro da Conceição está “[...] atrelada à reprodução urbana da cidade (...), que por sua vez, é fruto da superposição complexa de fases de uma urbanização periférica cujas especializações subordinam-se e expressam os movimentos desiguais da acumulação global.” (FERREIRA, 2000 p. 91). É evidente para as pessoas que habitam o local a percepção de que o Morro da Conceição é um lugar violento, com problemas sociais e econômicos, um saneamento inadequado, com infraestrutura precária e serviços essenciais sem qualidade. No entanto, o Morro também é um espaço de cultura, de sociabilidade, de resistência e de continuidades com o sagrado, tendo um significado extremamente latente na vida dos recifenses e pernambucanos, e que necessita, asseguradamente, de reestruturação.

Palavras-chave: Morro da Conceição. Processo de ocupação. Moradia. Problemas sociais.

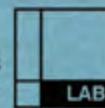
REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Thaís; BARBOSA Luciane; MELO, Raquel; SANTOS, Maria Pricila; SILVA, Flávia. A questão da habitação no Morro da Conceição: condições sociais como determinante da moradia. **Anais da 58ª Reunião da SBPC**. Florianópolis, SC. Junho, 2006
- ALBUQUERQUE. Daise; BRANDÃO. Sylvana. Santuário de Nossa Senhora da Conceição e o processo de romanização. **III Colóquio de História - Brasil: 120 anos de República**. UNICAP, Recife - PE. 2009. pp. 198 - 209.
- FERREIRA, G. P. de M. Morro da Conceição: espaço e cotidiano do lugar. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 89-111, 2000. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2000.123485. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123485>.
- FIGUEIRA. Adriana Barata dos Santos. **A Grande Mãe: um estudo sobre o imaginário do lugar Morro da Conceição**. UFPE. 2000

14 a 16
de março
de 2023

I SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE O RECIFE: REPENSANDO A METRÓPOLE

Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prefeitura do Recife. Morro da Conceição. **Dados demográficos e geográficos do Morro**. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/morro-da-conceicao?op=NzQ0MQ=>>> Acesso em: 11 jan. 2023.

SANTOS. Pe. Pedro Luis dos. **Santuário Nossa Senhora da Conceição, Recife (PE)**. Revista Ave Maria, 2021. Disponível em: <<https://revistaavemaria.com.br/santuario-nossa-senhora-da-conceicao-recife-pe.html>>

Santuário Nossa Senhora da Conceição. **Festa do Morro da Conceição**. 2018. Site da festa de Nossa Senhora do Morro da Conceição. Disponível em: <<http://festamorrodaconceicao.blogspot.com/>>. Acesso em 11 jan. 2023.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Instituto
Universitário
de UFPE



Cadeira
Manuel Correia
de Andrade
UFPE



Ecologia política
e Direito à Cidade
Instituto de Políticas e Estudos



NEXUS
Iniciativa e Subversão



FUNDARPE
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Cultura



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

UM MÁRTIR DA REVOLUÇÃO: Conservação Patrimonial e o Monumento à Frei Caneca

Evellyn Francisca Marinho Ferreira
evellyn.francisca@ufpe.br

Sthefane Souza
sthefanemsouza@gmail.com

Os bens culturais são testemunhas da cultura material, mostrando-se, portanto, importantes para o conhecimento da história de povos antigos e contemporâneos, bem como na construção de suas identidades (CALDEIRA, 2006, p.91). O Estado de Pernambuco e a cidade do Recife, enquanto palco de diversas manifestações históricas de grande relevância local e nacional, provam isso. Um desses marcos foi a Confederação do Equador, que teve como um dos principais líderes Frei Caneca. Joaquim do Amor Divino Rabelo, foi filho de Domingos da Silva Rabelo e Francisca Alexandrina de Siqueira e nasceu em 20 de agosto de 1779, na cidade do Recife. Segundo Mello (2001 *apud*, Costa, 2020, p.68), uma forma para obter ascensão social no país e em Recife eram as ordens religiosas, este foi o caso de Frei Caneca, educado no Convento do Carmo de Recife.

Ele começou a se destacar na vida pública ao se tornar participante da Revolução Pernambucana de 1817, da qual resultou em sua primeira prisão. Ele foi enviado para a Cadeia da Relação na Bahia, e durante o tempo que ficou preso ensinava para os demais presos diversos conhecimentos, entre eles línguas, direito e aritmética (RIOS, 1983 *apud* COSTA, 2020, pp.76 e

78). Após quatro anos de prisão, Frei Caneca e os outros presos políticos foram anistiados (COSTA, 2020, p.78), momento que marcou seu retorno ao Recife e o início da escrita e publicação periódica dos seus escritos. Entre 1823 e 1824, Frei Caneca, editava e publicava o *Typhis Pernambucano* (ALVES; CÂMARA, 2021, p.113). Jornal que ele utilizava para propagar política e mostrar seu descontentamento com o imperador Dom Pedro I, além de defender o fim da Monarquia e o nascimento de uma República.

Após a soltura da prisão dos revolucionários eles voltaram a se reunir em lojas maçônicas, então, em 1824, surgia a Confederação do Equador que de acordo com Fonseca (2007, p.31), “evidencia o confronto político entre a província de Pernambuco e o governo de D. Pedro no Rio de Janeiro revelando, por assim dizer, projetos distintos de independência”. Lima Sobrinho (1979, *apud* Costa, 2020, p.34) ressalta que o movimento dominou Pernambuco por 72 dias, mas foi derrubado por tropas enviadas pelo Imperador. Conseqüentemente, ocorreu a morte de vários revolucionários, entre eles Frei Caneca que teve como punição a degradação eclesiástica, que era uma punição em casos exorbitantes, terminando com seu fuzilamento.

A sentença recebida por Frei Caneca, de acordo com a legislação supracitada, foi a pena de morte na forca. O cumprimento da pena foi executado no dia 13 de janeiro de 1825, mas não conforme consta na sentença, pois os seus carrascos desobedeceram a ordem de enforcá-lo, tendo, então, sido morto por fuzilamento pela tropa ali presente (COSTA, 2020, p.118). Frei Caneca, enquanto revolucionário, lutou para tornar a então província de Pernambuco independente do Império. Seu assassinato, ao invés de representar apenas mais um silenciamento, marcou o início de profundas mudanças sociais que ocorreriam não apenas neste estado, mas em todo o Brasil.

Algo que evidencia a importância em lembrar de sua existência e de seus feitos. Em 1981 foi inaugurado um monumento para manter a memória do mártir viva para que todos lembrassem da importância que ele teve para a história pernambucana. Tendo isso em vista, este trabalho tem como objetivo fazer um plano de conservação do monumento dedicado à Frei Caneca, o monumento fica localizado entre as ruas Padre Muniz e Praça Frei Caneca, ao lado do Forte de São Tiago das Cinco Pontas¹⁹. Em agosto de 2022, foi anunciado que o busto do Frei Caneca tinha sido furtado da praça onde está localizado o monumento que fizeram para homenageá-lo.

¹⁹ O mesmo local em que o Frei foi arcabuzado

Sendo assim, para que um Plano de Conservação do busto faça sentido é necessário que ele seja recolocado em sua base.

Foi realizado visitas ao monumento para averiguar as condições atuais em que se encontra, além disso, o Forte das Cinco Pontas também foi visitado para complementação da pesquisa e através do *Google Street View*, foi possível averiguar como estava o busto antes do roubo. Posto isto, cogita-se dois cenários para a revitalização do busto, no primeiro cenário, o busto seria feito de bronze como já era antes do furto, e no segundo seria feito de concreto. Desta forma, foi levantado alguns danos que os dois materiais podem sofrer, sendo eles, os danos naturais, causados por intempéries, como oxidação, corrosão e dilatação, no caso do bronze e fissuras, rachaduras, salitre, descascamento e manchas, no caso do concreto. E também os danos humanos, como pichações, furtos, depreciações, quebra, que como o nome já diz são causados pela ação humana.

Para os danos naturais é necessário que haja uma manutenção periódica independente do material utilizado para a construção do busto, caso ele seja de fato refeito de bronze, é necessário que seja revestida por tintas protetoras e tratamentos superficiais para que se tenha um retardamento na oxidação ou corrosão do mesmo. Para caso o busto seja refeito de concreto é recomendado que se tenha em sua manutenção, pinturas com tintas impermeáveis já que vai existir, por exemplo, exposição ao sol e a chuva, e observar caso apareçam trincas e preenchê-las com reboco ou gesso.

Para os danos causados pela ação humana pensou-se na necessidade de um aprimoramento de segurança, seja com a instalação de câmeras próximo ao local ou com rondas de vigilância. As práticas de Educação Patrimonial também foram consideradas, com o intuito de incentivar a população a conhecer mais sobre a história da sua cidade e se sentirem pertencentes à ela. Desta forma, indica-se fazer *tours* guiados para a própria população recifense com pontos históricos da cidade, com o busto de Frei Caneca incluso, como forma de lazer e conhecimento histórico. Estes *tours* poderiam ser disponibilizados pela Prefeitura do Recife através da Secretaria de Cultura.

Além disso, utilizar a *internet* e as redes sociais para propagar esses *tours* para que seja de conhecimento geral e quem tiver interesse participar. Também pode-se utilizar esses meios como forma de instigar a conhecerem e pesquisarem a história pernambucana. Sendo assim, com

a sensação de pertencimento e de interesse haja uma diminuição em furtos e vandalismo ao Monumento feito em homenagem ao Frei Caneca.

Palavras-chave: Conservação. Memória. Patrimônio.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. J. de M.; CÂMARA, B. A. D.. **Desafiantes do império: a propaganda republicana de Borges da Fonseca e Frei Caneca nos impressos** (1824-1831). Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 10, n. 2, jul./dez. 2021. issn 2236-6822

CALDEIRA, C. C.. **Conservação preventiva: histórico**. V. 1, n. 1, p. 91-102. São Paulo, 2006.

COSTA, V. de M.. **Entre a cruz e a espada: a influência do seminário de Olinda no discurso revolucionário de Frei Caneca**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2020.

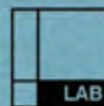
FONSECA, S. C. P. de B. **História e memória: os relatos da Confederação do Equador (1824-1924)**. Maracanan - Rio de Janeiro, n° 3, pp. 31-56, 2005/2007.

LIMA, F. A trajetória de Joaquim da Silva Rabelo, o frei revolucionário fuzilado em 1825 (1779-1825). **Pesquisa & educação a distância**, América do Norte, 0, dez. 2021. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=view&path%5B%5D=9285&path%5B%5D=4622>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

14 a 16
de março
de 2023

I SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE O RECIFE: REPENSANDO A METRÓPOLE

Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



DESENVOLVIMENTO URBANO e MEIO AMBIENTE



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Instituto
Universitário
do UFRPE



Cadeira
Manuel Correia
de Andrade
UFRPE



Ecologia política
e Direito à Cidade
Instituto de Políticas e Estudos



NEXUS
Iniciativa e Saberes



FUNARPE
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS
RURAIS DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Cultura



DEPARTAMENTO DE CULTURA
PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE BOM LEGADO

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS INTERFACES URBANAS

Diego Ricardo Amaral de Macedo
braniacify@gmail.com

Fábio José de Araújo Pedrosa
fabio.pedrosa@unicap.br

Esse plano de trabalho insere-se no projeto CLIMATE LAB cujo objetivo geral é fortalecer a pesquisa aplicada em universidades parceiras por meio do projeto e implementação de Laboratórios de Inovação Social para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em rede com universidades latino-americanas e europeias. De início, levando-se em conta os objetivos específicos, à identificação e análise dos desafios sociais e ecológicos relacionados às mudanças climáticas, e as capacidades internas das instituições para execução de projetos de pesquisas de inovação social, como, por exemplo, a criação e implementação do Laboratório de Inovação social para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade (LIMCS).

As mudanças climáticas têm ganhado cada vez mais destaque na discussão sobre as suas consequências e o seu enfrentamento, dado ao fato da intensificação dos efeitos percebidos no mundo proveniente dessas mudanças que impactam de forma variada as cidades, tais como o aumento da temperatura dos oceanos, formação de ilhas de calor e aumento da ocorrência da

precipitação pluviométrica, as quais podem resultar em inundações e deslizamentos (MELO et al., 2022).

O objetivo geral da presente pesquisa se concentrou em Investigar as Políticas Públicas que abordam as Mudanças Climáticas e suas relações com as cidades, já no que diz respeito aos objetivos específicos foram divididos em três etapas: na qual a primeira consistia em fazer uma revisão de literatura referente às políticas públicas concernente ao enfrentamento das mudanças climáticas nas cidades; a segunda foi de analisar as políticas públicas sobre as mudanças climáticas no âmbito federal, estadual e municipal com ênfase nos municípios de Recife e Olinda; já na última etapa teve o objetivo de subsidiar a elaboração de materiais de educação ambiental, com ênfase para a resiliência comunitária.

É possível traçar um ponto inicial de que em 2010 o estado de Pernambuco traz uma pauta que diz respeito sobre o enfrentamento dos eventos climáticos por meio da sanção da Lei Estadual 14.090, a qual instituiu a Política Estadual de enfrentamento às mudanças climáticas de Pernambuco estabelecida por meio de dois componentes que buscam a adaptação e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas desenvolvidos por intermédio de três eixos temáticos o de combate à desertificação, gerenciamento costeiro e gestão urbana.

Embora não ter saído um novo plano estadual de enfrentamento às mudanças climáticas até o momento, as suas alterações específicas foram trazidas a partir da Lei Estadual 17.830/2022 e da 17.816/2022, nas questões de energia solar e o uso do hidrogênio verde, respectivamente.

Insta salientar a recente revisão do plano diretor da cidade do Recife, Lei Complementar N°2 de 2021, conta com a temática das mudanças climáticas, a qual consta como objetivo, diretriz e um capítulo dedicado ao enfrentamento do que está sendo discutido no presente estudo.

O município de Olinda também teve uma revisão no seu plano diretor, a qual ocorreu em 2020, porém, o acesso dessa legislação (Lei Complementar N°54/2020) não é fácil, visto que no site da prefeitura de Olinda data a última movimentação no sentido de apresentar o anteprojeto da Lei do Plano Diretor de Olinda à sociedade civil e aos representantes municipais que estavam presentes, lá não consta notícias sobre a aprovação do projeto, só foi possível encontrar projeto na Câmara Municipal de Olinda, dentro da área de legislações, já a própria Lei Complementar está disponível no site dos Conjuntos Urbanos de Pernambuco.

No tocante às políticas públicas que envidam esforços para os objetivos citados acima, o município de Recife, como foi visto durante o estudo, apresenta uma melhor preparação legal com

amparo de instrumentos, à título de exemplo, o Plano de Ação Climática Local ou com sua Política Municipal de Educação Ambiental, da mesma maneira que houve uma revisão recente no seu Plano Diretor.

Por fim, em Olinda não é possível verificar políticas públicas em alguma proporção parecida com as de Recife, é pertinente frisar o acalanto que é o avanço em aprovar o Plano de Diretor de Olinda, porém é relevante uma melhora na abordagem com diretrizes próprias em uma área que deveria ser acrescida relativa às mudanças climáticas e não apenas estar mencionada de forma aleatória na seção I referente ao artigo 12, XIII da Lei Complementar 054/2020.

REFERÊNCIAS

MELO, Inamara Santos et al. Adaptação aos impactos das mudanças climáticas na perspectiva do plano diretor da cidade do Recife. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 23, n. 1, p. 1-23, 4 jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbeur/a/fzW3hgwbTvBHxXcRXqbS4jq/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

OLINDA. **Projeto de Lei Complementar nº 1**, de 2020. Institui O Plano Diretor de Olinda e Dá Outras Providências. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16FyLEaLZXHJnXvEkpTPwN8nv0BXuvZKj>. Acesso em: 07 maio 2022.

PERNAMBUCO. **Lei nº 14.090**, de 22 de junho de 2022. Altera A Lei Nº 14.090, de 17 de Junho de 2010 que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco e dá Outras Providências, a fim de instituir medidas adicionais para energia solar. Pernambuco, PE, Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=17830&complemento=0&ano=2022∓tipo=&url=->. Acesso em: 05 maio 2022.

PERNAMBUCO. **Lei nº 17.816**, de 15 de junho de 2022. Altera A Lei Nº 14.090, de 17 de Junho de 2010 Que Institui A Política Estadual de Enfrentamento Às Mudanças Climáticas de Pernambuco e Dá Outras Providências, A Fim de Promover A Utilização do Hidrogênio Verde. Pernambuco, PE, Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=17816&complemento=0&ano=2022∓tipo=&url=->. Acesso em: 05 de maio 2022.

PERNAMBUCO. **Lei nº 17.830**, de 22 de junho de 2022. Altera A Lei Nº 14.090, de 17 de Junho de 2010 Que Institui A Política Estadual de Enfrentamento Às Mudanças Climáticas de Pernambuco e Dá Outras Providências, A Fim de Instituir Medidas Adicionais Para Energia Solar. PERNAMBUCO, PE, Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=17830&complemento=0&ano=2022∓tipo=&url=->. Acesso em: 05 maio 2022.

RECIFE. **Lei nº 18.011**, de 29 de abril de 2014. Dispõe Sobre A Política de Sustentabilidade e de Enfrentamento das Mudanças Climáticas do Recife e Dá Outras Providências. Pernambuco, PE, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2014/1801/18011/lei-ordinaria-n-18011-2014-dispoe-sobre-a-politica-de-sustentabilidade-e-de-enfrentamento-das-mudancas-climaticas-do-recife-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 06 maio 2022

RECIFE. **Lei Complementar nº 2**, de 23 de abril de 2021. Institui O Plano Diretor do Município do Recife, Revogando A Lei Municipal Nº 17.511, de 29 de Dezembro de 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/1/plano-diretor-recife-pe>. Acesso em: 08 maio 2022.

RECIFE. **Plano Local de Ação Climática da Cidade do Recife**. Recife, 2020. Disponível em: http://meioambiente.recife.pe.gov.br/sites/default/files/midia/arquivos/pagina-basica/placrecife_acaoclimat.pdf. Acesso em: 05 de maio 2022.

CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM CARPINA: uma pista no entendimento da expansão da área metropolitana da Metrópole Recifense

Ivison Marques Barbosa
ivison.marques@upe.br

Desde meados do século XX, observa-se um desenvolvimento pautado no capitalismo urbano, industrial e na especulação imobiliária. Sob este contexto, surge, uma nova maneira de pensar e de produzir habitações, os condôminos, inicialmente verticais, e em seguida horizontais. Estes, atualmente, vêm aparecendo como solução para as questões habitacionais no Brasil, no entanto, a sua implementação tem gerado problemas tanto sociais quanto espaciais, uma vez que o consumo e a produção do espaço urbano se dão de maneira diferente nas diversas classe sociais.

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer as primeiras observações acerca das possíveis influências que os condomínios residenciais e de lazer vêm trazendo para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Carpina/PE, uma cidade pequena da zona da mata Pernambucana, situada a 47 quilômetros do Recife, em área de transição Mata/Agreste, localizada

na mesorregião da mata e na microrregião mata setentrional do estado de Pernambuco. A cidade apresenta características de cidades intermediárias quanto a distribuição de bens e serviços.

Segundo Miranda (1997), Carpina tornou-se um centro Sub-regional diretamente ligada a intensificação das relações com a metrópole recifense e as especificidades locais, a qual pode ser entendida como uma área de expansão metropolitana e atuação da cidade do Recife, promovendo a dinâmica entre bens e serviços. De acordo com a mesma obra, Carpina deixou de ser apenas segunda residência/lazer agregando-se a primeira residência, assumindo uma “forma urbana de habitat”. Para melhor compreensão do tema e levantamento de dados serão realizados trabalhos de campo com finalidades distintas, como: observações sistemáticas (re)produção iconográfica, levantamento dos números e tipos de condomínios, fazer uma subdivisão dos residenciais por categorias: alto padrão, classe média-alta, classe média, condomínios horizontais com casas prontas.

Aplicação de questionários para comerciantes (dentro e nas áreas próximas) e condôminos dos residenciais pesquisados. Esse artigo é baseado nos aportes teóricos de Sposito (1988), Sposito & Góes (2013), Corrêa (2004 & 2006), Santos (2005) e Miranda (1997). Por fim busca-se expor o desenvolvimento dos condomínios em uma cidade média, Carpina que dá suporte ao transbordo da metrópole recifense. Para isto, inicialmente faremos um resgate histórico do processo de urbanização ocorrido no Brasil e no município analisado, este servirá de base para a compreensão do processo de condominização que está acontecendo simultaneamente nas bordas metropolitanas no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: Condomínios, Urbanização, Habitação.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudo sobre as redes urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2006.
- GÓES, Eda Maria. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Urbanização e Dispersão. As “granjas” e a organização espacial em Carpina - PE**. Recife. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Geográficas. Curso de Mestrado em Geografia. 1997.
- SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo:Edusp, 2005.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

DINÂMICA ESPACIAL: Antigas e Novas Formas de Metropolização

Marny Pessoa Silva de Araújo

marny.araujo@ufrpe.br

Ana Paula Guedes de Andrade

ana.pgandrade@ufrpe.br

Este artigo tem como objetivo trazer uma discussão acerca da metrópole, bem como do processo de metropolização, que tem contribuído para a transformação do espaço urbano e rural, o qual se encontra cada vez mais integrado a esse. Percebe-se, dentre as características das mudanças espaciais, a expansão urbana por meio da formação de áreas de tecido urbano na periferia de algumas cidades, em descontinuidade ao já existente, ao mesmo tempo em que se observa a formação de novos núcleos em pontos isolados entre várias cidades. Para fins deste trabalho, entende-se dinâmica espacial como um processo de transformação do espaço, tratado pelas teorias do planejamento urbano. Faz-se necessário identificar e rever conceitos e teorias que se relacionam com as transformações espaciais, o que aqui se denomina de antigas e novas formas de metropolização. Este artigo revisita os conceitos: Urbanização Contemporânea, Configuração das Regiões Metropolitanas do Brasil e Processo Emergente de Urbanização Estendida. Por fim, há muito em que se avançar nessa temática, demandando novas formas de pensar e problematizar o planejamento urbano e regional, através de profundos debates, a cerca

de definição de conceitos e parâmetros que orientem a identificação e institucionalização de espaços decorrentes de dinâmicas no entorno das RMs.

O processo de urbanização no Brasil vem se apresentando de forma diversa no território nacional, destacando-se: interiorização do fenômeno urbano; acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; crescimento das cidades médias; periferação dos centros urbanos; e formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano, conforme estudos realizados por Motta e Ajara (2001). Dentre as características das mudanças espaciais, aponta-se a expansão urbana por meio da formação de áreas de tecido urbano na periferia de algumas cidades, em descontinuidade ao já existente, ao mesmo tempo em que se observa a formação de novos núcleos em pontos isolados entre várias cidades.

Uma reflexão importante sobre essas transformações foi a oferecida por Brenner (2014), quando entende o processo sob três momentos: (1) mudanças relacionadas com a geografia da urbanização; (2) ação do governo nas três instâncias, nacional, estadual e municipal, impulsionando o desenvolvimento urbano em vastas zonas de seu território, (3) a passagem da representação de cidade enquanto espaço do comum para tornar-se grito de combate para os movimentos sociais, palco de conflitos políticos e um dos principais objetos de disputa. O autor, seguindo a linha de raciocínio de Dematteis (1996, *apud* IBGE, 2015) conclui que o urbano é percebido dentro do difuso, acrescentando que não há parâmetros de definição, coerência morfológica ou rigor cartográfico na identificação de processos, transformações e condições socioespaciais contemporâneas, perguntando-se, “então o que não é urbano?”, como consequência das afirmações de Amin e Thrift (2002), que o mundo urbanizado está conectado por “lugares/corredores de comunicação (aeroportos e linhas aéreas, estações e ferrovias, estacionamentos e estradas, teleportos e autopistas informáticas)”, com as quais concorda.

Essa falta de clareza teórica já foi percebida também por Firkowski (2012), quando entende fazer-se necessária a distinção entre a metropolização (o fato, o processo), a metrópole (a forma socioespacial) e a região metropolitana (a ferramenta, o instrumento) definida a partir de uma decisão institucional (federal ou estadual), em teoria baseada em estudos e critérios técnico-científicos bem definidos. A percepção da autora justifica-se quando se percebe a diversidade de conceitos, processo de identificação e institucionalização dessas recentes transformações espaciais no Brasil.

Com tal entendimento, este trabalho tem como objetivo trazer uma discussão acerca da metrópole, bem como do processo de metropolização, que tem contribuído para a transformação do espaço urbano e rural, o qual se encontra cada vez mais integrado a esse. Para isso, procurou-se realizar uma abordagem sobre os processos, conceitos e teorias relativos à urbanização e metropolização, tendo como referência autores como Brenner (2014) e Randolph (2010), dentre outros. Quanto as antigas e as novas formas de metropolização, foram abordados os conceitos e teorias relativos aos de urbanização, nas formas passadas e atuais, quando foram considerados os conceitos urbanização, metrópole e metropolização, região e regionalização e proximidade geográfica. Para embasar essa abordagem, foram tomados como referência diversos autores, tais como, Dematteis (1996, *apud* IBGE, 2015), Brenner (2014), Lencioni (2006), Randolph (2012), entre outros.

Por fim, a pesquisa oferece importantes contribuições, dentre elas, para discursões quanto a urgência na definição de parâmetros legais e urbanísticos que possam uniformizar os processos de identificação e institucionalização de Regiões Metropolitanas, Aglomerados Urbanos e Microrregiões é evidente, para que não tenhamos um país formado por Regiões Metropolitanas e suas áreas de Expansão Metropolitana, tão divergentes.

Palavras-chave: Dinâmica Espacial; Metropolização; Urbanização Estendida

REFERÊNCIAS

- AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. **Cities: Reimagining the urban**. Cambridge, U.K., Polity, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia de. (Coordenação). **Geografia de Pernambuco: ambiente e sociedade**. João Pessoa, Grafset, 2009.
- AZEVEDO, Sérgio de; MARES GUIA, Virgínia Rennó. Governança metropolitana e reforma do Estado: o caso de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, nov. 2000.
- BARBOSA, Hélio Batista. **Desafios da Gestão Integrada: recursos hídricos na Grande São Paulo**. 2003. 83 f. Dissertação – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.
- BITOUN, Jan. Regionalizações, Tipologias e Desenvolvimento Territorial: Um debate sobre o papel da Geografia. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 14., 2013, Lima, Peru. **Anais...** Lima, Peru, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988.
- BRENNER, Neil. Tese sobre a urbanização. **E-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 19, ano 5, p. 6-26, dez. 2014.
- CASTELLO BRANCO, M.L. G.; MOURA, R.; FIRKOVSKI, O. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões acerca do indicador. In: Encontro Nacional da Anpur, 11., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, ANPUR, 2005.
- CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. Estudo do agrupamento de municípios sob influência de Caruaru. Recife, CONDEPE/FIDEM, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Entrevista com o Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa – UFRJ. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n.1, p. 01-14, jun. 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região: A tradição geográfica.** In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183-196.

COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos (Org). **Unidades territoriais urbanas no Brasil: 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil.** Brasília, IPEA, 2013.

DAVIDOVICH, F.; LIMA, O. M. B. de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 37, n.1, p. 3-84, jan./mar. 1975.

DAVIDOVICH, F. **Metrópole e contemporaneidade, algumas pontuações.** In: Carlos, A.F.A; Lemos, A.I.G. (Org.). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

DE MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina. De la ciudad a lo urbano generalizado. **Grupo de Estudios sobre Desarrollo Urbano (GEDEUR).** Documento de trabajo nº 8. Madrid, 2010, 32 p.

FIRKOSWSKI, O. OL C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 122, p. 19-38, 2012.

GALVÃO, M. V. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 31, n.4, p.53-127, out./dez. 1969.

IBGE. Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

INDOVINA, F. **La città diffusa.** Venezia: Daest (Dipartimento di Analisi Economica e Sociale del Territorio, 1990.

LENCIONI, S. **Da cidade e sua região à cidade-região.** In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). Panorama da geografia brasileira. São Paulo, Annablume, 2006.

LENCIONI, S. **Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana.** In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P.C.X. (Orgs.). Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo, FAUUSP, 2011.

LENCIONI, S. Região e Geografia. São Paulo, Edusp, 2003.

LEROY, S. **Sémantiques de la métropolisation. L'Espace géographique,** Montpellier, Éditions Belin, n.1, p.78-86, 2000.

LIMONAD, Ester. **Brasil século XXI, regionalizar para quê? Para quem?** In: LIMONAD, Ester et al. Brasil Século XXI: por uma nova regionalização. São Paulo, Max Limonad, p.54-66, 2004.

MONCLÚS, F. J. **Ciudad dispersa y ciudad compacta. Perspectivas urbanísticas sobre las ciudades mediterráneas.** D'Humanitats (Girona), n. 7, p. 95-110, 1999.

MONCLÚS, F. J. **Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas.** In: F. J. Monclús (Ed.), La ciudad dispersa. Barcelona: Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, 1998.

MONTE-MÓR, R.L.M. **A Cidade e o Urbano.** In: C. A. L. Brandão (Ed.). As Cidades da Cidade. Belo Horizonte, UFMG, 2006. p.185-197.

MOTTA, Diana Meirelles da. AJARA, Cesar. Configuração da Rede Urbana do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun. 2001.

MOURA, Rosa. **A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea.** EURE (Santiago), Santiago, v. 38, n. 115, p. 5-31, set.2012.

MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes. FIRKOWISKI, Olga Lúcia C. de. **Movimento pendular e perspectivas de pesquisa em aglomerados urbanos.** São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 121-133. out./dez. 2005.

MOURA, Rosa; CINTRA, Anael. Dinâmicas territoriais da população: primeiros resultados do Censo 2010. Curitiba, IPARDS, 2011. (Nota técnica n.22).

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Arranjos Institucionais para a Gestão Metropolitana. Relatório de Pesquisa. Território, coesão social e governança democrática: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre,

Salvador, Recife, Belém, Natal, Goiânia, Maringá. Brasília, 2009a. Convênio Ministério das Cidades/ Observatório das Metrôpoles/ FASE/IPARDES.

PEREIRA, Paulo Affonso Soares. **Rios, Redes e Regiões: A sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre, AGE, 2000.

RANDOLPH, R. Avanços da metropolização e formação de novas fronteiras: investigações sobre trajetórias da urbanização em torno das metrôpoles. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XVI, n. 418 (43). 2012.

RANDOLPH, R. Reflexões sobre “urban fringe” e fronteiras de expansão ao redor das metrôpoles: caminho para a sociedade urbana? In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE DO URBANISMO, 11., 2010, Vitória, ES. **Anais...** Vitória, UFES, 2010, p. 1-16.

RANDOLPH, R., SOUTHERN, B.C. (Orgs.). **Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo, Max Limonad, 2011.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano**. São Paulo, Via das Artes, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4.ed. São Paulo, Edusp, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1998.

SOARES, P. R. R. Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana? O debate no Rio Grande do Sul. E-metropolis: **Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 4, p. 25-29. 2013.

SOUZA, Celina Maria de. **Metropolização Brasileira: uma análise dos anos 70**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano/Fundação Getúlio Vargas, 1985.

TALASKA, Alcione. Região e Regionalização: revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na região do Corede Norte/RS 12. **Caminhos de Geografia – revista on-line**. Uberlândia v. 12, n. 37, mar. p. 201-215, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP/Lincon Institute, 1998.

AÇÚCAR, ÁGUA E EUCALIPTO: Reconstruindo a História da Área do Parque Estadual Dois Irmãos, Recife/PE

Paulo Rafael Macedo Ferreira
paulinhowgg@gmail.com

Caroline Borges
caroline.borges@ufrpe.br

O Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI), localizado na zona norte da cidade do Recife/PE, faz parte hoje de uma área de reserva ecológica de Mata Atlântica de 384,42 hectares. A presente pesquisa buscou identificar como a área do parque é apropriada, identificada e objeto de disputas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos de sua trajetória. Os açudes, presentes desde a primeira metade do século XVIII, tem sua origem nos engenhos de cana-de-açúcar instalados na região. No século XIX a área foi utilizada por uma companhia de distribuição de água encanada e, a partir do século XX, a região começa a ser remodelada em 1919 para a construção de um Horto Botânico visando a produção de de eucaliptos, com criação do parque zoológico em 1939. Estas diferentes utilizações ao longo do tempo moldaram a região de maneira diferente de outros bairros do Recife e com esta pesquisa procuramos entender como este processo ocorreu e tem reflexos no presente com o maior interesse político e social o usufruto e preservação de áreas florestais urbanas.

Com a urbanização das cidades e a demanda por espaços privados para a população em geral, as áreas de florestas acabam perdendo suas áreas para grandes empreendimentos que visam a modernização das comunidades. Os espaços, por muitas vezes, são vistos principalmente por empreendimentos que visam a construção e habitação das áreas que não são protegidas, o que intensifica a necessidade de jurisdição acerca desses locais. Contudo, os espaços que já são protegidos por lei, são utilizados pelo Estado como referência em preservação, mesmo que com viés político, e recebem incentivos fiscais para a sua manutenção e, por vezes, para abertura destas áreas para usufruto da população como lazer. Sendo assim, essas áreas, mesmo que preservadas, se inserem dentro de espaços de usos e frequência das sociedades de seu entorno. As áreas ao ar livre dentro das metrópoles se diferenciam da busca por visitações de construções. Segundo Vallejo (2013), “uma breve abordagem histórica indica que a visitação das áreas naturais para atividades recreativas remonta a tempos antigos, mas intensificou-se a partir do século XIX como advento da Revolução Industrial e o crescimento das cidades”.

O atual momento de organização do Parque Estadual Dois Irmãos na cidade do Recife, destaca sobremaneira o parque zoológico presente dentro da área de preservação ambiental. Desta maneira, o espaço em que está a área do parque, se mostra pouco revisitado no que tange a história do estado de Pernambuco, deixando em aberto uma série de questões sobre como e a forma em que o atual zoológico foi fixado no espaço. Mesmo sendo um espaço de memórias afetivas, que revisitam gerações familiares que frequentam o espaço, o contexto que estrutura a criação do parque é pouco discutido dentro da sociedade. Sendo assim, com essa pesquisa, reafirmamos a necessidade de questionar os meios que resultaram na construção do zoo dentro da área peri-urbana da cidade do Recife. Neste sentido, a partir de elementos que caracterizam diversas fases da área em que abriga o parque aqui descrito, iremos repensar a história de modificações que foram impostas ao local até que o mesmo se tornasse uma área de preservação ambiental.

Durante o estudo sobre a área em que está localizado o Parque Estadual Dois Irmãos, a pesquisa se encontra com um grande desafio que é encontrar documentos sobre os espaços públicos pernambucanos. Neste sentido, buscamos arregimentar por meio de pesquisa documental em repositórios, sobretudo *online*, manchetes de jornais e revistas que noticiaram o dia a dia da sociedade pernambucana. Foram utilizadas três divisões temático-cronológicas: a primeira, com a análise dos repositórios digitais da FUNDAJ e Hemeroteca digital, o

desenvolvimento do Engenho Apipucos (Engenho Dois Irmãos) entre 1845 e 1861; a segunda, a construção da Companhia do Beberibe, empresa estatal de água encanada e saneamento no fim do século XIX; e a terceira, a partir da busca no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano em Pernambuco, a construção do horto florestal de eucaliptos, em 1929;

Segundo a Agência Estadual de Meio Ambiente, o Parque Estadual Dois Irmãos é o maior parque de conservação ambiental de Pernambuco e se localiza na cidade do Recife, em área de 384,42 hectares constituindo uma reserva ecológica de Mata Atlântica no bairro de Dois Irmãos. E abriga o principal zoológico de Pernambuco, que em 2022 passou a abrigar somente animais da fauna pernambucana, com o objetivo de continuidade de espécies do estado. Não somente com um espaço de vida animal, mas também com a preservação de açudes d'água, que remontam ao período colonial e a produção açucareira na área

A discussão sobre a documentação encontrada que será apresentada aqui é dividida em três etapas. No primeiro momento, que remete ao açúcar, iremos falar sobre o Engenho Dois Irmãos e o seu declínio durante a Revolta Praieira, e para isso utilizaremos jornais publicados entre 1845 a 1920, e que serviram de base para o entendimento de como o terreno se tornou estadual. O Engenho Apipucos, também chamado Engenho Dois Irmãos por conta, dos seus proprietários, os irmãos Antônio Lins Caldas e Tomás Lins Caldas, e segundo Leão (2013), era um dos engenhos mais modernos da região da capital pernambucana e se utilizava da força do Riacho da Prata, para mover seu moinho d'água, além de ter promovido a construção do açude existente até hoje na região

No segundo momento, que remete a água, iremos falar sobre a utilização do espaço pelo estado com a criação da Companhia do Beberibe. Segundo Leão (2013), às terras que antes eram do engenho passam a ser da Companhia Beberibe, para a utilização das águas e dos mananciais do Açude do Prata como garantia de abastecimento de água potável para a cidade do Recife. Após a aquisição, a Companhia Beberica construiu uma usina para impulsionar a água. Nesse contexto, nosso foco é entender como a área de Mata Atlântica na região foi primeiramente utilizada, tendo em vista a fixação por anos do engenho e suas estruturas produtivas nesta área, e a degradação decorrente destas atividades.

No terceiro momento, que remete ao eucalipto, iremos discutir acerca da construção de um mini parque, que viria a abrigar um horto florestal e que seria o início das investidas de preservação do espaço utilizado. No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano Utilizando,

localizado na cidade de Recife, Pernambuco, foi possível encontrar o documento que marca o início da formação e criação de um horto florestal na cidade do Recife. O documento data de 1919, e é uma petição para a formação de um horto florestal em forma de parque de recreação. Esse documento é redigido pelo Dr. Maximus Neumayer, que tinha o objetivo de plantar eucaliptos para vender ao governo com o intuito de urbanização e arborização da cidade do Recife e demais regiões. A área escolhida foi justamente a que se distanciava da paisagem urbana que vinha se tornando a capital do estado, com o objetivo de se criar um local calmo e diferente do que se tinha no local.

Ao pensarmos no espaço público dentro da cidade do Recife, é perceptível a falta de revisitação das memórias e da história do espaço, que recebe anualmente boa parte da população da região metropolitana do estado de Pernambuco. Existem inúmeros indícios que nos levam a repensar como em uma área peri-urbana, um espaço de Mata Atlântica se denota das paisagens comuns do dia a dia da cidade. Se tornando um lugar de afetividade da população, pelas memórias que são guardadas no espaço, e pela tradição de ir ao parque. Observou-se que a história da área em que está o Parque Estadual Dois Irmãos remonta a diversas formas de modificações empregadas por agentes da sociedades e o próprio estado de Pernambuco. Resultando na proteção a partir das investidas de uma área de preservação de Mata Atlântica, que sobrevive às diversas incursões societárias de um processo civilizador vertical, onde as árvores davam lugar ao concreto em nome do moderno.

Palavras-chave: Parque Estadual; Área de preservação; Recife.

REFERÊNCIAS

Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH. Disponível em: <http://www2.cprh.pe.gov.br/fauna-e-flora/unidades-de-conservacao/>. Acesso em 25/07/2022.

DANTAS, Mariana. Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas, 1832-1848). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 12, p. 107-129, 2014

Instituto Estadual de Florestas - IEF. Parque Estadual. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/114?task=view>. Acesso em 25/07/2022.

JUCÁ, J. V. Uma companhia urbana de Pernambuco no século XIX: a do Beberibe. **Ciência & Trópico**, v. 3, n. 1, 9 jun. 2011.

LEÃO, Renata S. Carneiro. **O Livro dos 100 Anos: Memorial Fotográfico da UFRPE**. Recife-PE: Editora Universitária da UFRPE, 2013.

VALLEJO, Luiz. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói/RJ. Vol 1, nº 1, 2013.

ANÁLISE DO MICROCLIMA EM RECIFE-PE: um Estudo de Caso em Áreas Residenciais do Bairro da Várzea

Tamires Gabryele de Lima Mendes
tamires25lima@hotmail.com

Ariadne Fernanda Ferraz Vieira
ariadne.vieira@ufpe.br

Rafaela Melissa Andrade Ferreira
rafaela.andrade@ufpr.br

A depender da escala de análise adotada e do recorte espacial, pode-se falar em clima mundial, regional ou local e microclima. O clima de uma cidade pode ser chamado de clima urbano, como proposto por Monteiro (1975), na Teoria do Sistema Clima Urbano (SCU), no qual buscou-se entender as variáveis relacionadas com a meteorologia e o processo de desenvolvimento urbano e expansão das cidades, marcadas pelo adensamento populacional, a verticalização, o conforto térmico e outros.

No SCU de Monteiro, três subsistemas foram propostos, entre eles, o termodinâmico, que estuda ilhas de calor e frescor, conforto e desconforto térmico e inversão térmica. Gordon Manley empregou pela primeira vez o termo “ilhas de calor” como fenômeno característico das cidades e grandes metrópoles, acontecendo quando a temperatura de uma área é mais elevada que no seu entorno, e dentre as causas, o processo de urbanização foi considerado como o mais relevante

no aumento de temperatura da área (COSTA, 1998). A expansão da malha urbana está acompanhada da retirada de grande parte da cobertura vegetal, o que causa o desequilíbrio do microclima, visto que a vegetação atenua o aumento da temperatura. Esse cenário supracitado, somado à impermeabilização do solo e a mudança da drenagem, são ideais para formação ou aumento de uma Ilha de Calor Urbana (ICU).

O município do Recife, capital do estado de Pernambuco, teve seu processo de urbanização influenciado pelos dinamismos metropolitanos. No século XIX, a cidade já apresentava um tecido densamente urbanizado, como resultado de uma ocupação desordenada e espontânea que provocou também a retirada da cobertura vegetal e o aterramento de áreas de águas alagadas e mangues. Entre os 94 bairros da capital pernambucana, o bairro da Várzea está no extremo oeste da cidade e segundo a Prefeitura do Recife, é o segundo maior em extensão territorial. Apresenta uma tipologia construtiva horizontal, com baixos pavimentos, estando próxima a uma mata de grande porte bem como do principal rio da cidade, o Capibaribe, o que o diferencia da maioria dos outros bairros da cidade (MONTE, 2019).

Nesse sentido, de acordo com Mendes et al. (2019), esse conjunto urbano-natural influencia para que o bairro seja uma área fresca, com menos taxas de desconforto térmico, produzindo ilhas de frescor. Ainda, no zoneamento microclimático do Recife (SANTOS, 2018), o conforto térmico do bairro é caracterizado por áreas de amenização de calor, área confortável e área levemente confortável. Entretanto, desde 2010 vem se percebendo o crescimento da especulação imobiliária na área, marcada pelo aumento de construções verticalizadas, com prédios residenciais de várias pavimentações (MONTE, 2019), o que indica, dentro do SCU, uma ameaça de aumento de temperatura.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as variáveis climatológicas como temperatura do ar, umidade do ar e velocidade/direção do vento no bairro da Várzea, a partir de dois pontos com características distintas, durante o período de três anos. Dessa forma, investigando as variáveis microclimática do recinto e os possíveis impactos do avanço do processo de verticalização no bairro da Várzea.

A metodologia foi baseada nos seguintes processos: I) Coleta de dados *In Loco*; II) Revisão de material bibliográfico da área de estudo; III) Análise dos dados IV) aplicação de *softwares* (*WRPLOT View* e o *Global Surface UHI Explorer*). Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados primários do bairro da Várzea (figura 02), foram provenientes do termohigrômetro de

marca *HOBO U20*, sendo considerado o ponto 01 e nos dados secundários originários da estação meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), sendo considerado o ponto 02.

O processamento dos dados foram selecionados a partir de média horária e média mensal de janeiro (período seco) dos anos de 2016, 2018 e 2019. Justifica-se a ausência dos dados do ano de 2017, no qual o termohigrômetro estava localizado em outra área para a campanha de um projeto do laboratório do TROPOCLIMA da UFPE. A área de estudo foi escolhida de acordo com suas características locais e ambientais.

O bairro da Várzea é considerado o coração da cidade. Nos dados obtidos é possível observar como a temperatura de alguns bairros da zona oeste se diferenciam dos outros bairros localizados próximos ao litoral e no cordão sul e norte recifense. A zona sul apresenta um desenvolvimento mais intenso e um maior processo de verticalização, dessa forma intensificando o aumento das temperaturas nessas áreas.

Os bairros da zona oeste da cidade, ainda portam em suas delimitações territoriais a presença do verde, a partir de áreas de proteção regulamentadas através dos órgãos competentes que regem a cidade. Para muitos autores a Várzea é considerada uma ilha de frescor. Nesse estudo foi obtido a análise de horários específicos de 00:00, 12:00h e 18:00h em dois pontos distintos dentro do bairro, nos meses de janeiro dos anos de 2016, 2018 e 2019. No horário da 00:00 as temperaturas apresentaram comportamentos semelhantes sem muitos desvios, indicando que não acontece acúmulo de calor nas áreas, e sim um resfriamento nesse horário com uma média de temperatura de 26,6 °C no ponto 1 e 26,4°C no ponto 2.

Na análise do horário das 18:00h evidenciou que existe uma inversão de aumento de temperatura do ar. O ponto 2 se mantém com dois graus acima do ponto 1, identificando que nesse local encontra-se características que bloqueiam a dissipação da radiação, e assim, mantendo-se uma radiação longa, enquanto o ponto 1 possui uma dissipação de radiação curta por ser uma local mais aberto. Na verificação desses dados durante esses três anos no mês de janeiro, pode-se comprovar que existe uma formação de Ilha de Calor noturna. As análises da umidade e do vento ficaram expostas no artigo completo com tabelas e imagens. Outro fator que merece ser destacado nesse bairro é o desenvolvimento do processo de verticalização. No bairro é possível observar quatro empreendimentos imobiliários que se diferem na paisagem, e ao fundo a área de mata de grande porte.

Palavras-chave: Clima urbano; Ilhas de calor; Urbanização; Verticalização;

REFERÊNCIAS

COSTA, A. C. L. **Estudo de variações termo-higrométricas em cidade equatorial devido ao processo de urbanização: O caso de Belém-PA.** Tese (Doutorado) - Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, 1998.

LOMBARDO, M. A. **A ilha de calor nas metrópoles - O exemplo de São Paulo.** Ed. Huciteck. 1985, 224p.

MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e Clima Urbano.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP. 1975, 113p.

MENDES, T. G. L.; SOUZA, N. L. ; SANTOS, P. F. C. ; NOBREGA, R. S. . Análise do índice de temperatura e umidade em bairros do Recife-PE. In: PINHEIRO, L. S.; GORAYEB, A. (Org.). **Geografia Física e as Mudanças Globais.** 01 ed. Fortaleza: Editora UFC, 2019, v. 1, p. 25-36.

MONTE, C. A. S. Entre o bucólico e o moderno: o processo de verticalização na área central da Várzea. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 434-449, 2019.

MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e Clima Urbano.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP. 1975, 113p.

SANTOS, P.F.C. **Microclimas urbanos na cidade do Recife-PE: proposta de zoneamento sob o enfoque do conforto térmico.** 2018. Dissertação de Mestrado. UFPE.

CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA METRÓPOLE DO RECIFE

Adalberto Antonio da Mota Correia
adalberto.mota@ufpe.br

Guilherme Francisco da Silva
guilherme.francisco@ufpe.br

Stefany dos Santos Silva
stefany.santos@ufpe.br

Este trabalho tem por objetivo central analisar possíveis relações entre as configurações territoriais da Região Metropolitana do Recife (RMR) e os óbitos ocorridos no último evento extremo do ano de 2022, causado pelas ondas de leste. Por meio da literatura, da análise dos dados estatísticos do IBGE e da análise espacial do território, identificamos a existência de padrões de distribuição e diferentes agrupamentos ou estruturas de organização entre grupos sociais vulneráveis, correspondendo ao princípio da autocorrelação geográfica. Podemos partir dos Sistemas de Informação Geográfica observar as tendências desses fenômenos no espaço, no território, no lugar, uma potencial contribuição da Geografia enquanto ciência para fomentar resistências, sendo portanto uma contracartografia.

A metrópole do Recife Região vem passando por uma forte intensificação na dinâmica imobiliária, grande parte destinada à produção de moradias, especialmente nos municípios que

abrigam grandes empreendimentos dinamizadores de novos polos de desenvolvimento metropolitano. A expansão dos investimentos imobiliários para as bordas da malha urbana e para o periurbano vem caracterizando mudanças recentes padrões habitacionais, seja nos empreendimentos destinados aos grupos de alta e média renda, por meio da produção de grandes loteamentos e condomínios fechados, e, mais recentemente, de “bairros planejados”, seja naqueles destinados ao mercado popular de média e baixa renda, por meio de conjuntos habitacionais promovidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que seguem padrões semelhantes de condomínios fechados, em contradição com a precariedade estrutural das áreas periféricas.

Os espaços produzidos por autoconstrução seguem tendência semelhante de expansão para as áreas de expansão urbana. Levada em conta a formação econômica, jurídico-política, social e territorial das metrópoles, remontando a estrutura territorial das capitânicas hereditárias, podemos afirmar que a formação das redes urbanas e suas áreas periurbanas, na modernidade brasileira estão intrinsecamente ligadas à vulnerabilidade social e à precariedade na habitação, que vincula a vulnerabilidade ambiental. Alguns dos processos vivenciados pela Região Metropolitana do Recife (RMR) têm se mostrado comuns a outras metrópoles brasileiras e da América Latina, como a expansão dos investimentos imobiliários para as bordas da malha urbana e para o periurbano, assim como o esvaziamento de antigas áreas centrais.

As cidades latino-americanas têm uma estrutura urbana do uso do solo e das suas materialidades que, ao se compactarem, também se difundem e, ao se difundirem, se compactam. Nesse contexto, tanto o mercado formal, como o mercado informal de solo e de edificações produzem simultaneamente, e por razões particulares vinculadas às suas próprias lógicas de funcionamento do mercado e de reprodução dos capitais, uma cidade que o autor denomina de COM-FUSA - uma forma de cidade compacta e difusa. Os fatores históricos, contradições do capitalismo imobiliário produzem ou amplificam vulnerabilidades socioambientais. Nesses movimentos de contração e difusão da estrutura urbana são os mais vulneráveis que tendem a ser afastados dos centros urbanos e morar nas áreas periféricas.

O que nos revela o espaço geográfico sobre as desigualdades existentes desde a fundação do país até à contemporaneidade? Particularizando a análise, usamos como exemplo o recorte a Região Metropolitana do Recife (RMR), e os óbitos ocorridos em função de uma precária adaptação ao meio natural onde estão inseridas as populações vulneráveis nas áreas de morro,

mas que poderiam ter sido evitados por políticas públicas que contemplem essas populações em sua vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Utilizamos revisão bibliográfica, e a visualização de dados secundários do IBGE e da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, por meio da análise e do geoprocessamento. A partir disso identificamos as áreas de principal ocorrência de óbitos na RMR, permitindo a compreensão de possíveis relações territoriais que podem contribuir para a vulnerabilidade socioambiental dessas populações, podendo servir de subsídio às políticas públicas necessárias para a mitigação desses impactos.

Palavras-chave: atenção básica em Saúde, Geografia da Saúde, território, conurbação, políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **A cidade da informalidade:** o desafio das cidades Latino-Americanas. Rio de Janeiro: SETTE LETRAS/FAPERJ. 2003. 328p.

CRESWELL, J. W. **Research Design:** Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches. 3rd ed. - London: SAGE Publications, 2009.

MIRANDA, L.I.B. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbano: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE.** Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/ Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, v. 1, 1996.

_____. **A urbanização brasileira.** Hucitec, 1993.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp. 2004.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SOUZA, M.A.A.; BITOUN, J. (org.) **Recife:** Transformações na ordem urbana. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015 [Eletrônico_ ISBN: 978-85-7785-343-4], p. 249-293.



METODOLOGIAS APLICADAS À IDENTIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADE NAS ÁREAS DE COLINA DA ZONA NORTE DO RECIFE

Guilherme Francisco da Silva
guilherme.francisco@ufpe.br

Adalberto Antonio da Mota Correia
adalberto.mota@ufpe.br

Cristiana Coutinho Duarte
cristiana.durte@ufpe.br

Compreender a vulnerabilidade no meio social, é essencial para prevenir e reduzir os riscos no território. Nessa perspectiva, as áreas de morros e alagados da cidade do Recife, sazonalmente convivem com a incerteza, o medo e o risco de ocorrências de deslizamentos e inundações. O problema remonta ao início das ocupações pela população empobrecida que, com a falta de investimentos em infraestrutura adequada à geomorfologia do local, sofre com as adversidades do clima e do relevo irregular, locus de suas moradias. Existem vários métodos de identificação de vulnerabilidade. Algumas metodologias se destacam pelo uso de ferramentas cartográficas de geoprocessamento e por serem capazes de expressar especialmente as nuances encontradas no território, servindo de base para o planejamento urbano e a prevenção dos riscos associados. Segundo Pelling (2003), a vulnerabilidade denota a exposição ao risco e à

incapacidade de evitar ou absorver danos em potencial e é dividida em três tipos: física (relacionada às construções), social (relacionada ao sistema social, econômico e político) e humana (união entre a física e a social). Nessa acepção, a vulnerabilidade que incorre sobre a população ocupante das áreas de colina do Recife, não estaria somente atrelada ao seu posicionamento geográfico, mas também aos fatores políticos, socioeconômicos, culturais e históricos.

O que faz dessa população sujeito passivo das dinâmicas climáticas e dos processos erosivos que são desencadeados: ravinamento, voçorocamento, deslizamento de terra, queda de encosta, inundações e enchentes. Em geral, as ocupações de moradia autoconstruídas são carentes de saneamento básico, tornando esses locais verdadeiros pontos deflagradores de risco ambiental e sanitário. De acordo com o Plano Municipal de Redução de Risco -PMRR-, existem cerca de 470.000 habitantes em áreas de morros, sendo que deste total, 10.374 vivem em locais de risco alto ou muito alto, com 140 áreas de risco a escorregamentos distribuídas pelo município (PMRR, 2006 apud Kennedy, 2019).

A identificação das áreas com maior propensão ao risco e vulnerabilidade pode promover a diminuição dos impactos e aumento da resiliência dos moradores em curto e longo prazo, com foco nas áreas com maiores índices, por conseguinte, com maior necessidade de ações e investimentos de políticas públicas. Segundo o Atlas de infraestruturas públicas das Comunidades de Interesse Social da Cidade do Recife (2016), em caráter das ocupações na Unidade de Paisagem Colinas, as Comunidades de Interesse Social (CIS) ocupam cerca de 40% das áreas de córregos, vertentes e topos de colinas dissecadas no entorno da planície ao norte, oeste e sul do município, e predominam sobre demais tipologias urbanísticas. Desta feita, este trabalho pretende averiguar a existência de vulnerabilidade nos morros da zona Norte do Recife, através da elaboração de um índice de vulnerabilidade, com o uso de ferramentas de geoprocessamento e sistemas de informações geográficas, no intuito de compartilhar as informações obtidas com órgãos competentes e a sociedade civil.

Dentre as metodologias empregadas foram utilizados os métodos propostos por Rossini Penteado et al. (2007), Ferreira e Rossini Penteado (2011), Ferreira et al. (2013), com a Unidade Homogênea de Cobertura da Terra, Uso e Padrão da Ocupação Urbana – UHCT. Devido às características da área de estudo, foi inserido nas análises o padrão de ocupação dos morros, com base no projeto Viva o Morro (ALHEIROS et al., 2004). Esta etapa culminou no mapeamento das

unidades homogêneas de ocupação adaptadas para a área de interesse, classificando a densidade de ocupação, ordenamento urbano, estágio de ocupação, tipologia de uso urbano, cobertura da terra e o modelo de ocupação dos morros. Nos atributos socioeconômico e de infraestrutura, os dados foram coletados pelo Censo Demográfico do IBGE (2010).

As imagens que serviram como base para a observação e definição das classificações, foram extraídas pela base cartográfica, advindos do projeto Pernambuco tridimensional (PE3D) da Prefeitura da Cidade do Recife, onde foram utilizados as ortofotoimagens recortadas para a área de interesse, com resolução de 30m. O recorte espacial da área de interesse se deu em específico para os bairros de Nova Descoberta, Brejo da Guabiraba, Macaxeira e Córrego do Jenipapo. Com base nas metodologias supracitadas foi realizado um cálculo das variáveis por meio de álgebra simples, resultando no mapeamento do índice de vulnerabilidade, o índice levou em consideração aspectos como grau de precariedade da infraestrutura, situação socioeconômica e os aspectos físico-geográficos da área.

Os mapas referidos foram produzidos com a utilização de softwares livres de geoprocessamento, onde a realização das aplicações e processamentos envolvendo dados cartográficos se torna mais acessível. Dentro dessa perspectiva foi utilizado o software livre e colaborativo QGIS, em sua versão 3.22. O trabalho em desenvolvimento, demonstra o potencial do uso do geoprocessamento e dos Sistemas de Informações Geográficas na identificação dos problemas no território, sendo uma ferramenta de uso social e político, na busca por ações que contornem ou promovam a redução dos riscos ambientais atrelados à ocupação dos espaços de maior propensão a vulnerabilidade, além de levantar discussões pertinentes ao interesse da população ocupante dessas áreas.

Palavras chave: Vulnerabilidade, Geoprocessamento, Ocupações, Risco.

REFERÊNCIAS

ALHEIROS, M. M. et al. **Manual de ocupação dos morros da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Programa Viva o Morro, p. 147, 2003.

FERREIRA, C. L.; ROSSINI-PENTEADO, D.; GUEDES, A. C. M. **O uso de sistemas de informações geográficas na análise e mapeamento de risco a eventos geodinâmicos**. In: LOMBARDO, M. A. & FREITAS, M. I. C. (Org). *Riscos e Vulnerabilidades: Teoria e prática no contexto Luso-Brasileiro*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 155-188. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/109268>.

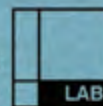
GOERL, R. F.; KOBIYAMA, M.; PELLERIN, J. R. G. M. **Mapeamento de vulnerabilidade no município de rio negro – sc: uma proposta metodológica**. *Caminhos de geografia - revista on line*, 2011

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010) **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

14 a 16 de março de 2023

**I SIMPÓSIO DE ESTUDOS
SOBRE O RECIFE:
REPENSANDO A METRÓPOLE**

Laboratório de Estudos
e Ensino sobre o Recife



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

KENNEDY, John. **Análise evolutiva da ocupação dos morros da cidade do Recife.** in: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA-XVI SIMPURB. Anais. Santa Catarina:Ufes, 2019. p.3754- 3768. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/issue/view/10968>> Acesso em: 22/09/2021.

Prefeitura da Cidade do Recife. **Atlas das infraestruturas públicas das Comunidades de Interesse Social do Recife.** 2016, Recife: Prefeitura do Recife.

SÃO PAULO. Estado. **Sistema de classificação unidades homogêneas de cobertura da terra e uso e padrão de ocupação urbana (UHCT) e mapeamento da vulnerabilidade de áreas urbanas de uso residencial/comercial/serviços a eventos geodinâmicos do Estado de São Paulo.** Instituto Geológico; Coordenadoria de Planejamento Ambiental/Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. 2016.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Instituto
Universitário
do UFRPE



Cadeira
Manuel Correia
de Andrade
UFRPE



Ecologia política
e Direito à Cidade
Instituto de Políticas e Estudos



NEXUS
Iniciativa e Subversão



FUNDARPE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA
E À INOVAÇÃO

Secretaria de
Cultura



DEPARTAMENTO DE CULTURA
PERNAMBUCO
SEMPRE DE BOM LADO

ANÁLISE DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PAULISTA-PE

Stefany dos santos silva
stefany.santos@ufpe.br

Adalberto Antonio da mota correia
adalberto.mota@ufpe.br

Este trabalho apresenta resultados parciais da análise da vulnerabilidade no abastecimento de água no município de Paulista. Para uma melhor compreensão do contexto foram sumarizadas algumas informações sobre o município em estudo. Localizado na Região Metropolitana do Recife (RMR), faz limite com Abreu e Lima, Camaragibe, Igarassu, Olinda, Paudalho e Recife. Possui área total de 96,932 km², distribuída entre tabuleiros, vertentes, vales e áreas de inundação e uma faixa litorânea de 14 km. Tem como principal bioma a mata atlântica, e os principais rios que cortam seu território são o Timbó e o Paratibe. Paulista também possui alguns afluentes que são utilizados por empresas que engarrafam e vendem água mineral para consumo. Como bem podemos notar, parece inconcebível que um município com uma dinâmica hidrológica diversa, áreas irrigadas e floresta atlântica tenha que lidar com escassez de água.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, sua população é de 300.466 pessoas. A estimativa populacional no ano de 2021 foi de 336.919 pessoas, sendo a proporção de pessoas racializadas, Pretos, Pardos e Indígenas autodeclarados quase 60%. Com relação ao âmbito do trabalho, apenas 12,3% da sua população estava ocupada no ano de 2020 (IBGE, 2010). O salário

médio mensal dos trabalhadores formais em 2020 era de 1,7 salários mínimos (IBGE, 2022). O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo era 40,4 % (IBGE, 2010). O PIB per capita em 2019 era de R\$ 13.681,83 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, aferido em 2010, é de 0,732.

Em 2010, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado era de 60,8%. Paulista tem uma população predominantemente negra, empobrecida, com pouco acesso ao trabalho, e que está exposta ao risco de inundações e deslizamentos: em 2010, 41.733 pessoas estavam em risco, representando 14% da população, podendo-se, portanto, evidenciar vulnerabilidade socioambiental no seu território. Esse quadro nos faz questionar se o abastecimento de água ocorre de modo a sanar as necessidades da sua população, visto o quadro socioambiental do município? Paulista é conhecido por ter diversas denúncias ambientais no seu território (OLIVEIRA, 2015) que possui uma diversidade de ambientes e população que pode ser até mais vulnerabilizada com esse cenário.

O acesso à água também é preocupante e desigual. Como objetivo geral da pesquisa buscamos analisar os dados de acesso à água no município. Como objetivos específicos temos: a) investigar o regime de abastecimento no município de Paulista-PE; b) identificar as áreas mais afetadas pelo racionamento de água em Paulista-PE. Este resumo é parte de uma pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, tendo objetivos, procedimentos e resultados parciais alcançados. Utilizamos como amostra dados do calendário de abastecimento para os meses de Novembro de 2022 e Janeiro de 2023.

Os procedimentos metodológicos são: a) levantamento e tabulação de dados do abastecimento de água da COMPESA para o município de Paulista-PE nos meses de Novembro do ano de 2022 e Janeiro do ano de 2023; b) análise dos dados do abastecimento de água da COMPESA para o município de Paulista-PE nos meses de Novembro de 2022 e Janeiro de 2023, utilizando software excel e linguagem R; c) geoprocessamento das informações utilizando software QGIS. Algumas dificuldades foram encontradas durante o processo de levantamento, tratamento e análise dos dados da COMPESA.

Encontramos divergências de informações entre duas das principais fontes utilizadas, a plataforma georreferenciada das áreas de abastecimento e seus respectivos calendários. Bem como algumas informações incompletas que foram disponibilizadas nos canais oficiais da Companhia Pernambucana de Saneamento. Isso acarretou em um desvio de cronograma, visto o

tempo que dedicamos a mais para a análise dos dados de modo a deixá-los de compreensão mais facilitada e acessível. No caso do acesso à água, temos um quadro que com o contexto acima mencionado forma um cenário preocupante.

O regime de abastecimento é controlado pela Gerência de Negócios Metropolitana Norte (GNMN), que no município de Paulista é dividido predominantemente em 41 unidades territoriais, e seus respectivos calendários, caracterizados por toponímias de localidades do município, com 103 áreas ao todo. As áreas indicam segmentos e conjuntos de arruamentos atendidos pela rede de abastecimento da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), e seus sistemas, destacando-se o sistema Botafogo, e subsistemas. No mês de Novembro de 2022, após análises de informações disponibilizadas pelo órgão, constatou-se que foram 18 dias em média sem abastecimento de água, 7 dias em média com abastecimento parcial, que oscila desde pouca água fluindo por poucas horas no dia, a nenhum abastecimento nos domicílios. E apenas em 5 dias em Novembro de 2022 que os moradores de Paulista dispuseram de água durante um dia inteiro e talvez parte do dia seguinte, em média. A partir disso identificamos as dez áreas com pior abastecimento no município, variando entre 26 e 27 dias sem água, com menos de 5 dias de abastecimento parcial e nenhum dia de abastecimento total.

As unidades territoriais representadas pelos calendários, que agregam uma ou mais áreas para a distribuição de água potável, nos permitem a aproximação dos bairros como unidades territoriais de análise, a partir da agregação das respectivas áreas dos calendários. Com isso, identificamos os cinco calendários com abastecimento mais precário em Novembro. Para o mês de Janeiro de 2023, a média foi de 18 dias sem abastecimento, 7 dias de abastecimento parcial e 5 dias com abastecimento total, revelando uma performance semelhante ao mês de Novembro do ano anterior.

Tratando-se de pesquisa parcial, os resultados apontam para uma distribuição bastante precária do abastecimento de água no município de Paulista e que isso atinge a maior parte do seu território, cuja população é predominantemente racializada. É preocupante por estarmos saindo de uma pandemia cuja profilaxia básica era o lavar as mãos, em que o acesso à água era crucial para a sobrevivência da população e para conter a difusão do Coronavírus. Esses resultados nos levam a mais indagações que implicam em posterior investigação para aprofundamento, para resposta de outros procedimentos metodológicos referentes ao trabalho de conclusão.

Palavras-chave: abastecimento de água; desigualdade; geoprocessamento, análise de dados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

Companhia Pernambucana de Saneamento. **Calendário de abastecimento**. Diretoria Técnica de Engenharia. Gerência de Negócios Metropolitana Norte. Recife, 2022. Disponível em: < <https://servicos.compesa.com.br/calendario-de-abastecimento-da-compesa/> > Acesso em: 12 de Agosto de 2022.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Paulista: **MPPE obtém liminar para que Prefeitura resolva degradação ambiental do Parque da Mata do Frio**. Diário de Pernambuco, 2022. Disponível em: < <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2022/05/paulista-mppe-obtem-liminar-para-que-prefeitura-resolva-degradacao-am.html> >. Acesso em: 1 de Novembro de 2022.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. População estimada. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2021**. Rio de Janeiro, 2021.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Paulo Cabral de. **Degradação ambiental em fragmento de Mata Atlântica: floresta urbana Mata do Janga em Paulista/PE**. 2015.

O FANTASMA DA CHEIA DE 1975 DESLIZA EM 2022: Políticas Públicas para a Gestão de Riscos Socioambientais em Recife

Thecia Karolina Souza de Carvalho
thecia.karolina@ufrpe.br

Maria Rita Ivo de Melo Machado
mariarita.machado@ufrpe.br

Este trabalho busca identificar as principais políticas públicas voltadas para a gestão de risco de deslizamentos de barreiras em Recife, tendo a inundação de 1975 como marco temporal. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos de risco e vulnerabilidades socioambientais a partir de Marandola Jr., Hogan (2004, 2006), Esteves (2011) e Zanella, Olímpio (2017), tratando também o conceito de políticas públicas de Teixeira (2002), Fernandes (2007) e Castilho, Leandro (2012). Foi realizada uma pesquisa documental através de matérias jornalísticas e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O método dialético possibilitou analisar os dados e evidenciar que a redemocratização do país foi crucial para a elaboração de políticas sociais, com a implementação da política urbana na Constituição de 1988. Com isso, ações descentralizadas como o Programa Guarda-chuva foram essenciais para a prevenção e mitigação de riscos socioambientais.

Recife possui um histórico de enchentes desde o século XVII. Apesar da construção da barragem de Tapacurá para minimizar esse problema, no ano de 1975 houve uma grande cheia que atingiu aproximadamente 80% da população do Recife e 25 municípios da bacia do Capibaribe.

O risco diz respeito à possibilidade de um perigo atuar num grupo vulnerável, já a vulnerabilidade socioambiental é entendida como ocupação de espaços vulneráveis por grupos sociais que não possuem recursos para resistir aos riscos e perigos (MARANDOLA JR. HOGAN, 2004; ESTEVES, 2011; ZANELLA, OLÍMPIO, 2017). Hoje, apesar dos avanços, Recife não está livre de riscos socioambientais, como apontam os acontecimentos de maio de 2022.

Por isso, programas têm sido criados para garantir a capacidade de adaptação e reação da população em aglomerados subnormais. Essas políticas sociais operam dentro da esfera das políticas públicas como uma forma redistributiva de benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002; FERNANDES, 2007; CASTILLO, LEANDRO, 2012).

Assim, este artigo visa identificar as principais políticas públicas voltadas para a gestão de risco de deslizamentos em Recife, tendo a enchente de 1975 como marco temporal. Realizou-se um levantamento do perfil socioeconômico dos bairros mais afetados pela cheia, evidenciando a relação entre os danos da inundação e o aumento na ocupação nos morros. Foram caracterizados os principais programas voltados para a gestão de riscos ambientais causados pelo deslizamento de barreiras, considerando o contexto das tragédias de 2022.

A pesquisa bibliográfica é indispensável para coletar informações, utilizando fontes secundárias como livros e publicações. Já a pesquisa documental utiliza-se de fontes primárias como documentos e dados oficiais (LAKATOS, MARCONI, 2003). Foram abordados os conceitos de políticas públicas, riscos e vulnerabilidades socioambientais. Em seguida, mapeou-se informações dos jornais Diário de Pernambuco e Diário da Manhã em circulação em 1975, para compreender como se sucederam as ações do Estado, utilizando as palavras-chave: cheias, enchentes, inundação.

Também foram usados resultados de estudos acerca da ocupação dos morros do Recife. Então, resgatou-se dados do IBGE para caracterizar o perfil socioeconômico dos bairros afetados pelas tragédias. As principais ações estruturadas contra deslizamentos de barreiras foram encontradas em *sites* e documentos divulgados.

Os resultados mostram que o perfil socioeconômico dos bairros corrobora com a teoria da sociedade de risco: bairros nobres e populares foram amplamente atingidos, logo, o risco rompeu as diferenças de classes. Entretanto, os relatos de Fonseca (2015) fomentam os elementos componentes da vulnerabilidade (MARANDOLA JR, HOGAN, 2006).

Santana (2019) demonstra que as Unidades Residenciais (URs) foram criadas para atender à população mais pobre e atingida pelas enchentes. Ao serem construídas na planície dos morros, transformou-se numa forma de direcionar os mais pobres para as áreas ao redor.

Os bairros mais afetados pelos deslizamentos em 2022 são ocupados pela população de baixa renda. Essas áreas já estavam ocupadas desde a década de 80. As políticas para a prevenção de deslizamento de barreiras envolvem a participação da Prefeitura, Defesa Civil, órgãos, autarquias, sociedade civil de forma descentralizada na busca por planejamento e requalificação urbana, social e ambiental. Foi o caso do Programa Guarda-chuva, que diminuiu significativamente o número de óbitos nos anos de atuação.

Assim, a cheia de 1975 foi marcada pela construção de barragens, o que diminuiu a ocorrência de inundações. Mesmo assim, os riscos de deslizamento surgiram com a ocupação dos morros, impulsionada por políticas habitacionais. A redemocratização do país foi crucial para a reorganização e desenvolvimento urbano a partir das políticas urbanas e sociais fomentadas pela Constituição de 1988.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Riscos e Vulnerabilidades Socioambientais; Deslizamento de Barreiras; Sociedade de Risco.

REFERÊNCIAS

ESTEVES, C. J. O. **Risco e vulnerabilidade socioambiental:** aspectos conceituais. Cad. IPARDES, Curitiba. v. 1, n. 2, p. 62-79, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://ipardes.emnuvens.com.br/cadernoipardes/article/view/421/353>> Acesso em: 10 de jan. de 2023.

FERNANDES, Antônio Sérgio A. Políticas Públicas: Definição, Evolução e o Caso Brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto; JÚNIOR Martins, José Paulo (Org.). **Introdução à Política Brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

FONSECA, Homero. **Tapacurá:** viagem ao planeta dos boatos. Recife: Cepe, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. **As dimensões da vulnerabilidade**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, v.20, n.1, p.33-43, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf> Acesso em: 10 de jan. de 2023.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J.. **Natural hazards:** o estudo geográfico dos riscos e perigos. Ambiente & Sociedade, Campinas: UNICAMP/NEPAM, v.7, n.2, p.95-109, jul./dez, 2004. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/jY8HBwMg4rJJP49Z6zH9RdJ/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 10 de jan. de 2023

SANTANA, John Kennedy Ribeiro de. **Análise Evolutiva da Ocupação dos Morros da Cidade do Recife.** In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, XVI. Anais SIMPURB XVI: Vitória, 2019.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Cadernos da AATR, Bahia, p. 1-11 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em: 27 de dez. de 2022.

ZANELLA, Maria Elisa; OLÍMPIO, João Luís Sampaio: Impactos Pluviais, Risco e Vulnerabilidade em Fortaleza-CE. In: MENDONÇA, Francisco de Assis (Org.). **Riscos climáticos: vulnerabilidades e resiliência ambiental.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

O RIO CAPIBARIBE E HABITAÇÃO NA CIDADE DO RECIFE

Camilla Aryana da Silva Monte
camillamonte15@gmail.com

A cidade do Recife é cortada em sua extensão territorial pelo rio Capibaribe, com os seus meandros que desenham o interior da capital pernambucana. A história e a importância do rio Capibaribe se fundem com a história da cidade do Recife, pois, desde o início do crescimento urbano e populacional por volta do século XVI que ocorre uma ocupação das margens do rio Capibaribe por meio da habitação e da agricultura, tornando-se quase que impossível falar do Recife e não citar o rio Capibaribe. Diferentes foram às ocupações que se sucederam nas margens dos meandros do rio Capibaribe, variando também as condições financeiras dos moradores que ali instalavam ou construíam as suas residências, a depender do período abordado observam-se diferentes ocupações do entorno do rio. Com isto, este trabalho tem como justificativa compreender como ocorreram as diferentes ocupações nas margens do rio Capibaribe durante o processo de constituição da cidade do Recife, buscando construir uma hipótese de como essas ocupações se encontram atualmente e construir a hipótese de como estarão futuramente.

Essa pesquisa busca compreender como estão organizados o uso e as ocupação das margens do rio Capibaribe na cidade do Recife, buscando para tal, analisar os diferentes processos que resultaram nas ocupações ocorridas em suas margens em diferentes momentos

da história da capital recifense, realizando uma análise de quais grupos sociais utilizavam e utilizam atualmente as margens do rio como local para a construção de sua residência, com o intuito também de compreender as perspectivas futuras do uso e ocupação das margens do rio Capibaribe.

Essa pesquisa tem como procedimentos metodológicos a leitura de material referente ao tema abordado, uso de imagens de satélite e mapas com o intuito de realizar comparações referentes ao processo de ocupação e os usos realizados nas margens do rio Capibaribe ao longo dos anos e a leitura e análise do Plano Diretor da Cidade do Recife no que tange o processo de expansão urbana do Recife frente aos corpos d'água que cortam a cidade.

A cidade do Recife é marcada desde a sua gênese por uma intensa e dicotômica relação com as águas, sejam essas as águas dos rios ou as águas do mar. É impossível falar do Recife e não mencionar as águas que circundam e que cortam a cidade, sendo essas, importantes fatores econômicos, sociais, paisagísticos e geográficos da cidade.

No processo de constituição da cidade do Recife durante o período colonial, observa-se o papel relevante das águas, ocorrendo o crescimento da cidade nas duas vertentes, pelas águas do mar com o porto da cidade que escoava a produção do açúcar produzido nas margens dos rios no interior da cidade, quase que simbolizando o movimento das ondas, em um vai e vem das águas e de produção.

Estudos apontam que desde o século XVI (SILVA SOBRINHO, 2013) que as margens do rio Capibaribe já eram utilizadas para o plantio da cana-de-açúcar e local de instalação das residências dos engenhos e também local de residências dos trabalhadores do engenho.

O uso e a ocupação da área do entorno do rio Capibaribe estão atrelados com a importância que o rio tem para a cidade do Recife, a residência próxima ao rio tinha a importância que a residência de frente para o mar tem hoje, visto que durante muitos anos as águas do rio eram meios de locomoção e também utilizadas como banhos medicinais para curar as enfermidades (MAIOR e SILVA, 1992). O crescimento da cidade do Recife estava atrelado ao Capibaribe, como afirma Melo (1978) as povoações e núcleos encontravam instalados próximos às suas margens, direcionando assim a sua crescente ocupação.

A ocupação nas margens do Capibaribe ocorria tanto pela classe média quanto pelas classes mais abastadas, como os mocambos, que eram residências simples instaladas nas áreas de planície da cidade e próximas ao Capibaribe, mas que foram retiradas no início do século XX

pelo poder público, restando a essa população subir em direção aos morros para construir a sua nova residência.

A partir aproximadamente da década de 1950 o rio foi perdendo o vislumbre que tinha, sendo um dos fatores para isso, a deposição dos esgotos sanitários das residências em suas águas e a construção de rodovias. Em contrapartida, residir próximo ao mar ganha cada vez mais força, iniciando-se um movimento de ocupação das áreas litorâneas, principalmente nos bairros de Boa Viagem e Pina na zona sul do Recife, com residências de classe média e alta (SILVA, 2015).

Com a negação do rio em detrimento ao mar, observa-se uma crescente ocupação de áreas litorâneas pela população de maior poder aquisitivo, a partir de residências e edifícios de pequeno e grande porte. Com isto, a especulação imobiliária volta-se para as áreas litorâneas da cidade, com o objetivo de especular as suas potencialidades e transformar o seu espaço urbano.

Desde o século XIX nas metrópoles brasileiras, cada uma à sua maneira, os agentes hegemônicos se deslocam para um ponto específico da cidade, criando uma concentração elitista em uma mesma região. No Recife, a ocupação irregular dos bairros é uma característica marcante do processo de urbanização da cidade, que teve início na zona oeste e se consolidou na zona sul. (NOVAES et al, 2016)

Entretanto, observa-se a partir dos anos 2000 um movimento crescente dos grandes produtores imobiliários em direção às margens do rio Capibaribe, utilizando-se do contato mais próximo com a natureza e da amenidade climática para a venda dos seus empreendimentos, entretanto, esses grandes empreendimentos encontram-se por muitas vezes próximos a comunidades carentes que o utilizam como um lugar de sobrevivência a partir da coleta de caranguejos e a pesca de peixe, que servirá de alimentação e negócio.

Com isso é perceptível, que a volta dos produtores do espaço para o rio irá tornar mais evidente a segregação socioespacial que já se faz intenso no Recife, acabando por quase que construir duas cidades concomitantemente, aquela dos produtores imobiliários que com as suas estratégias conseguem criar uma cidade que atendam aos desejos dos seus moradores e uma outra cidade que busca a todo momento sanar os problemas advindos do processo de urbanização que não são solucionados pelos órgãos públicos vigentes.

Desde o processo de constituição do Recife, observa-se a importância dos rios para o crescimento da cidade, seja na questão econômica ou social, não podendo sua importância ser

resumida ao passado, mas analisada tanto no presente quanto no futuro, no processo de gestão e planejamento da cidade.

REFERÊNCIAS

MELLO, J. Capunga: crônica de um bairro recifense: MAIOR, M. S.; SILVA, L. D. (Org.). **O Recife**: quatro séculos de sua paisagem. Pernambuco: Editora Massangana, 1992. cap. 21, p. 263-281.

MELO, M. **Metropolização e subdesenvolvimento o caso do Recife**. Pernambuco: UFPE, 1978.

NOVAES, F. L. *et al.* Um histórico de segregação recifense: o Córrego da Fortuna, Recife – PE. In: **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 01, n. 01, p. 192-199, 2016

SILVA, Luciana Helena. **A verticalização do espaço urbano**: o caso do bairro do Prado Recife/PE. 2008. 106f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA SOBRINHO, M. Várzea: **Lembranças de um tempo que se foi**: Recife: Bagaço, 2012.

DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA NO TERRITÓRIO DE PAUDALHO EM BUSCA DE AMENIDADES AMBIENTAIS

Pablo Leandro Ferraz de Lima
pablo.lf.lima@gmail.com

Gevson Silva Andrade
gevson.andrade@upe.br

A sociedade brasileira por um longo período foi majoritariamente rural. Onde suas relações e economia se localizavam nas áreas agrícolas do país e os grandes “barões” viviam próximo a suas fontes de renda. É dessa forma que toda nossa história é agrícola de um povo rural.

É nesse contexto que Oliveira Vianna (1956, p. 55) afirma

[...] O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial (apud SANTOS, 1993, p. 17).

Até metade do século XX o Brasil era um país agrícola com uma história agrícola. Onde o urbanismo era um fenômeno minoritário numa sociedade que tinha sua povoação nas áreas rurais. Mas é com o estímulo e a dependência das diversas monoculturas do país, com o advento do

projeto nacionalista de JK, que passou a privilegiar a industrialização afim que ocorra a substituição de alguns bens duráveis que se dá o declínio dessa sociedade.

Assim, houve uma priorização da industrialização no país e com a necessidade de mão-de-obra para a produção industrial nas grandes cidades teve uma inversão na concentração imobiliária da população brasileira. De acordo com Santos:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeiramente inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980 (1993, p. 29).

É a partir dos anos 70 que o processo de urbanização alcança novo patamar qualitativo e quantitativo de forma acelerada. É desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica da década de 50, tivemos consecutivamente três tipos urbanização: a aglomerada, com o aumento do número dos núcleos com mais de 20.000 habitantes; em seguida com a multiplicação das cidades de tamanho intermediários, gerou uma urbanização concentrada que fez alcançar o estágio da metropolização (SANTOS, 1993, p. 69).

Esse fenômeno proporciona o surgimento da Região Metropolitana (RM) que seria segundo Araújo (2017) a partir da análise da obra de Souza (1985) o desaparecimento das faixas rurais entre os limites dos municípios e a integração da cidade periférica à cidade central (metrópole) por meio dos fluxos de movimentos econômicos, populacionais e estruturais.

No século atual, devido a saturação da capital e a busca de uma parte da população de média e alta renda por amenidades da problemática urbana, essa população está migrando para regiões periféricas, mas mantendo os laços econômicos com a região polo. Em busca de amenidade climática, proximidade com a natureza, segurança e circulação viária. Além da diminuição do custo da terra, se comparada com as áreas centrais. Migram para as cidades menores que proporcionam esses objetivos.

Dentro do que foi levantado, o município de Paudalho que por mais que esteja integrado à Região Metropolitana do Recife, não está institucionalizado. Segundo Araújo, não atende “[...] ao crescimento populacional” (2017, p. 133), entre os critérios estabelecidos pelo IBGE para a adesão a uma RM. Entretanto vem apresentando um desenvolvimento da Área Metropolitana do Recife dentro do território de Paudalho. Consequência, que segundo a autora, do processo de Urbanização Estendida da RMR (ARAÚJO, 2017).

O trabalho tem como objetivo geral, analisar o desenvolvimento da Área Metropolitana do Recife no território do Município de Paudalho na busca por amenidades ambientais. E, nos específicos, revisar o processo de desenvolvimento e expansão da RMR; examinar a integração do Município de Paudalho a partir da urbanização estendida da RMR; identificar a população que migram para o Município em busca de amenidades ambientais. Ocorrendo esse fenômeno principalmente através da implantação e/ou consolidação de condomínios residenciais às margens das BR-408 (FERRAZ, 2021) e na PE-27 no distrito de Chã de Cruz (aldeia).

Como método, utiliza-se da Revisão Sistemática da Literatura e como modelo de planejamento e organização do trabalho. Usando o modelo de procedimentos metodológicos o conjunto de possibilidades de leituras propostos por Salvador (1986) que é dividida em 5 momentos. 1) Leitura de reconhecimento do material bibliográfico, 2) Leitura exploratória, 3) Leitura Seletiva, 4) Leitura reflexiva ou crítica e 5) Leitura interpretativa (apud LIMA; MIOTO, 2007).

A título de considerações finais, aponta-se para a plena integração do Município de Paudalho a Região Metropolitana do Recife, colocando o município em tela como sendo parte integrante da área metropolitana.

Palavras-Chave: Região Metropolitana do Recife, Integração de Paudalho, Amenidades Ambientais, Urbanização Estendida da RMR.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marny. **A nova dinâmica espacial em torno da Região Metropolitana do Recife: um Colar Metropolitano?** 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2017.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

LIMA, Pablo. **CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS FECHADOS COMO ELEMENTO PARA O ENTENDIMENTO DO “NOVO” CONCEITO DE CIDADE-DORMITÓRIO NO MUNICÍPIO DE PAUDALHO-PE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II.** 2021. 38p. Monografia (Graduação em Geografia) – Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, 2021.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: Condições de Vida e Garantias dos Direitos dos Catadores de Resíduos Sólidos da Cidade do Paulista, Região Metropolitana do Recife-PE

Eduardo Gaspar Chaves Cavalcanti da Silva
dudagaspar.eduardo@gmail.com

Este estudo tem como objetivo, analisar os conflitos socioambientais causados com a pandemia da covid 19, com os grupos de catadores de materiais recicláveis do município do Paulista – PE, Região Metropolitana do Recife – RMR, como também, identificar os encadeamentos da resistência e construção enquanto sujeito político, identificando as formas de organização em contra posição social, das condições de marginalizados socialmente, com a cadeia produtiva dos resíduos sólidos urbanos. É neste contexto, pretende-se apontar velhos e novos desafios, com a pauta pública, na existência de descasos governamentais, examinando as formas utilizadas para suprirem as necessidades básicas, precarizadas não só apenas com sucessivas perdas no acesso aos direitos sociais, como também, trabalhistas. Com base em estudos bibliográficos sobre a temática e diálogos com os representantes do segmento e as experiências vivenciadas no período pandêmico. Assim, este estudo investigará a partir de teorias sobre a relação entre os conflitos socioambientais e políticas públicas, examinando as ações das organizações de catadores incluindo propostas e ações visando mudar políticas públicas nos

territórios em que as organizações atuam, considerando também, a atuação e o papel dos agentes políticos.

Na dinâmica da produção do espaço urbano em relação ao papel do catador enquanto parte do sistema produtivo é destacado como uma peça importante na cadeia produtiva, principalmente, no setor industrial, por mais que socialmente sejam considerados excluídos. Assim, é necessário discutir o cenário pós pandemia, com a possibilidade do aumento substancial de novos catadores advindos da crise econômica e do incremento da oferta de material reciclável. Além disso, acreditamos que estes espaços como cooperativa e associações de catadores atuam na informalidade e sobrevivem com suas famílias de forma insalubre, penosa e perigosa, sem nenhum amparo da seguridade social, apenas, por vezes, cobertos pela política de assistência.

Temos como objetivo, determinar em quais condições se insere os catadores de resíduos sólidos que exercem a profissão formal ou informalmente, numa condição social precária, os limitando no que se refere aos acessos aos Direitos e Garantias Fundamentais expresso na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Além disso, analisar o papel dos agentes responsáveis pelo processo de produção do espaço em relação à realidade socioeconômica de cada família que tira com a catação com os resíduos sólidos o seu sustento; examinar as fragilidades decorrentes da pobreza, por conta da ausência de renda e acesso precário ou nulo aos serviços, que tona se um dos possíveis indicadores e impactos socioambientais e; identificar as dificuldades na aceitação dos catadores em relação às articulações promovidas pela gestão pública, se possibilita a emancipação do catador enquanto ser social.

O desenvolvimento da presente proposta tomará por base a abordagem qualitativa, combinando a aplicação de diferentes tipos de pesquisa, conforme a natureza dos objetivos estabelecidos e da relação do pesquisador com o fenômeno investigado, expressa nos métodos procedimentais adotados é a análise do dados documentais da Secretarias municipais da Prefeitura da Cidade do Paulista – PE, e de políticas públicas intersetoriais e contribuiram para identificar o perfil e a realidade socioeconômica dos catadores de resíduo sólido do município, identificando o processo de produção do espaço em relação à realidade socioeconômica de cada família que tira com a catação com os resíduos sólidos o seu sustento; as dificuldades na aceitação dos catadores em relação às articulações promovidas pela gestão pública, e as ações que possibilita a emancipação do catador enquanto ser social, investigando essa relação aos impactos sobre a integração ambiental nas agendas setoriais dos órgãos municipais.

Espera-se no desenvolvimento e conclusão deste trabalho obter resultados que atendam à demanda do seu objetivo geral, referente à análise dos conflitos socioambientais e políticas públicas, condições de vida e garantias dos direitos dos Catadores de Resíduos Sólidos causados com a pandemia. Nessa direção, são esperados para cada objetivo: Uma descrição analítica da origem, do papel e das aplicações para a formalização de um Fórum permanente, enquanto mecanismo de gestão participativa, tomando-se por bases experiências empíricas acumuladas para a gestão de resíduos sólidos, relatadas ou não pela literatura científica; Uma avaliação do estado dos indicadores dos impactos socioambientais, pós pandemia que influenciam a capacidade de governança ambiental dos municípios no contexto do litoral norte Pernambucano, a fim de ilustrar empiricamente o estado de descentralização ambiental e gerar informações essenciais à implementação do Plano metropolitano do litoral de resíduos sólidos; A elaboração de uma proposta metodológica para o fortalecimento de políticas, capaz de ser replicada e experienciada em outros municípios do litoral norte do estado de Pernambuco em consonância com agenda 2030 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

O estudo proposto, irá analisar os conflitos socioambientais e políticas públicas, no campo da garantia dos direitos sociais ao segmento de Catadores de Materiais de resíduos Sólidos, no período pandêmico da covid 19. Tendo em vista a natureza da seleção da temática, diante de fechamentos de cooperativas, problemas financeiros, relação e diálogos com as prefeituras, devido a atrasos de repasses financeiros e ou pagamento e doações de benefícios eventuais. Mesmo assim, este projeto contribuirá para elaboração de propostas e metodológicas para o fortalecimento de políticas socioambientais, adaptável ao planejamento e à gestão ambiental no âmbito municipal, capaz de ser replicada e experienciada em outros municípios do litoral norte do estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Conflitos Sociais. Políticas Públicas. Gestão de Resíduos Sólidos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.). (2004), **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll. 2004.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Reflexões Sobre Vetores do Atual Processo De Reprodução do Espaço Urbano no Recife**. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UFRJ. Rio de Janeiro, novembro de 2013, p. 15.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR, A. et al. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 19-51.

